

ANA RITA AQUINO RIBEIRO

**A PERSONALIDADE E O AUTOCONTROLO DOS OFENSORES DE
COLARINHO BRANCO E DOS OFENSORES COMUNS: UM
ESTUDO COMPARATIVO**

Dissertação de candidatura ao grau de
Mestre em Medicina Legal submetida ao
Instituto de Ciências Biomédicas de Abel
Salazar da Universidade do Porto.

Orientador - Professor Doutor José Manuel
Nunes Sousa Neves Cruz

Categoria - Professor Associado

Afiliação - Faculdade de Direito da
Universidade do Porto

Coorientador - Mestre Inês Maria Ermida de
Sousa Guedes

Categoria - Assistente Convidada

Afiliação - Faculdade de Direito da
Universidade do Porto

RESUMO

A literatura sobre o Crime de Colarinho Branco (CCB) tem uma natureza difusa e aponta em diferentes sentidos na interpretação do fenómeno, de acordo com a formação académica, pessoal e profissional dos diferentes investigadores. Na presente dissertação pretende-se compreender a importância da personalidade e do autocontrolo neste tipo de criminalidade, através de uma análise quantitativa. De forma a alcançar este objetivo, constituímos e aplicámos um inquérito a uma amostra de 137 indivíduos a cumprir pena de prisão em diversos Estabelecimentos Prisionais de Portugal continental, subdivididos em ofensores de colarinho branco (n=74) e ofensores comuns (n=63). Para esta avaliação, mediram-se variáveis sociodemográficas, a personalidade (através do *Neo Five-Factor Inventory* - NEO-FFI - versão portuguesa, de Magalhães et al., 2014) e o autocontrolo (através da Escala de Autocontrolo de Grasmick, Tittle, Bursik & Arneklev, 1993). Os resultados permitem constatar a existência de diferenças significativas entre os dois grupos de ofensores, sublinhando-se que os ofensores de colarinho branco são mais velhos, têm mais habilitações e são maioritariamente casados, em união de facto ou divorciados, ao invés dos ofensores comuns que são principalmente solteiros. Além disso, relativamente à personalidade, a dimensão da *abertura à experiência* e a dimensão da *conscienciosidade* também distinguem os dois grupos. Por sua vez, no que concerne ao autocontrolo, embora se confirme a sua importância na análise do CCB, os resultados são ambíguos. Por último, discutiremos os dados obtidos, tentando avançar com sugestões para a explicação dos mesmos, assim como algumas limitações e aspetos que poderão ser melhorados em investigações futuras.

Palavras-chave: Crime de Colarinho Branco; características sociodemográficas; personalidade; autocontrolo; avaliação psicológica.

ABSTRACT

The literature on White-Collar Crime (WCC) has a diffuse nature, pointing in different directions according to the academic, personal and professional formation of different scholars who interpret the phenomenon. In the present dissertation we aimed to understand the importance of personality and self-control in this kind of criminality, with a quantitative analysis. For this purpose, we developed and applied a survey to a sample of 137 incarcerated subjects in several portuguese prisions, subdivide in white-collar offenders (n=74) and commons offenders (n=63). For this evaluation, the sociodemographic variables, the personality (applying Neo Five-Factor Inventory - NEO-FFI - portuguese version, from Magalhães et al., 2014) and the self-control (applying Grasmick et al. Self-Control Scale, 1993) were measured. The results allow us to verify the existence of significant differences between both of the offender groups, highlighting that white-collar offenders are the oldest, have more qualifications and are mostly married, in an unmarried couple or divorced, contrasting with common offenders, who are mainly single. Besides that, about the personality, *openness* and *consciousness* also distinguish both groups. In turn, concerning to self-control, although we prove its importance in WCC study, the results are ambiguous. Lastly, we well discuss all the results, trying to come up with suggestions for its explanations, as well as some limitations and some aspects which may be improved in future studies.

Key-words: White-Collar Crime; white-collar offenders, common offenders, personality; self-control; psychological evaluation.

Matar o sonho é matarmo-nos. É mutilar a nossa alma. O sonho é o que temos de realmente nosso, de impenetravelmente e inexpugnavelmente nosso.

(Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento não poderia deixar de ser aos meus orientadores, Professor Doutor José Cruz e Mestre Inês Guedes, pelo conhecimento e experiência que partilharam comigo ao longo deste trajeto e pelas críticas construtivas. Mais que isso, obrigada por terem acreditado que era possível, apesar dos obstáculos que foram surgindo, pela motivação e paciência, pela confiança que me transmitiram e por toda a disponibilidade demonstrada ao longo deste caminho. Foi um orgulho enorme estar sob a orientação de ambos.

Em segundo lugar, à Professora Doutora Maria José Pinto da Costa, agradeço a oportunidade e o privilégio que tive em frequentar este mestrado que muito contribuiu para o enriquecimento da minha formação académica e científica.

A todas as pessoas que contribuíram, com conselhos, sugestões e esclarecimento de dúvidas, especialmente ao Professor Doutor Pedro Sousa e à restante Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

A todos os que, anonimamente, responderam aos questionários aplicados, prestando uma contribuição fundamental para que este estudo fosse possível e para o avanço da investigação científica.

À Carolina, à Inês e à Rita, as minhas amigas de todas as horas, agradeço por cuidarem de mim dia a dia, pelo apoio e entusiasmo, pelos momentos inesquecíveis, pela tolerância e pelas palavras que, nas alturas mais difíceis, me fizeram crescer e continuar.

À minha amiga Silvana, um “obrigada” muito especial, pela ajuda mútua e cumplicidade, pela sua paciência quase inesgotável e pela partilha de uma vontade enorme de sonhar e acreditar.

À Maria, por me ouvir e, sobretudo, por me ensinar que é através da persistência que alcançamos os grandes sonhos da nossa vida.

À Sara, à Susana, à Inês, à Teresinha e à Cati, pois a sua amizade e solidariedade foram sempre um fator determinante.

Aos meus padrinhos, que me apoiam em todos os momentos e me mimam como ninguém.

À minha quase irmã, Catarina, que mesmo do outro lado do mundo me faz chegar a sua energia e me obriga a ver sempre o lado positivo.

Ao meu irmão, Miguel, por nunca me deixar desanimar e me mostrar que a vida tem de ser encarada com humor.

Por fim, agradeço às duas pessoas mais importantes da minha vida, os meus Pais, sem os quais nada disto seria possível. Muito obrigada por fazerem de mim quem sou.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	i
ABSTRACT	iii
AGRADECIMENTOS	v
ÍNDICE DE ANEXOS	viii
ÍNDICE DE TABELAS	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1. Crime de Colarinho Branco	4
1.1. Definição do conceito	4
1.2. Caraterísticas do Crime de Colarinho Branco	11
1.3. Teorias criminológicas e Crime de Colarinho Branco	16
1.4. Impacto do Crime de Colarinho Branco	24
1.5. Enquadramento legal	28
2. Personalidade	31
2.1. Definição do conceito	31
2.2. O Modelo dos Cinco Fatores	33
2.3. Avaliação da personalidade através do questionário NEO PI-R e NEO-FFI	37
2.4. Personalidade e comportamento desviante	39
2.5. Personalidade e Crime de Colarinho Branco	43
3. Autocontrolo	54
3.1. Origem do baixo autocontrolo e a estabilidade do crime	57
3.2. Versatilidade e falta de especialização	58
3.3. Oportunidade	59
3.4. Operacionalização do autocontrolo	59
3.5. Autocontrolo e comportamento desviante	61
3.6. Autocontrolo e Crime de Colarinho Branco	64

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO (METODOLOGIA)	74
1. Objetivos e hipóteses	74
1.1. Caraterização do estudo.....	75
2. Material e métodos.....	76
2.1. Constituição da amostra.....	76
2.2. Instrumentos e variáveis do estudo	77
2.3. Procedimentos	80
2.4. Procedimentos de análise estatística	80
CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS)	82
1. Descrição global da amostra	82
1.1. Caraterização da amostra segundo os dados sociodemográficos e a reincidência	82
1.2. Caraterização da amostra segundo a personalidade	85
1.3. Caraterização da amostra segundo o autocontrolo	88
2. Discussão dos resultados	90
3. Reflexão final.....	102
BIBLIOGRAFIA	103
ANEXOS.....	131

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I Traços associados aos elevados níveis em cada uma das cinco dimensões da Personalidade	132
ANEXO II Facetas de cada dimensão da personalidade	133
ANEXO III Questionário.....	134
ANEXO IV Pedido de autorização	139
ANEXO V Declaração de autorização DGRSP.....	142
ANEXO VI Consentimento informado	143
ANEXO VII Resultados do teste de normalidade (Kolmogorov-Smirnov) para as variáveis quantitativas do estudo	145

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição da amostra por tipo de ofensor.....	82
Tabela 2 Características sociodemográficas (idade, estado civil e nível de escolaridade e reincidência) dos participantes da amostra (n=; ofensores de colarinho branco: %; ofensores comuns: %).	83
Tabela 3 Proporção de indivíduos reincidentes e especialistas, conforme o tipo de crime.....	84
Tabela 4 Valores do α de Cronbach para cada dimensão da personalidade avaliada na escala.....	86
Tabela 5 Médias e desvios padrões das dimensões da personalidade relativamente à amostra total e em função do tipo de ofensor.....	87
Tabela 6 Valores do α de Cronbach para cada dimensão do autocontrole avaliada na escala.....	88
Tabela 7 Médias e desvios padrões do autocontrole e das suas componentes relativamente à amostra total e em função do tipo de ofensor.	89

LISTA DE ABREVIATURAS

CCB – Crime de Colarinho Branco

CCA – Crime de Colarinho Azul

CP – Código Penal

TGC – Teoria Geral do Crime

INTRODUÇÃO

A Criminalidade Económico-Financeira tem sido quase esquecida nos estudos criminológicos e, ainda hoje, a investigação sobre esta temática é escassa – especialmente quando comparada com a de outros tipos de criminalidade (Alalehto, 2015). A perceção da sociedade e o medo dos crimes mais violentos levam a que haja um maior foco de atenção no seu estudo (Croall, 2007).

Neste sentido, Cusson (2006, p. 100) afirma que:

As práticas passíveis de contestação dos miseráveis e das minorias são mais facilmente proibidas e punidas do que as dos ricos e poderosos. Ao longo da história, a vagabundagem foi mais vezes objeto de punição do que as práticas monopolistas. Os crimes cometidos pelos pobres, como o assalto, são mais sistematicamente punidos, e punidos com prisão, do que os crimes dos ricos, como o abuso de confiança.

O termo “Crime de Colarinho Branco” (CCB) surgiu com Sutherland (1940, p.2) que o definiu como sendo “a violação da lei por um indivíduo de estatuto socioeconómico elevado, no decorrer da sua atividade profissional”. A este propósito, afirmam Dias e Andrade (1997, p. 33) que o foco no CCB “invalidou definitivamente a representação tradicional do crime como exclusivo das classes deserdadas ou desqualificadamente inseridas na sociedade”.

O CCB integra diversos tipos de crimes e tem especificidades que, por vezes, limitam a aplicação das teorias gerais do crime. Estas características devem ser tidas em consideração, nomeadamente a ausência de violência física, ser cometido por indivíduos de elevado estatuto social e bem integrados na sociedade, a ocorrência em contextos estruturados e o fraco reconhecimento social. Alguns autores sublinham, ainda, que estes crimes têm consequências financeiras e sociais superiores em relação à outra criminalidade (Cruz, 2013a).

Sutherland (1940) pretendia uma abordagem que conseguisse explicar todos os tipos de crime, propondo a Teoria da Associação Diferencial, que postula que o comportamento criminal é aprendido na associação e interação com os outros que cometem crimes. Nesta abordagem, os traços de personalidade foram ignorados, mas estudos posteriores mostraram já a importância das diferenças individuais neste tipo de criminalidade (Alalehto,

2003; Collins & Schmidt, 1993), apesar de ser uma relação que ainda carece de muita investigação (Friedrichs, 2002).

Mostra-se, deste modo, a pertinência de compreender o perfil do ofensor de colarinho branco, nomeadamente em relação à sua personalidade. A avaliação e intervenção nestes ofensores devem divergir do ofensor comum. Na medida em que o CCB e os outros crimes são distintos, é plausível que estas ofensas sejam praticadas por indivíduos também diferentes, o que se reflete nas diversas necessidades de intervenção (Cruz, 2013a; Walters & Geyer, 2004).

Esta é uma temática muito relevante no atual contexto social, de crise económica global, justificando-se a escolha deste tema. O CCB tem-se tornado, nos últimos anos, um assunto mediático, mas, apesar de já ter sido alvo de investigação em diversos estudos criminológicos, são poucas as conclusões sobre estes ofensores. Embora ainda persista alguma indefinição do conceito, a magnitude dos seus danos levaram a uma maior atenção por parte da Criminologia (Ben-David, 1991). Porém, torna-se difícil uma abordagem global deste fenómeno que abrange ofensas muito díspares e que não encontrou, ainda, uma definição consensual.

A presente investigação, apresentada no âmbito do Mestrado em Medicina-Legal, tem como objetivo explorar a importância das variáveis da personalidade e do autocontrolo nos ofensores de colarinho branco. Deste modo, pretende-se chamar a atenção para a necessidade da avaliação psicológica destes ofensores, imprescindível na definição de estratégias de prevenção e intervenção na Criminalidade Económico-Financeira¹. Uma avaliação psicológica e social do ofensor (perfil psicossocial) proporciona apoio ao Sistema de Justiça, não só de modo auxiliar a prevenção destes delitos e a investigação criminal (e.g. em relação a técnicas de interrogatório), mas também a posterior decisão e intervenção com estes indivíduos.

Esta dissertação será constituída por três capítulos principais, de onde emergem subcapítulos. O capítulo I, eminentemente teórico, debruça-se sobre o *estado da arte* dos objetos de estudo, mais concretamente o Crime de Colarinho Branco, a Personalidade e o Autocontrolo. Além da definição dos conceitos, tanto ao nível global como das suas componentes, será realizada uma revisão da evidência empírica que relaciona o CCB com a Personalidade e o Autocontrolo.

¹ Nesta dissertação os termos CCB e Criminalidade Económico-Financeira são utilizados com o mesmo significado. Como será referido posteriormente, ambos aparecem na literatura, sendo que o primeiro aparece sobretudo na literatura americana e o segundo na literatura europeia.

No que concerne ao capítulo II, nele constará informação relativa à metodologia adotada na presente investigação. Desde logo, proceder-se-á à descrição dos objetivos que orientam este trabalho, assim como das hipóteses estabelecidas nesta metodologia quantitativa. Neste capítulo será ainda possível encontrar informação relativa à amostra, aos instrumentos e aos procedimentos de recolha e análise dos dados.

No capítulo III serão apresentados os resultados deste estudo. Os dados serão expostos tendo por base os objetivos e as hipóteses de investigação colocadas após a revisão do *estado da arte*. Esta apresentação iniciar-se-á com a caracterização da amostra a partir das variáveis, seguida da relação entre as variáveis, a partir de métodos estatísticos selecionados para o efeito. Terminar-se-á a dissertação com a apresentação das principais conclusões deste trabalho, tendo subjacente os estudos e as correntes teóricas sobre as matérias enunciadas. Neste sentido, procurar-se-á aferir em que medida os resultados da investigação constituem ratificações ou refutações relativamente a pesquisas precedentes, na tentativa de responder aos objetivos inicialmente estabelecidos. Por fim, serão apontadas algumas limitações e dificuldades deste estudo, assim como possíveis sugestões que surgiram para investigações futuras.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Crime de Colarinho Branco

1.1. Definição do conceito

O crime sempre foi associado a classes mais baixas (Croall, 2001), pelo menos até 1939, ano em que Sutherland apresenta o conceito de *White-Collar Crime*, como “a violação da lei por um indivíduo de estatuto socioeconómico elevado e respeitável, no decorrer da sua atividade profissional” (Sutherland, 1940, p.2). Este autor sublinhou que o crime não está, necessariamente, relacionado com patologias sociais e individuais. Desta forma, incitou uma revolução na Criminologia, ao alterar a visão de crime e chamar a atenção para o Crime de Colarinho Branco (CCB), cometido pelos ricos e poderosos e para o crime inserido na atividade legítima de indivíduos, grupos, instituições e mesmo do próprio Estado (Kuhn & Agra, 2010).

Porém, a definição de Sutherland é alvo de diversas críticas, sobretudo por ser considerada muito vaga (Ragatz & Fremouw, 2010), pelo que o conceito de CCB tem sido objeto de constante evolução e tem suscitado uma variedade de interpretações (Friedrichs, 2010). De acordo com Friedrichs (1992, p. 7) estamos perante uma *anarquia conceptual*, pois não existe uma definição unanimemente aceite e atualmente o conceito de CCB ainda provoca discórdia entre os autores (Bickle, Schlegel, Fassbender & Klein, 2006; Friedrichs, 2010; Shapiro, 1990; Sutherland, 1949).

Esta dificuldade em encontrar definições claras está relacionada com o facto de este tipo de crime afetar áreas cruciais do quotidiano e, apesar de estas atividades estarem contempladas na lei penal, não são consideradas do mesmo modo que outros tipos de ofensas (Croall, 2001; Payne, 2012). Além disso, o CCB abrange uma vasta variedade de crimes, tais como branqueamento de capitais, burlas, falsificação, corrupção, suborno, crimes fiscais, crimes contra o ambiente, crimes contra os trabalhadores, poluição, ofensas para com os consumidores, crimes financeiros, *inside trading*, avaliações financeiras de empresas falsas, manipulação de *stocks*, fraude, falsas aplicações de fundos, fugas de impostos, entre outros (Faria, Leite, Sousa & Cruz, 2013; Langton, 2006 cit. in Sousa & Cruz, 2013). Acresce ainda que se, por um lado, este tipo de crime pode ser

cometido num âmbito organizacional ou empresarial, também o pode ser num âmbito individual, como forma profissional ou ocupacional do indivíduo (Cruz, 2013a).

Existem na literatura diversas concepções, com foco em diferentes pontos de vista (Wheeler, 1988). Alguns autores, como Brightman (2009), enfatizam as características do ofensor (e.g. elevado estatuto socioeconómico, cargo profissional), enquanto outros colocam o foco nas características da ofensa (e.g. contexto, estatuto legal, tipo de vítima, natureza do dano). Bickle e colaboradores (2006, p. 221) definem o CCB como um crime não violento, com ganho financeiro, cometido através do engano e Pickett & Pickett (2002) (cit. in Gottschalk, 2010) acrescentam que, geralmente ocorre abuso de confiança e ocultação das verdadeiras intenções dos atos. Shapiro (1980) e Coleman (2005) realçam os tipos de atos cometidos, vendo o CCB como qualquer ofensa económica cometida através de uma combinação de fraude ou engano. Também o FBI (*Federal Bureau of Investigation*) apresenta uma definição deste conceito: “atos ilegais que são caracterizados pelo engano, dissimulação ou violação de confiança e que não dependem da aplicação da ameaça da força física ou violência” e acrescenta, ainda, que os indivíduos ou as empresas cometem estes atos para “obter dinheiro, propriedade ou serviços, para evitar pagamentos ou perdas de dinheiro ou para garantir vantagens pessoais ou para a empresa” (*United States Department of Justice [USDOJ]*, 1989, p. 3).

Paralelamente, conciliando o tipo de ato e o estatuto do ofensor, Geis (1992 cit. in Weisburd, Waring, & Chayet, 2001) afirma que o CCB envolve abuso de poder por indivíduos que detêm altos cargos que providenciam a oportunidade para cometer tais ofensas.

Importa destacar algumas perspetivas que têm ganho consenso, como a posição de Edelhertz (1970, p.3) que salienta que o CCB pode ser realizado no decurso de uma ocupação profissional, mas também a nível individual, não profissional e é definido como um “ato ilegal ou uma série de atos ilegais cometidos por meios não físicos, e por dissimulação ou astúcia, para obter dinheiro ou propriedade, ou para obter vantagens pessoais ou profissionais”². Esta definição tem sido amplamente aceite na literatura e nos estudos empíricos (e.g. Alalehto & Larsson, 2012; Benson & Simpson, 2009; Wheeler, Weisburd, Waring & Bode, 1988), por limitar o conceito de CCB a violações da lei (Alalehto,

² A tradução é minha.

2015). Também a definição de um grupo de investigadores do *National White Collar Crime Center* tem sido bastante unânime. Estes conceptualizam o CCB como:

Atos ilegais ou não éticos que violam a responsabilidade fiduciária da confiança pública, cometidos por um indivíduo ou uma organização, geralmente no decorrer de uma atividade ocupacional legítima, por pessoas de elevado ou respeitável estatuto social, para ganho pessoal ou da organização³ (Helmkamp, Ball & Townsed, 1996, p. 351).

De certa forma, esta definição é mais abrangente que a de Sutherland (1940), já que inclui crimes que não são cometidos, necessariamente, no decorrer de uma profissão (Ray, 2007).

Queloz (1999) sublinhou a existência de seis elementos comuns presentes nas diversas definições de CCB: 1) ocorre num contexto económico, 2) não emprega força física ou violência, 3) exige conhecimentos profissionais específicos em áreas como a economia, comércio e finanças, 4) tem o objetivo de enriquecimento ou resolução de um problema económico, 5) integra uma violação de confiança, fragilizando a credibilidade nos sectores económicos e 6) provoca danos e prejuízos.

Contudo, alguns elementos ainda geram discussão, nomeadamente a inclusão ou não de atos não éticos e desviantes e se o CCB deve ser determinado pelo estatuto do ofensor (Szockyj, 1999). O termo colarinho branco está diretamente relacionado com as características individuais dos ofensores, nomeadamente o seu estatuto socioeconómico (Cruz, 2012). Todavia, alguns dos crimes que temos referido como integrantes deste conceito são praticados por indivíduos de estatuto médio ou baixo (idem)⁴. Neste sentido, muitos autores, sobretudo europeus, defendem a sua substituição pelo termo “crime económico-financeiro” (CEF), embora os norte-americanos continuem a preferir o termo *white-collar crime*.

A inclusão do estatuto do ofensor na definição do conceito pode dificultar a operacionalização do mesmo, o que se torna especialmente evidente quando se utilizam registos oficiais de CCB, que não têm em consideração este parâmetro, razão pela qual os estudos têm utilizado uma definição baseada no tipo de ofensa, em termos legais (*United States Department of Justice [USDOJ]* cit. in Ray, 2007). Utilizar o estatuto do ofensor como ponto de partida para a definição de

³ A tradução é minha.

⁴ Bacher (2005 cit. in Cruz, 2012) considera que atualmente este tipo de crime é cometido por indivíduos de todos os estratos sociais.

CCB cria, ainda, outras dificuldades, como encontrar a fronteira entre os profissionais de elevado estatuto e definir profissões legítimas e respeitáveis (Croall, 2001). Para Shapiro (1990, p.350) os conceitos de CCB, por vezes, confundem o ato com os atores, pelo que deve haver um afastamento das características do ofensor (e.g. estatuto socioeconómico) e um maior foco no abuso de confiança, que é considerado o *modus operandi* desta criminalidade⁵. Neste sentido, Croall (2001) considera que o estatuto do ofensor, apesar de importante, não deve ser o ponto de partida da definição de CCB.

Na realidade, apesar de inicialmente o CCB ser apontado como sendo essencialmente cometido por indivíduos de elevado estatuto socioeconómico, com a evolução da Criminologia, essa noção acabou por se relativizar, sendo considerada, nos dias de hoje, pouco abrangente para definir a verdadeira natureza deste fenómeno. A definição de Sutherland excluía indivíduos de outras classes sociais que cometiam crimes financeiros (Brightman, 2009), o que fez surgir o conceito de Crime de Colarinho Azul (CCA), cometido por indivíduos pertencentes a estratos socioeconómicos mais baixos e que não implica, necessariamente, capacidades e habilitações específicas e pode ter consequências físicas notórias (*Justice Committee*, 2013). Outra diferença entre o CCB e o CCA é a área do seu impacto, que é consideravelmente maior no CCB do que no CCA que afeta apenas uma pequena fração de uma comunidade ou somente uma família ou indivíduo (Graham, 2012).

Por outro lado, muitos acreditam que, ao não incluir este critério relativo à posição socioeconómica, se está a retirar a característica principal do CCB, precisamente a sua associação ao elevado estatuto social. Além disso, torna-a uma definição demasiado ampla, que integra crimes associados a ocupações *blue-collar* (Croall, 2001). Também Brightman (2009) sublinha que, tal como em qualquer crime, os indivíduos de estatuto mais elevado têm uma menor probabilidade de ser apanhados e condenados, pelo que concorda com Sutherland na necessidade de melhor compreender a criminalidade de elite e, por tal, esta característica deve ser enfatizada.

Friedrichs (2002) considera que o termo CCB é inevitavelmente heurístico e relativista e alguns autores acreditam que, apesar de terem surgido várias propostas de definição do conceito apresentado por Sutherland, nenhuma é

⁵ Os ofensores de colarinho branco não utilizam força ou armas no cometimento da ofensa, fazem-no através do abuso de poder (Szczokaj, 1999).

completamente satisfatória (Meier, 1996). Devido às muitas propostas de análise e definição de CCB, é difícil chegar a um consenso no que respeita a uma definição única (Payne, 2012). Esta indefinição tem consequências negativas no estudo e investigação sobre estes comportamentos, além de dificultar a sua detecção e intervenção eficaz. Finalmente, as várias definições de CCB têm tornado difícil determinar com grande precisão a verdadeira extensão desta criminalidade (Payne, 2012).

Em síntese, não obstante as imperfeições apontadas ao termo CCB, este continua a ser o mais utilizado e o que nos parece mais adequado quando se pretende compreender porque é que indivíduos integrados e respeitados na sociedade cometem crimes (no mesmo sentido Cruz, 2012).

1.1.1. Categorização e operacionalização do conceito

Quando referimos o problema da concetualização do CCB, é preciso não esquecer a grande heterogeneidade inerente a este conceito, que torna inevitável a sua divisão (Croall, 2001).

Friedrichs (2002) considera que o crime empresarial (*corporate crime*) e o crime no exercício profissional (*occupational crime*), definidos por Clinard & Quinney (1967), são os dois tipos principais de CCB e a investigação tem seguido estas duas tradições distintas. O *corporate crime* tem características e consequências que o tornam manifestamente diferente do *occupational crime*⁶ (Clinard & Quinney, 1967; Friedrichs, 1992). O primeiro abrange ofensas cometidas por funcionários para a sua empresa e ofensas da própria empresa, enquanto o segundo se refere a ofensas cometidas individualmente, no decorrer de uma ocupação profissional e ofensas cometidas pelos trabalhadores contra os seus empregadores (Clinard & Quinney, 1967). Os autores acreditam que o foco deve estar na profissão e não no estatuto social.

Para Friedrichs (1992) a criação de tipologias é importante e necessária como ponto de partida para a investigação do CCB, desde que se tenha presente as suas limitações, de modo a não gerar uma maior confusão. As categorias não devem ser “nem demasiado amplas nem muito restritas; não devem existir nem muitas nem poucas” (Friedrichs, 1992, p. 15). Para este autor, os critérios de diferenciação entre os vários tipos de CCB devem incluir o contexto em que o ato ocorre, o estatuto ou posição do ofensor, as vítimas primárias, a principal forma

⁶ Embora esta distinção seja aceite, Friedrichs (2002) atenta que tentativas subsequentes de dividir estes conceitos em diferentes subtipos podem comprometer o desenvolvimento teórico desta temática.

de dano e a classificação legal (Friedrichs, 1992). Neste sentido, sugeriu uma diferenciação entre *corporate crime*, *occupational crime*, *governmental crime*, *state-corporate crime*, *globalisation crime*, *financial crime* e *enterprise, contrepreneurial, technological or avocational crime*⁷ (Friedrichs, 1992).

Pese embora a conhecida divisão realizada por Clinard e Quinney (1967), entre *corporate crime* e *occupational crime* tenha dominado a literatura, continua a ser evidente o esforço pela tentativa de estudar de forma global o CCB, (Faria et al., 2013).

Apesar de estas tipologias auxiliarem na uniformização do conceito, são encontradas diferentes definições operacionais nos diversos estudos, ou seja, existem definições que servem propósitos diferentes (Friedrichs, 1992). Algumas investigações têm utilizado operacionalizações amplas do CCB para incluírem atos que não constituem violações da lei (Clinard & Yeager, 1980; Simpson & Koper, 1997). Por outro lado, Weisburd e colaboradores (1990) utilizaram registos criminais oficiais de tipos específicos de CCB, como desfalque, falso testemunho, fraude ao serviço de correios, fraude nas instituições de crédito, suborno, evasão fiscal, fraude nos seguros e crimes contra a concorrência. Outros estudos mediram o CCB de acordo com as intenções de ofender utilizando cenários (Elis & Simpson, 1995; Paternoster & Simpson, 1996; Piquero, Tibbets & Blankenship, 2005; Simpson & Piquero, 2002). Porém, a tendência é colocar o foco em determinados grupos de ofensas, legalmente definidos, de modo a facilitar a comparação e uniformização entre estudos (Croall, 2001) e os autores têm utilizado a definição de Wheeler e colaboradores (1982) como ponto de partida (e.g. Benson & Moore, 1992; Langton & Piquero, 2007; Poortinga, Lemmen & Jibson, 2006; Walters & Geyer, 2004; Weisburd, Chayet & Waring, 1990; Wheeler et al., 1988). Assim, o CCB é definido como ofensas económicas cometidas pela utilização de uma combinação de fraude, engano ou conluio (Wheeler, Weisburd & Bode, 1982, p. 642). Esta definição exige, adicionalmente, que a ofensa se enquadre dentro de um de oito tipos de crime: desfalque bancário, fraude fiscal, fraude ao serviço de correios, fraude das instituições de

⁷ O crime empresarial é cometido para benefício da empresa, por indivíduos ligados à mesma; o crime no exercício de uma profissão inclui atos cometidos no decurso da ocupação profissional de um indivíduo com a intenção de ganho financeiro; o crime governamental envolve atividades danosas cometidas apenas pelas entidades do governo; o *state-corporate crime* integra atos de organismos do governo em cooperação com instituições privadas, combinado o crime estatal com o crime empresarial; por fim, o último tipo de crime inclui formas marginais de CCB, que abrangem aqueles crimes que se assemelham ao CCB (e.g. evasão fiscal), mas não são cometidos no decurso de uma profissão (Cruz, 2012; Friedrichs, 1992).

crédito, falso testemunho e falsas declarações, suborno, fraude nos seguros ou crimes contra a concorrência (idem).

Em Portugal, tendo em conta a classificação dos crimes na legislação portuguesa, de acordo com Faria e colaboradores (2013), o conceito subdivide-se em quatro categorias, que incluem crimes significativamente diferentes: crimes contra o património, crimes contra a sociedade, crimes contra o sector público e crimes regulados por legislação avulsa. Também Morgado e Vegar (2007) dividiram o CCB em três categorias distintas. A primeira categoria, dos crimes tributários, compreende os crimes aduaneiros (e.g. contrabando, fraude no transporte de mercadorias em regime suspensivo), os crimes fiscais, no sentido de apropriação de valores que deviam ser entregues ao Estado (e.g. fraude ao IVA, abuso de confiança fiscal) e os crimes contra a segurança social (e.g. fraude conta a segurança social). Numa segunda categoria, integram a burla informática e nas telecomunicações. Por último, consideram os crimes de corrupção e peculato, que se materializam, por exemplo, no tráfico de influências e no branqueamento de capitais (idem).

Em suma, o conceito CCB tem sido amplamente utilizado – não só pela Criminologia, mas também por outras ciências - para descrever um tipo de criminalidade que exige um acesso privilegiado a determinados recursos sociais e económicos e que é praticado no âmbito da esfera profissional do seu autor. É possível perceber que todos os atos considerados têm em comum o facto de serem violações da lei cometidas por instituições e indivíduos que possuem um estatuto respeitável e legítimo, que envolvem a violação de confiança pública ou privada, com a motivação de obter vantagem financeira ou manutenção e alargamento de poder e privilégio e por não englobar, de forma direta, violência intencional (Friedrichs, 2010; Guedes & Cruz, 2011; Velloso, 2006). O CCB é racional e calculado, não é um crime de paixão (Ben-David, 1991). A grande diversidade de termos que cabem no CCB dificulta uma definição unânime do conceito (Friedrichs, 2010), de modo que se torna essencial reconhecer que os diversos tipos que o integram devem ser entendidos como variantes ao longo de um *continuum* (Katz, 1979 cit. in Friedrichs, 1992).

1.2. Caraterísticas do Crime de Colarinho Branco

O CCB contrasta, de forma acentuada, com o crime comum e de rua que normalmente atrai mais a atenção da sociedade em geral, mas também dos próprios criminólogos e especialistas forenses (Poortinga, Lemmen & Jibson, 2006). Como já foi referido, o CCB apresenta diversas especificidades, ou seja, caraterísticas opostas às da criminalidade comum, nomeadamente no que respeita ao ofensor, à sua natureza e às vítimas (Cruz, 2013a).

O CCB difere do crime comum sobretudo na natureza da vitimação e na natureza das próprias ofensas (Wheeler, 1988). Desde logo, o CCB tem pouca visibilidade, não é alvo de uma forte reprovação social e as vítimas são difíceis de identificar (Friedrichs, 2010). Os crimes comuns, por norma, vitimam indivíduos, ao contrário do CCB, que envolve a vitimização de empresas e organizações, inclusivamente o próprio estado (Wheeler, 1988). O CCB distingue-se por não estar associado a violência física, ter lugar em contextos estruturados e ser praticado no exercício de uma atividade profissional, com a existência de abuso de confiança e intenção de ganho de vantagem económica para o ofensor (Benson & Simpson, 2009, Friedrichs, 2010).

Diferentemente de outros tipos de crime, o ofensor pretende esconder o próprio ato – e não apenas esconder-se como autor do mesmo – dando-lhe a aparência de legalidade (Ben-David, 1991). Neste sentido, torna-se evidente que a execução do CCB exige inteligência e conhecimentos específicos e complexos. Além disso, estes ofensores não se veem a eles próprios como tal e têm inerente um processo de neutralização, tal como foi definido por Sykes e Matza (1957) (idem).

1.2.1. O Ofensor de Colarinho Branco

De acordo com Brightman (2009), a teoria de Sutherland (1939) gerou muita controvérsia por ter definido o ofensor de colarinho branco como um indivíduo respeitável, de estatuto socioeconómico elevado, geralmente, bem integrado na sociedade, e que exerce uma atividade profissional estável. Não obstante, uma das razões que torna o estudo do CCB particularmente interessante é o facto de os ofensores terem um perfil bastante diferente dos ofensores comuns e, muitas vezes, semelhante ao dos não ofensores (Benson & Simpson, 2009; Friedrichs, 2010). Acresce ainda que os indivíduos de elevado estatuto socioeconómico não são, por norma, associados ao crime (Weisburd et al., 2001). Neste sentido, e como afirma Benson (2013), é necessário que os

estudos sobre o CCB forneçam uma descrição completa e integral das características específicas dos seus ofensores na atualidade.

Em relação às características sociodemográficas, a grande maioria dos ofensores de colarinho branco são do sexo masculino (Benson, 2002; Gottschalk & Glasø, 2013; Holtfreter, 2005; Weisburd, 1992; Wheeler et al., 1988). Isto pode estar relacionado com as diferenças de gênero na ocupação de determinadas profissões nas sociedades atuais (Gottschalk & Glasø, 2013). Ou seja, como as mulheres, por norma, não ocupam cargos de estatuto tão elevado como os homens, também não terão o mesmo acesso às oportunidades de cometer este tipo de ofensas (idem).

Relativamente à idade, os ofensores de colarinho branco têm, geralmente, entre 40 e 45 anos, sendo mais velhos quando comparados com outros ofensores (Alalehto & Larsson, 2008 cit. in Alalehto, 2015; Benson, 2002; Holtfreter, 2005; Onna, Geest, Huisman & Denkers, 2014; Wheeler et al., 1988; Weisburd, 1991, 2001). As explicações subjacentes a esta distribuição são semelhantes às dadas para o gênero, ou seja, indivíduos mais novos não têm as mesmas oportunidades para praticar este tipo de atos (Ring, 2003 cit. in Alalehto, 2015). Os cargos profissionais mais elevados estão, por norma, restritos a indivíduos mais velhos, com mais experiência e carreiras mais longas (Alalehto, 2015). Deste modo, de acordo com Piquero e Benson (2004) o CCB é diferente do crime comum em relação à altura da vida em que o indivíduo se envolve na prática criminosa, pois estes ofensores parecem iniciar estes comportamentos numa fase mais tardia. Assim, os autores acreditam que as teorias desenvolvimentais existentes não parecem explicar este tipo de criminalidade, pelo que, são necessários mais estudos sobre esta temática (idem).

No que concerne ao estado civil, estes ofensores são, em regra, casados (Benson, 2002; Listwan, Piquero & Voorhis, 2010), apesar de a taxa de divórcios ser maior nos ofensores de colarinho branco quando comparados com os ofensores comuns (Walters & Geyer, 2004; Weisburd, 1991).

Os ofensores de colarinho branco também se distinguem em relação ao nível de escolaridade, que é igual ou superior ao da população em geral e ao dos outros ofensores⁸ (Poortinga et al., 2006). No entanto, isto varia de acordo com o tipo de CCB cometido (Alalehto & Larsson, 2008 cit. in Alalehto, 2015; Holtfreter,

⁸ Estas conclusões contradizem muitos estudos que analisaram a relação dos níveis de escolaridade dos ofensores e diversos tipos de crime e mostraram que quanto mais baixo o nível de escolaridade maior a probabilidade de um indivíduo cometer crimes (Loeber & Dishion, 1983; Thornberry, Lizotte, Krohn, Farnworth & Jang, 1991).

2005; Listwan et al., 2010; Walters & Geyer, 2004; Weisburd et al., 2001; Wheeler et al., 1988). A explicação pode ser semelhante à encontrada para a idade e o género, já que os cargos mais elevados, que proporcionam mais oportunidades para o cometimento deste tipo de ofensas, requerem treino e conhecimento especializado antes de os alcançar (Albrecht, 2003 cit. in Holtfreter, 2005). A detenção de um posto hierárquico importante exige, na maioria das vezes, um diploma de ensino superior (Holtfreter, 2005).

Relativamente aos níveis de desemprego, os ofensores de colarinho branco apresentam menores níveis de desemprego quando comparados com os ofensores comuns e quando comparados com não ofensores (Weisburd et al., 2001; Wheeler et al., 1988).

No que respeita à carreira dos ofensores de colarinho branco, a evidência tem mostrado, contrariamente ao esperado, que as taxas de reincidência são bastante elevadas (cerca de 40%), apesar de se mostrarem mais baixas quando comparadas com os ofensores comuns (Benson & Simpson, 2009). Esta questão será abordada mais pormenorizadamente na secção relativa ao autocontrolo.

Alguns autores, como Holtfreter (2005), chamam a atenção para a necessidade de se atender ao facto de as características dos ofensores poderem ser diferentes conforme o tipo de CCB cometido. Wheeler (1988) mostra que os ofensores de colarinho branco são num grupo heterogéneo, quando consideramos as suas características sociodemográficas.

Weisburd e colaboradores (2001) concluíram que os ofensores de colarinho branco apresentam algumas diferenças em relação aos ofensores comuns. Porém, o grupo de ofensores de colarinho branco integra diferentes subtipos: por um lado, indivíduos que cometeram crimes como abuso de confiança e fraude nos seguros, que são predominantemente homens de meia-idade, com emprego estável e habilitações mais elevadas; por outro lado, indivíduos que cometeram crimes de fraude fiscal, caracterizados por terem menores habilitações e taxas de desemprego mais elevadas; por fim, distinguem-se ainda os indivíduos que praticaram fraudes de crédito, mais novos, de ambos os sexos e diferentes etnias (idem).

Também Walters e Geyer (2004) se debruçaram sobre esta questão das possíveis diferenças entre ofensores de colarinho branco e ofensores comuns, comparando três grupos de reclusos: indivíduos condenados apenas por CCB, indivíduos condenados por CCB mas também outros crimes e indivíduos condenados por outros crimes que não CCB. Os indivíduos do primeiro grupo,

considerados ofensores de colarinho branco puros, eram mais velhos, possuíam habilitações mais elevadas e tinham sentenças mais curtas em relação aos ofensores comuns. Neste sentido, os autores mostraram que é possível encontrar dois grupos de ofensores de colarinho branco - uma maioria, que apenas haviam cometido CCB, e outro grupo, mais reduzido, mais versátil, já que, além de CCB, apresentavam condenações por outros crimes.

1.2.2. Natureza do Crime de Colarinho Branco

Quanto à sua natureza, podemos considerar que o CCB é complexo e encontra-se, comumente, camuflado por atividades lícitas, pois, como vimos, o indivíduo pretende esconder o próprio ato (Ben-David, 1991; Friedrichs, 2010). Torna-se, assim, evidente que estes crimes resultam de um grande planeamento, por parte de indivíduos inteligentes (Cruz, 2013a). Além disso, a maioria das ofensas que integram o espectro do CCB torna-se possível pela utilização de conhecimento especializado e técnico (Croall, 2001). Isto acaba por tornar os crimes mais complexos e, conseqüentemente, a extensão, duração e particularidades da ofensa são difíceis de determinar (idem). São atos planejados e que podem envolver vários indivíduos com diferentes graus de responsabilidade, criando uma difusão e, concludentemente, uma dificuldade de investigação (idem).

Dadas estas características, é difícil identificar a oportunidade, a motivação e as técnicas utilizadas para cometer estas ofensas (Cruz, 2012).

A oportunidade tem um papel crucial neste tipo de criminalidade, já que depende do acesso legítimo do ofensor à vítima, o que resulta, geralmente, da existência de uma relação de confiança entre ambos (Cruz, 2012). Isto significa que, de certo modo, o ofensor encontra nesta relação a legitimação para o seu comportamento. Por outro lado, em determinados tipos de CCB a relação com as vítimas é tão indireta que é difícil estabelecer nexos causais (idem). Assim, o CCB também envolve diferentes padrões de vitimação e por vezes, as vítimas não têm consciência de que o são (Croall, 2001). Estas questões contribuem para a dificuldade em medir os danos deste tipo de criminalidade, já que o mesmo é pouco reportado (idem).

A técnica do CCB, por norma, não acarreta força física, nem violência, passando pela fraude, pela mentira, pelo abuso de confiança e pela dissimulação, escondendo o crime sob a aparência de legalidade (Cruz, 2012). No entanto, o CCB pode também implicar consequências violentas, especialmente o crime

empresarial, apesar de os meios utilizados nas ofensas não serem violentos, no sentido tradicional do termo (Szckoyj, 1999). Assim, a técnica inerente ao CCB envolve o planeamento, a inovação e a inteligência.

Estes ofensores, que neutralizam a negatividade dos seus comportamentos, são essencialmente motivados pelo interesse económico e procura de sucesso e enriquecimento, que tem como consequência um maior reconhecimento social ou pelos objetivos de uma organização ou empresa.

Estas características e, sobretudo, a definição de Helmkamp e colaboradores (1996 cit. in Friedrichs, 2010) estão relacionadas com o comportamento empreendedor, nomeadamente a ligação entre o CCB e o estatuto profissional, o objetivo de ganho pessoal ou organizacional e a dificuldade em fazer uma distinção entre as infrações e as práticas de negócios (Cruz, Faria, Leite & Sousa, 2015). Num estudo de 2015, Cruz e colaboradores mostram o paralelismo que existe entre o CCB e o empreendedorismo, nomeadamente porque falamos de indivíduos com competências profissionais, inovadores, que reconhecem as oportunidades e estão dispostos a correr riscos (idem). Para Smith (2009 cit. in Cruz et al., 2015) o planeamento do crime patenteia um comportamento empreendedor e Arnulf e Gottschalk (2012 cit. in Cruz et al., 2015) consideram que as teorias do CCB, que se focam essencialmente nos mecanismos que dão origem a este comportamento, têm um núcleo comum: oportunidade, confiança e competência. Deste modo, o CCB pode ser visto como empreendedorismo destrutivo, já que os empreendedores, para a maximização de ganhos, utilizam o seu talento em atividades destrutivas (Baumol, 1990). Smith e Gordon (2009 cit. in Cruz, 2013b) sublinham que o CCB exige empreendedorismo, tanto na sua preparação como no momento em que é necessário esconder o próprio ato sob a aparência de legalidade. A natureza do CCB, diretamente relacionada com o comportamento empreendedor e inovador, determina a existência de dificuldades na investigação criminal e na fase de julgamento destes crimes (Cruz et al., 2015).

Em suma, a literatura apela a uma identificação do perfil do ofensor de colarinho branco com o de um empreendedor, sobretudo pelas competências profissionais, capacidade para reconhecer oportunidades, criatividade na procura de soluções e propensão para a *procura de risco* (Cruz et al., 2015). Deste modo também é possível concluir que nem sempre são as motivações a curto prazo que movem os ofensores, como se pensa em relação à criminalidade tradicional (Cruz, 2013a).

1.3. Teorias criminológicas e Crime de Colarinho Branco

Antes do discurso de Sutherland, em 1939, a Criminologia tinha negligenciado o estudo do CCB, muito em parte porque este inclui diversos tipos de crimes e especificidades, como supracitado, que dificultam a aplicação de teorias gerais. Porém, torna-se inevitável questionar por que é que indivíduos bem-sucedidos, com recursos financeiros e com elevadas habilitações se envolvem em crimes, arriscando a sua posição e reputação na sociedade (Price & Norris, 2009). Estas questões foram analisadas tanto ao nível organizacional, como individual e social (idem).

Como já referido, a Teoria da Associação Diferencial, de Sutherland, pretende explicar todos os tipos de criminalidade, com a premissa fundamental de que “o comportamento criminoso é aprendido em associação com aqueles que definem tal comportamento criminal de modo favorável e em isolamento daqueles que o definem desfavoravelmente” (Sutherland, 1983, p. 240). Para este autor, o crime é aprendido⁹, direta ou indiretamente, daqueles que o praticam, como qualquer outro comportamento normativo (Akers & Sellers, 2004; Payne, 2012; Sutherland, 1947 cit. in Ray, 2007). Assim, de acordo com esta teoria, o aparecimento do comportamento criminal depende da frequência relativa do contacto com ambientes favoráveis e desfavoráveis ao mesmo, ou seja, quanto maior o contacto com definições favoráveis à violação da lei, maior a propensão para o crime (Sutherland, 1983). A Teoria da Associação Diferencial também sublinha a importância da desorganização social, no sentido de a sociedade não estar preparada para combater a criminalidade (Sutherland, 1940). Com esta teoria, Sutherland (1983) pretende uma explicação universal de toda a e enfatiza, na explicação do CCB, a *cultura empresarial* e o facto de alguns sectores e determinadas empresas serem mais propícios ao cometimento de crimes. Segundo o autor, ao mundo empresarial estaria inerente um conjunto de normas favoráveis à violação das leis, ou seja, uma cultura que aprovaria atos ilegais (idem). Nas empresas existem forças que pressionam os indivíduos a adotarem condutas não éticas, na procura de ganhos pessoais, e que predominam em relação à legalidade. Inserido neste ambiente, o indivíduo acaba por se adaptar e o referencial normativo da instituição em que trabalha sobrepõem-se aos outros.

⁹ A aprendizagem de um comportamento delinquente compreende as técnicas, racionalizações e atitudes e verifica-se no seio de grupos próximos e pessoais, é através do processo de aprendizagem no seio dos grupos, que os indivíduos adquirem a motivação para a prática do crime e as técnicas e conhecimentos para o seu cometimento (Sutherland, 1947 cit. in Ray, 2007).

Os funcionários das empresas desenvolvem uma relação de lealdade com a instituição, de modo que as normas do ambiente de trabalho sobrepõem-se às da família e da comunidade (Cruz, 2013a).

Embora tenha contribuído fortemente para o impulso do estudo deste tipo de criminalidade, a Teoria da Associação Diferencial foi alvo de diversas críticas, nomeadamente por negligenciar fatores individuais, como a personalidade e as condições socioeconómicas (Santos, 2001). Por outro lado, a mesma não consegue explicar a origem da própria *cultura empresarial criminógena* e acaba por confundir um processo de envolvimento criminal com a suposta causa desse comportamento (Friedrichs, 2010). Esta teoria também não clarifica por que indivíduos inseridos no mesmo contexto têm comportamentos diferentes, nem os crimes realizados em contextos estritamente individuais. Além disso, ignora a noção de responsabilidade individual (idem). Pese embora todas as críticas de que é alvo, esta teoria reveste-se de extrema importância por ter contribuído, como referido supra, para um olhar mais atento sobre o CCB e tornou-se um dos paradigmas criminológicos mais influentes (Laub & Sampson, 1991).

Gottfredson e Hirschi (1990) apresentaram a Teoria Geral do Crime (TGC) que aponta o autocontrolo individual como explicação para o comportamento criminal, mais concretamente, o baixo autocontrolo. O baixo autocontrolo seria consequência de falhas no exercício do poder parental, o que significa que teria origem na infância, mas manter-se-ia estável ao longo da vida. Não obstante, os autores realçam que o comportamento criminal depende da interação entre o baixo autocontrolo e as oportunidades. Porém, Friedrichs (2010) defende que, de acordo com esta teoria, o CCB seria raro já que, à partida, os indivíduos com estatuto de colarinho branco teriam de ter elevados níveis de autocontrolo para alcançarem essa posição. Na realidade, Benson e Moore (1992) e Simpson e Piquero (2002) mostraram que os ofensores de colarinho branco têm níveis de autocontrolo moderados ou mesmo elevados. Por outro lado, o CCB envolve um planeamento orientado para ganhos a longo prazo, o que acaba por contrariar uma das características deste traço – a satisfação de desejos imediatos. Posteriormente nesta dissertação a teoria de Gottfredson e Hirschi e a sua aplicação ao CCB será abordada de forma mais extensiva.

Noutra perspetiva, Becker (1974) avançou com a Teoria da Escolha Racional, que enfatiza a ideia de responsabilidade individual, ou seja, o crime é uma escolha racional, com base numa avaliação dos custos e benefícios esperados. De acordo com esta teoria, se a utilidade racional esperada da ação

for claramente superior às desvantagens que podem resultar, então qualquer indivíduo cometerá a ofensa em questão. Uma das premissas desta teoria é que os indivíduos procuram o prazer e cumprimento de desejos de bens materiais, ou seja, a explicação do crime tem como base um ofensor intencional, instrumental e calculista que considera os prós e contras, riscos e sanções nas oportunidades de crime (Becker, 1968, 1974; Cohen & Simpson, 1997). Além disso, esta abordagem enfatizou a intenção, mas também a personalidade por trás do ato criminoso, numa vertente mais individual (Hechter & Kanazawa, 1997 cit. in Eaton & Korach, 2016). Nas empresas, os indivíduos são orientados de forma a tomarem decisões que possibilitem a maximização do lucro (Ray, 2007) e, nesse sentido, esta teoria adquire uma explicação do CCB, já que se fundamenta numa análise económica, processo geral das tarefas empresariais e porque esses comportamentos pressupõem um planeamento a longo prazo (Friedrichs, 2010). Deste modo, a teoria de Becker (1974) recebeu alguma atenção por parte dos investigadores do CCB (Makkai & Braithwaite, 1994; Nagin & Paternoster, 1994; Paternoster & Simpson, 1996; Piquero, Tibbets & Blankenship, 2005; Waring, Weisburd & Chayet, 1995). Os resultados foram mistos. Por um lado, diversos autores encontraram suporte empírico para a teoria (Paternoster & Simpson, 1996; Nagin & Paternoster, 1994; Piquero et al., 2005) enquanto outros obtiveram conclusões em sentido contrário (Vaughn, 1998; Waring et al., 1995).

Também esta foi alvo de críticas, nomeadamente porque excluiu a dimensão cognitiva e a dimensão emocional e por compreender uma visão estática da avaliação de custos e benefícios. Acresce que a eficácia da dissuasão no CCB permanece pouco esclarecida.

Com a Teoria da Anomia, Merton (1938) adaptou o conceito de anomia, proposto por Durkheim (1933) – falta de normas - e definiu-o como falta de meios legítimos para atingir os objetivos socialmente desejáveis. O autor considera que existe uma desigualdade nos meios disponibilizados aos estratos sociais mais baixos para a obtenção dos objetivos socialmente estabelecidos, nomeadamente a riqueza, criando uma disparidade entre a estrutura social e económica (Merton, 1938). Este desequilíbrio entre os meios legítimos e os fins valorizados socialmente gera uma pressão, de modo que os indivíduos adotam comportamentos desviantes. Concretamente na sociedade americana, a acumulação de riqueza seria o símbolo de sucesso, ao mesmo tempo que subsistia uma negligência pela questão dos meios legítimos para atingir esse objetivo. Portanto, a desigualdade na estrutura social não permitia que os

indivíduos de classes mais baixas tivessem acesso a meios institucionais adequados para atingir os objetivos culturalmente estabelecidos, criando uma situação de anomia (idem). Apesar de este autor considerar que os indivíduos das classes mais baixas estão mais sujeitos a situações de anomia, não significa que os indivíduos de estatuto mais elevado não cometam crimes, nomeadamente na procura de mais sucesso económico (Merton, 1968). Deste modo, esta abordagem parece conseguir explicar o CCB, a partir do conceito de anomia, e autores como Coleman (1994) e Waring e colaboradores (1995) corroboram a importância desta perspetiva no estudo deste tipo de criminalidade. A Teoria da Anomia contempla as atitudes e emoções na explicação do comportamento criminal, porém é também considerada uma abordagem demasiado geral, já que não explica como na mesma sociedade com anomia há indivíduos que não cometem crimes, além de que não identifica o que diferencia os ofensores de colarinho branco dos ofensores comuns.

A partir desta teoria, surgiram também a Teoria Geral *Strain* e a Teoria da Anomia Institucional. A primeira, construída por Agnew (1992), concentrou o foco de análise nas dimensões psicológicas e explicou o crime como uma reação emocional negativa ao ambiente. Para o autor, o crime é uma adaptação às emoções negativas, como *stress* e frustração. Esta abordagem, ao contrário da anterior, não se foca no estatuto socioeconómico, mas sublinha a importância das reações psicológicas, nomeadamente emoções negativas como consequência de situações de anomia. Langton e Piquero (2007) mostraram que esta teoria pode ser útil no estudo do CCB, mas apenas em crimes cometidos por indivíduos no exercício de uma atividade profissional e não no crime empresarial. Já Messner e Rosenfeld (1994), com a Teoria da Anomia Institucional, dão um maior enfoque à forma como as instituições contribuem para o comportamento delinquente. Os autores consideram que há uma forte ênfase nos objetivos de riqueza e sucesso económico, ao mesmo tempo que existe uma subjugação de instituições sociais e culturais, como a família e a religião, criando um desequilíbrio cultural (Messner & Rosenfeld, 1994). Esta perspetiva proporciona uma explicação macro, sugerindo que o CCB está relacionado com a importância dada pela sociedade ao sucesso material individual, obtido à custa do compromisso com o bem-estar público (Messner & Rosenfeld, 1997). Schoepfer e Piquero (2006) confirmaram alguns pressupostos desta teoria na aplicação ao CCB e a mesma tem ganho relevo essencialmente nos ofensores de colarinho branco mais bem-sucedidos, pois são indivíduos fortemente motivados pelo medo de perder o seu elevado

estatuto e a sua segurança económica. Por outro lado, estes ofensores podem ter expectativas elevadas e irrealistas de poder, sucesso material e riqueza individual e, não sendo capazes de aliviar a tensão e frustração que sentem, cometem crimes (idem).

Assim, as três abordagens focadas na anomia consideram que o comportamento delinquente pode ser explicado por situações de tensão, mas diferem relativamente aos fatores que a originam (Dias & Cruz, 2013). Em geral, Friedrichs (2010) acredita que a anomia pode ser aplicada especificamente ao CCB, que tem lugar num contexto com elevados níveis de competição e celebração do sucesso e alguns estudos, como o de Keane (1993 cit. in Lesha & Lesha, 2012), dão suporte a esta visão.

Outra explicação para o CCB deriva da Teoria do Controlo Social de Hirschi, (1969) que, ao invés das outras teorias criminológicas, questiona por que é que alguns indivíduos não praticam crimes. O autor sugere que os laços sociais dos indivíduos os afastam do envolvimento em crimes. Estes laços são constituídos por quatro elementos - *vínculo*, *crença*, *envolvimento* e *compromisso*. Segundo esta abordagem, a sociedade organiza-se em torno do comportamento convencional, que é promovido por recompensas e, neste sentido, quanto mais forte o laço social de um indivíduo, menor a probabilidade de o mesmo se envolver em comportamentos delinquentes. Esta teoria teve contraprova empírica, com exceção do fator *envolvimento*, relacionado com a ligação a atividades prossociais (Payne, 2012). O facto de este fator não reduzir a probabilidade de envolvimento em crimes pode estar relacionado com a aplicação desta teoria ao CCB, nomeadamente porque a própria definição de CCB requer que o indivíduo esteja vinculado a uma atividade profissional, que pode ser considerada uma atividade pro-social (idem). Por outro lado, esta teoria postula que os indivíduos possuem tendência para o comportamento criminal, mas são inibidos pelas normas sociais e a sua aplicação ao CCB sugere que as empresas com fortes ligações sociais promovem controlo social entre os seus funcionários (Friedrichs, 2010). O estudo de Lasley (1988) mostrou que indivíduos com fortes ligações aos seus superiores e colegas de trabalho, comprometidos com as regras, com grande valor de responsabilidade, têm menor probabilidade de praticar CCB. Por outro lado, os laços a uma empresa podem até promover a quebra de leis em vez de inibir, em situações em que os indivíduos têm fortes laços com a organização onde trabalham, mas a própria é criminosa. Neste caso, quanto maior o nível de laços sociais com a organização, maior o nível de

comprometimento com atividades criminosas por parte do indivíduo. Isto é particularmente provável em casos em que os indivíduos cometem crimes em favor dos interesses do seu negócio. Porém, nem todos os estudos deram suporte a esta teoria. Benson & Kerley (2001) concluíram que os ofensores de colarinho branco têm laços sociais fortes com a sociedade, tal como grande participação em atividades religiosas e organizações comunitárias.

A perspectiva do *labelling*, no âmbito do Interacionismo Simbólico, foca-se na forma como a percepção que o indivíduo tem de si mesmo e o seu comportamento são influenciados pelo ambiente social (Cooley, 2001; Dias & Cruz, 2013). Esta perspectiva considera que o sistema de justiça pode contribuir para a continuidade do comportamento criminal, ao definir determinados atos como criminosos e ao aplicar uma etiqueta de delinquente aos indivíduos (Rains et al., 2003 cit. in Dias & Cruz, 2013). Pese embora sejam escassos os trabalhos que apliquem a abordagem do *labelling* ao CCB (Payne, 2012), parece haver algum suporte desta perspectiva que defende que os comportamentos são influenciados pela percepção que o indivíduo tem de si e dos outros (Cooley, 2001). Mais concretamente, de acordo com Wellford (1975) o sistema de controlo formal seleciona os indivíduos de acordo com o estatuto socioeconómico e a raça. Como referido anteriormente, os ofensores de colarinho branco são, geralmente, de estatuto socioeconómico elevado, mais velhos e caucasianos, o que, de acordo com a perspectiva em análise, está associado a uma reação mais branda por parte do sistema de justiça (idem). Por outro lado, esta abordagem sugere que a carreira criminal é construída, integrando um processo em que o indivíduo reestrutura a sua autoimagem e se define como delinquente (idem). Isto levaria a um aumento de oportunidades ilegítimas e diminuição de oportunidades legítimas, elevando, consequentemente, a probabilidade de novas ofensas. Assim, no caso do ofensor de colarinho branco, se a reação do sistema de justiça é mais branda, é de prever que indivíduo não se veja a si próprio como delinquente e, concludentemente, que as oportunidades legítimas não diminuam e não aumente a probabilidade de cometer novos atos (Dias & Cruz, 2013). Embora em termos empíricos não sejam conhecidos estudos que apliquem esta teoria ao CCB, algumas análises permitem extrair conclusões importantes (idem). Em relação à reação do sistema de justiça, algumas investigações mostram que o sistema de controlo formal é mais permissivo com os ofensores de colarinho branco (Aubert, 1952 cit. in Dias & Cruz, 2013; Clinard & Yeager, 1980), mas outros concluem na direção oposta (Benson, 1990; Wheeler et al., 1982). Todavia,

de acordo com o que é defendido por esta perspectiva, os estudos mostram que estes indivíduos não reestruturam a sua autoimagem e não se identificam como delinquentes (Benson & Cullen, 1988; Braithwaite & Geis, 1989). Em relação às consequências da passagem pelo sistema de justiça as conclusões são díspares, (Benson & Moore, 1992; Wheeler et al., 1988), apesar de ser possível perceber que, quando comparados com outros ofensores, os ofensores de colarinho branco têm mais facilidade em reintegrar-se na sociedade após o cumprimento da pena (Gerber, 1994).

Deste modo, é possível perceber que as teorias gerais da Criminologia mais importantes revelam-se insuficientes na explicação do CCB. Estas carecem de alguma integração para explicar este tipo de criminalidade e, neste sentido, tem-se recorrido a teorias mais singulares, que considerem as especificidades desta criminalidade (Cruz, 2013a), de forma a proporcionar um melhor entendimento deste fenómeno criminal, envolvendo vertentes sociais, psicológicas e económicas.

Tal como a Teoria da Escolha Racional, a Teoria Sociológica do CCB (Coleman, 1987) defende que os ofensores atuam num contexto social que valoriza o sucesso material e a riqueza individual. Segundo esta abordagem sociológica, a ambição por riqueza e pela busca de prazer contribuem, de algum modo, para a criminalidade económica (Bickle et al., 2006). A evidência empírica na área da psicologia indica que existem diferenças individuais no que concerne à prioridade que atribuímos aos diferentes valores, independentemente da situação em que cada um se encontra (Schmitt e colaboradores, 1993 cit. in Bickle et al., 2006). Assim, os indivíduos diferem no valor e importância que dão aos bens materiais e aos prazeres da vida, pelo que as teorias referidas podem ter como base uma abordagem psicológica¹⁰ (Bickle et al., 2006).

O CCB também tem sido estudado ao nível organizacional com perspectivas que se focam na empresa como um ator racional, norteado por padrões tanto externos como internos (Friedrichs, 2010). Assim, estas teorias enfatizam as normas empresariais, no sentido de que as crenças e objetivos dos indivíduos são alterados quando estes entram na organização, já que, por influência do clima da mesma, se adaptam às políticas e procedimentos internos. Após entrarem nas organizações, os indivíduos, que possuem crenças e objetivos próprios, atravessam um processo de adaptação de acordo com os interesses e regras

¹⁰ Especialmente se tivermos em consideração que os indivíduos para quem os bens materiais e os prazeres da vida são valores primordiais são hedonistas, pelo que quanto maior o nível de hedonismo, maior a tendência para cometer ofensas económicas (Bickle et al., 2006).

dessas mesmas empresas. De acordo com esta abordagem, baseada na Teoria da Associação Diferencial, um indivíduo, ao entrar numa organização em que os atos desviantes são considerados normais, acaba por os aprender e utilizar de forma a alcançar os objetivos exigidos por essa mesma empresa (Vaughan, 1998). Simpson e Piquero (2002) mostram que as orientações ofensivas dadas pelos supervisores e a possibilidade de alcançar melhores posições sobre os competidores, são variáveis organizacionais que aumentam a probabilidade de comportamentos desviantes. A literatura tem também dado suporte às teorias organizacionais demonstrando que as variáveis situacionais – e.g. clima do mercado, lucro, características das equipas de gestão e descentralização – influenciam a opção pelo crime (Daboub, Rasheed, Priem & Gray, 1995; Rasheed et al., cit. in Ray, 2007; McKendall & Wagner, 1997; Baucus & Near, 1991).

Outra perspetiva aplicada recentemente ao CCB é a Teoria controlo-balanço (Piquero & Piquero, 2006). Esta abordagem de Tittle (1995) sugere que um desequilíbrio de controlo (excesso de controlo ou défice de controlo) resulta em formas de desvio autónomas e repressivas, respetivamente. Apesar de não ter sido testada empiricamente, esta abordagem foi utilizada na tentativa de explicar o crime empresarial. Piquero e Piquero (2006) examinaram a capacidade do excesso de controlo para explicar comportamentos oportunistas em contextos empresariais. De acordo com Tittle (1995), o excesso de poder pode resultar na tentativa de os atores expandirem esse excesso expressando atos autónomos, de natureza oportunista e dominadora. Piquero e Piquero (2006) encontraram contraprova empírica que suporta esta perspetiva.

A perspetiva marxista defende que o Estado é maioritariamente controlado por indivíduos poderosos capitalistas, pelo que as leis refletem a proteção dos interesses e do *status quo* destes mesmos indivíduos (Lynch & Michalowski, 2006). É ainda sugerido, que o Estado e as empresas têm como principal objetivo a obtenção de lucro, o que de certa forma, provoca alguma pressão na regulação de entidades corporativas, surgindo, nos Estados capitalistas um problema de regulação eficaz e uma ênfase nas posições de poder, concomitantemente com uma diminuição da concorrência empresarial. Estes factos dão lugar a uma sobreposição da importância do ganho financeiro e económico sobre o bem-estar social e pessoal dos indivíduos (Barnett, 1981). As teorias marxistas têm sido especialmente úteis na explicação da criminalidade económica-financeira de indivíduos com elevado estatuto socioeconómico e têm demonstrado a influência do sistema jurídico-legal na promoção de comportamentos criminais (Burns &

Lynch, 2002). Um estudo de Hagan e Parker (1985) deu suporte a esta abordagem ao verificar que indivíduos que detinham cargos de estatuto mais elevado são punidos de forma menos severa que indivíduos que possuíam estatuto mais baixo.

Eysenck (1964) apresenta também uma visão biológica, na Criminologia, quando explica o comportamento criminal com base na personalidade que, por sua vez, é influenciada pela estrutura neurobiológica do indivíduo. De acordo com este autor, o criminoso é extrovertido, procura novas sensações e adota comportamentos de risco, nomeadamente atividades criminosas, de forma a compensar a hipoativação do sistema nervoso periférico. Para Eysenck, o comportamento criminal está assim relacionado com a *extroversão* e *procura de risco*, o que pode encontrar suporte na literatura relativa aos traços de personalidade dos empreendedores. Estes indivíduos evidenciam traços de abertura para novas experiências e a propensão ao risco (Nicolaou, Shane, Cherkas & Spector, 2008). Baumol (1990) afirma que existem semelhanças entre ofensores de colarinho branco e empreendedores, já que este tipo de criminalidade envolve esquemas inovadores, inteligência, planeamento e assunção de riscos (Cruz, 2013b). Desta forma, surge uma das primeiras abordagens psicológicas do CCB, com base nos traços inatos.

Em suma, na procura da explicação do CCB são diversas as teorias e perspetivas que sobre ele recaem. Existem distintas abordagens exploratórias em múltiplos campos científicos, especialmente fora da psicologia (Blickle et al., 2006), pese embora a maioria das perspetivas acabe por ter implicações psicológicas. Assim, denota-se a importância de um olhar mais atento sobre as diferenças individuais, já que, sob as mesmas circunstâncias e situações, os indivíduos terão comportamentos diferentes. Como será exposto posteriormente, algumas investigações mais recentes têm analisado empiricamente a influência das características psicológicas no CCB e revelaram que alguns traços específicos estão relacionados com este tipo de criminalidade.

1.4. Impacto do Crime de Colarinho Branco

Independentemente da definição e das inconsistências metodológicas, a investigação sobre o CCB é importante de forma a desenvolver políticas efetivas com foco na prevenção deste tipo de criminalidade (Ray, 2007).

Até hoje, a prevalência e o impacto do CCB excedem, dramaticamente, a criminalidade comum (Kane & Wall, 2006 cit. in Ray, 2007). Os danos do CCB atingem áreas cruciais do cotidiano (Croall, 2001), têm um grande alcance e estendem-se muito para além das repercussões físicas e monetárias¹¹ do crime tradicional (Friedrichs, 2010; Moore & Mills, 1990).

Já em 1940 Sutherland havia sublinhado a prevalência e os danos do CCB, que são consideravelmente superiores em comparação com outros tipos de crime e incutiu a necessidade de mais investigação de forma a melhor compreender a sua etiologia (Sutherland 1940, 1949). O CCB viola a confiança, o que tem consequências na sociedade e nas instituições, produzindo desorganização social (idem). Este tipo de criminalidade tem efeitos indiretos que podem ser considerados graves tanto a título pessoal¹², empresarial como estatal, patenteando ainda uma variante social¹³. Todavia, os efeitos nefastos destes crimes são prolongados e reduzem as receitas do Estado (Morgado & Vegar, 2007). Estas consequências, na grande maioria das vezes, suplantam os prejuízos iniciais e diretos da ocorrência do crime (Graham, 2012).

Porém, e apesar de todas estas evidências, o CCB continua a ser visto pela sociedade como sendo menos prejudicial que o crime de rua (Perri, 2011). A opinião pública e o risco percebido da vitimação violenta nas ruas têm colocado, desproporcionalmente, a atenção dos investigadores e do próprio sistema de justiça¹⁴ nos ofensores comuns (Cullen, Clark, Mathers & Cullen, 1983; Friedrichs, 2010; Holtfreter, 2005). A criminalidade económica atinge bens macrossociais, como a legalidade, igualdade, concorrência leal, pelo que o cidadão não se sente lesado, diretamente, e não existem danos visíveis. (Morgado & Vegar, 2007).

Deste modo, este tipo de criminalidade continua pouco estudado (Ray, 2007; Weisburd et al., 2001). Em parte, esta negligência no estudo do CCB está também relacionada com a dificuldade de investigação, que enfrenta diversos

¹¹ Para além dos custos inerentes à reparação do dano, também devem ser considerados os custos confinantes aos julgamentos, que são particularmente elevados neste tipo de criminalidade, com processos morosos, e que muitas vezes são esquecidos na contabilização dos prejuízos (Payne, 2012).

¹² De acordo com Sharp, Shreve-Neiger, Fremouw, Kane e Hutton (2004), as vítimas de CCB podem sofrer danos psicológicos, tais como uma maior risco de desenvolver quadros depressivos e de ansiedade.

¹³ Os danos causados pelo CCB têm sido discutidos em termos sociais onde pessoas comuns são afetadas negativamente por uma sensação de alienação (Meier & Short, 1995 cit. in Alalehto, 2015).

¹⁴ Porém, um estudo de Holtfreter e colaboradores (2008) mostrou que a sociedade americana revela bastante preocupação com os crimes de fraude e, apesar de a grande maioria considerar que os crimes violentos devem ser punidos de forma mais severa que o CCB, mais de um terço não concorda. Além disso, cerca de dois terços da amostra acredita que o governo deve encaminhar mais recursos para a prevenção e controlo do CCB (idem).

obstáculos (Croall, 2001; Braithwaite, 1985). Além disso, a falta de consciência por parte das vítimas aliada à invisibilidade e complexidade¹⁵ destas ofensas tornam-nas difíceis de detetar e estudar e acarretam dificuldades na atribuição de responsabilidades e obtenção de evidências (Braithwaite, 1985; Velloso, 2006). A dificuldade de investigação está, ainda, associada ao facto de o CCB estar por diversas vezes relacionado com o crime organizado, como terrorismo e tráfico de droga¹⁶ (Velloso, 2006). O aumento desta criminalidade, associado ao crescimento do número de redes organizadas e à empresarialização do crime, é consequência da globalização da economia e da carência de uma fiscalização e repressão eficazes (Morgado & Vegar, 2007).

Esta natureza invisível e complexa do CCB e o poder dos seus autores sugerem que apenas uma minoria não representativa das infrações é detetada e registada oficialmente (Morgado & Vegar, 2007). A taxa de acusação, deteção e investigação é muito baixa, o que se reflete em poucos casos de estudo e, sobretudo, numa baixa representatividade do fenómeno. Ora, o ponto de partida de muitos estudos na área da Criminologia são precisamente as estatísticas oficiais e registos criminais que, pelas razões já aludidas, acabam por excluir CCB. Neste sentido, subsistem diversas dificuldades no acesso aos ofensores, que existindo também para o crime comum são mais exacerbadas na criminalidade de colarinho branco¹⁷ (idem).

Sutherland (1940) acrescenta que estes ofensores são tratados de forma desigual - e favorável - pelas instâncias formais de controlo. Segundo o autor, esse tratamento desigual pelo Sistema de Justiça Penal é motivado pelo elevado estatuto do ofensor, que não se enquadra na imagem que a sociedade tem dos delinquentes. Consequentemente, também as instâncias formais de controlo tendem a tratá-los de forma diferenciada, mais branda, por considerarem estes indivíduos mais próximos deles em termos sociais, económicos e culturais. Além disso, o sistema penal está moldado para a repressão e prevenção das infrações mais tradicionais. De acordo com Sutherland (1940), muitos casos de CCB são afastados do tribunal criminal e encaminhados para o civil pois as partes

¹⁵ Por exemplo, a utilização do branqueamento de capitais como forma de circulação de lucros económicos ilícitos, entre circuitos internacionais. O branqueamento de capitais compreende a “transformação” de dinheiro ilícito em dinheiro lícito, com recurso a empresas, corporações ou negócios legais. Este método evidencia, como referido atrás, que o objetivo é ocultar o crime em si e não o criminoso, ao invés do que sucede noutros tipos de criminalidade (Cruz, 2013a).

¹⁶ A globalização e a fraca fiscalização e repressão em conjunto com o aumento de grupos criminais organizados e consequente empresarialização do crime contribuíram para o crescimento exponencial deste tipo de crimes (Velloso, 2006).

¹⁷ Slapper e Tombs (1999 cit. in Croall, 2001) sublinham que estes ofensores mais poderosos têm mais facilidade em resistir ao estudo.

prejudicadas preocupam-se essencialmente em recuperar os danos monetários. Assim, estes ofensores gozam de imunidade, principalmente pelo poder e influência que detêm na implementação e administração da lei (idem). Santos (2001) destaca que os ofensores de colarinho branco são tratados de forma mais favorável pelas instâncias formais de controlo e as próprias instâncias policiais podem não se empenhar efetivamente na investigação. Os dados de um estudo de Cruz e colaboradores (2015) mostram a forma diferenciada como o sistema de justiça encara o CCB, já que além de poucos serem acusados e julgados, poucos são condenados a pena de prisão (idem). Acresce ainda a influência do arquivamento de casos alguns mediáticos que também acaba por transmitir a ideia de que os ofensores de colarinho branco gozam de uma certa impunidade (Velloso, 2006).

O CCB é associado a indivíduos habilidosos, que não são facilmente detetados e, quando o são, não existe acusação ou são alvo de sanções mais suaves (Arnulf & Gottschalk, 2013; Croall, 2011). São poucos os casos em que os ofensores de colarinho branco são condenados, muito em parte pelo seu estatuto social e recursos económicos de que dispõem (Szckoyj, 1999). Por esta razão, os ofensores de colarinho branco condenados em sanções penais são, por norma, indivíduos de classe média e não detêm um elevado estatuto socioeconómico (Weisburd, Wheeler, Waring & Bode, 1991). De acordo com Shapiro (1985), os executivos condenados por fraude nos seguros tinham menor probabilidade de serem acusados criminalmente, do que os trabalhadores e também menor probabilidade de serem condenados a pena de prisão. Além disso, os ofensores de colarinho branco têm maior probabilidade de sofrer sanções civis do que penais (idem)¹⁸. Assim, é possível perceber que os ofensores de colarinho branco representam apenas uma pequena proporção da população reclusa (Szckoyj, 1999).

Como consequência, a intervenção acaba por ser esquecida e as respostas específicas para a prevenção do CCB são escassas. No mesmo sentido, Braithwaite e Geis (1989) salientam que as estratégias mais comuns no combate a este tipo de crime são a prisão e a dissuasão.

De acordo com Morgado e Vegar (2007), em Portugal, este tipo de criminalidade tem uma boa capacidade de adaptação, já que estamos perante um

¹⁸ Esta autora considera que a condenação destes indivíduos em direito civil tem vantagens, nomeadamente o padrão de prova mais baixo, resolução mais rápida, flexibilidade em determinar a ação reparadora, níveis de sucesso mais elevado, multas maiores e reparação das vítimas (Shapiro, 1985).

sistema penal lento, uma baixa eficácia policial neste tipo específico de crime e um mau funcionamento das instâncias de controlo e de fiscalização. Estes autores afirmam que “por cá, ainda hoje a criminalidade económico-financeira não é encarada como aquilo que, na sua essência, realmente representa: uma ameaça grave para a democracia, a sociedade e a economia” (p.28). No nosso país persiste a ideia de que o sistema de justiça não tem capacidade para uma intervenção eficaz nestes ofensores, já que são indivíduos influentes, respeitados socialmente, com poder e estatuto (Cruz et al., 2015). As estatísticas oficiais do crime mostram um crescimento deste tipo de criminalidade entre 1993 e 2011. Todavia, este facto poderá estar relacionado com a criminalização de algumas condutas que se enquadram no CCB, durante esse período. Esta expansão da criminalização pode ser vista como uma reação por parte do sistema de justiça, especialmente em relação ao aumento da complexidade e inovação inerentes a estas ofensas (idem).

A elevada taxa de cifras negras neste tipo de crime é ilustrativa de tudo o que tem sido referido e são geradas em todas as fases do processo formal de reação ao comportamento delinquente. Esta seleção e “mortalidade dos casos” acabam por gerar consequências negativas na sociedade, principalmente no que diz respeito à segurança jurídica e à efetividade de aplicação da lei penal. Todos estes fatores condicionam o estudo global do CCB e o seu combate e intervenção, pelo que é importante a efetividade policial na prevenção da criminalidade de colarinho branco (Alalehto, 2015; Friedrichs, 2010; Moore & Mills, 1990). No CCB a pena não se apresenta imediatamente com um caráter e fim de ressocialização com o mesmo alcance da criminalidade comum, mas continua a imperar a necessidade de garantir um sistema punitivo eficaz, que cumpra efetivamente as necessidades de prevenção geral e especial (Velloso, 2006). Concluindo, podemos considerar que, para que o Sistema de Justiça realize verdadeiramente a justiça penal, torna-se imprescindível o estudo de alternativas, especialmente quando estamos perante uma criminalidade com características diversas da chamada criminalidade comum e que, dessa forma, merece respostas específicas e adaptadas às particularidades que lhe são inerentes.

1.5. Enquadramento legal

A definição enunciada por Sutherland (1940) gera também controvérsia em relação ao estatuto jurídico do CCB.

Tappan (1947 cit. in Cruz, 2012) considera que apenas os atos punidos pela lei penal devem ser considerados crime. Todavia, Sutherland (1940) defende que muitos dos atos referidos na lei civil são semelhantes às ofensas criminais¹⁹. Além disso, sabemos que o que é considerado crime difere consoante o respetivo ordenamento jurídico. Assim o afirmam Ponsares e Ruggiero (2002 cit. in Cruz, 2012) que acreditam que a definição legal deste tipo de criminalidade pode prejudicar a comparação entre estudos empíricos, já que o que é catalogado como crime varia de país para país.

Em termos legais, o CCB é também um conceito ambíguo, o que poderá estar relacionado com a própria intervenção pelo sistema de justiça, como referido anteriormente (Croall, 2001). Acresce ainda que algumas ofensas podem aparentar uma falta de intenção, particularmente quando está inerente uma difusão de responsabilidade por diferentes indivíduos (idem). Esta nova criminalidade encontra limites num Direito Penal que realça a proteção de direitos individuais, negligenciando o interesse social (Morgado & Vegar, 2007).

As diferentes conceções do fenómeno criminal são demonstrativas da dificuldade em estabelecer um catálogo uniforme, uma vez que nem sempre a letra da lei vai ao encontro do que a sociedade considera ilegal neste tipo de criminalidade. Acresce ainda que a previsão deste tipo de criminalidade encontra-se, essencialmente, em legislação fora do Código Penal, o que transmite a ideia de uma secundarização dos bens-jurídicos macrossociais e de uma desorganização da legislação e subsequente aplicação (Morgado & Vegar, 2007). Estes crimes estão previstos em diversos diplomas, originando uma tipificação em vários tipos de ilícito criminal, não só autónomos como, por vezes, díspares. O CCB não pode ser categorizado, simplesmente porque não constitui um tipo objetivo de crime, mas sim um conceito da Criminologia, que abarca comportamentos ilícitos de natureza diversa.

Em relação a esta definição jurídico-legal é imperativo concluir que a conceção objetiva de Shapiro (1990) é especialmente importante na procura de um conceito compreensível para identificar de forma precisa o CCB e as suas dimensões, de modo a evitar o risco de formular tipos penais fundamentados somente nas especificidades do agente. A autora considera que a ênfase deve estar no abuso de confiança, o *modus operandi* do CCB, e sublinha que a flexibilidade normativa incorporada na noção de confiança significa também que,

¹⁹ Acresce, ainda, como relembram Benson e Simpson (2009), que os ofensores de colarinho branco têm poder para influenciar a criação e aplicação da lei.

como no conceito de CCB de Sutherland, nem todos os abusos de confiança serão crimes. Assim, também o conceito criminológico e o conceito legal poderão convergir, já que é mais provável que um indivíduo de estatuto socioeconómico elevado desrespeite a confiança numa relação jurídica (idem).

Posto isto, é possível concluir que a tipificação do CCB é por excelência aberta, encontra-se repleta de elementos normativos, conceitos difusos e expostos por outros ramos jurídicos - Direito Tributário, Comercial, Administrativo, Civil - proporcionando uma ampla liberdade interpretativa.

O ordenamento jurídico português, tanto no Código Penal como em legislação avulsa, integra diversos crimes que se incluem neste tipo de criminalidade, por exemplo: abuso de confiança (artigoº 205.º, CP), burla com fraude bancária, burla relativa a seguros, burla informática e nas comunicações (art.º 221.º), burla relativa a trabalho ou emprego (art.º 222.º), outras burlas, abuso de cartão de garantia ou de crédito (art.º 219.º e ss., CP), insolvência dolosa (art.º 227.º, CP), insolvência negligente (art.º 228.º, CP), apropriação ilegítima (art.º 234.º, CP), administração danosa (art.º 235.º, CP), tráfico de influências (art.º 335.º, CP), falsidade depoimento ou declaração (art.º 359.º, CP), suborno (art.º 363.º, CP), favorecimento pessoal praticado por funcionário (art.º 368.º, CP), branqueamento (art.º 368.º-A), CP, violação de segredo de justiça (art.º 371.º, CP), corrupção passiva para ato ilícito (art.º 372.º, CP), corrupção passiva para ato lícito (art.º 373.º, CP), corrupção ativa (art.º 374.º, CP), peculato (art.º 375.º, CP), participação económica em negócio (art.º 377.º, CP), abuso de informação, manipulação do mercado, outros (Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro), fraude fiscal, abuso de confiança fiscal, outros (Lei n.º 15/2001, de 5 de junho), branqueamento de capitais (Lei n.º 25/2008, de 5 de junho).

Não obstante, é evidente que a lei não consegue acompanhar a criatividade e capacidade empreendedora destes ofensores (idem). Concretamente, Portugal é um país com uma grande tradição de lei civil, pelo que os conceitos legais requerem hermenêutica sofisticada e têm de se conciliar com definições de outros ramos do Direito. Deste modo, existe um baixo dinamismo no estatuto criminal e quando o legislador pretende resolver estas questões, surgem bastantes dúvidas, nomeadamente em relação à neocriminalização (Cruz et al., 2015).

Conclui-se, assim, que o próprio legislador tem dificuldade em estabelecer conceitos precisos e permanentes em relação a esta criminalidade caracterizada pelo dinamismo e inovação constante do *modus operandi*. Contudo, apesar deste

problema de delimitação legal do conceito de CCB, devem ser evitados os desvios aos critérios jurídicos que classificam determinado ato como crime (Cruz, 2012). São adotadas, em diversos estudos empíricos, operacionalizações desta variável de acordo com as definições legais e o tipo de ofensa, como já foi referido, de forma a suplantar a dificuldade de definição do conceito de CCB e encontrar um critério delimitativo (e.g. Blickle et al., 2006; Wheeler, 1988). A preferência pelas definições legais prende-se com o objetivo de standardização da investigação (Perri, 2011).

Chegados aqui, foi apresentada a dificuldade em definir o conceito de CCB e consequentes limitações no seu estudo global. Tendo em conta o objetivo deste estudo, importa explorar as características individuais ao nível da personalidade, daí que seguir-se-á uma análise deste conceito, da sua operacionalização e uma revisão da literatura que relaciona a personalidade com o CCB.

2. Personalidade

2.1. Definição do conceito

A personalidade tem sido amplamente estudada na literatura como um constructo capaz de explicar as diferenças entre os indivíduos, constituindo-se como um marco teórico para os estudos do comportamento pela possibilidade de prever reações ou disposições futuras (Paunonen, 1998; Peabody, 1987). Porém, por ser um conceito amplamente difundido, torna-se difícil encontrar uma definição universal (Hansenne, 2004; Staub, 1980).

Allport (1937 cit. in Hansenne, 2004) entende que a personalidade é uma organização dinâmica de sistemas psicofísicos que determinam os comportamentos e pensamentos, influenciando o ajustamento dos indivíduos ao meio ambiente. Esta definição transmite a ideia de que existem forças internas num sistema integrado, que interagem entre si e com o exterior. Em suma, este autor postula que cada indivíduo demonstra um padrão único de traços, ou seja, cada indivíduo é único em virtude de uma configuração específica (Singer, 1984; Hansenne, 2004). Para Byrne (1966) a personalidade consiste na combinação das dimensões relativamente duráveis de diferenças individuais, as quais podem ser medidas. Por outro lado, o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (American Psychiatric Association [APA], 2000) define personalidade como a interação de padrões estáveis de características individuais com o ambiente, que

se refletem em diferentes contextos sociais e pessoais²⁰. Eysenck (1998, p. 25) define personalidade como a “soma total de padrões de comportamentos reais ou potenciais do organismo, determinados pela hereditariedade e pelo ambiente”. Este autor considera que no nível básico da estrutura de personalidade estão fatores disposicionais, que determinam o comportamento nas diferentes situações (idem). Em síntese, podemos concluir que os autores consideram que a personalidade é caracterizada pela estabilidade e duração, não obstante a sua interação com o meio ambiente.

A construção de modelos tem auxiliado a comunidade científica no estudo da personalidade (Guedes & Cardoso, 2013). Estes modelos estruturais da personalidade assumem que este constructo pode ser descrito por determinados traços, ou seja, características estáveis de diferenças individuais que influenciam a conduta, de modo que é possível encontrar padrões de consistência de pensamentos, sentimentos e ações, independentemente da variação contextual (Costa & McCrae, 1990 cit. in McCrae, 2002). Assim, os traços de personalidade são de natureza hierárquica, com traços elementares, mais limitados e restritos, nos níveis mais baixos da hierarquia e dimensões de traços amplos no topo (Costa & McCrae, 1995). O termo estrutural indica que cada modelo utiliza múltiplas dimensões, domínios ou superfatores para organizar os traços de personalidade de acordo com as inter-relações (Wiggins & Pincus, 1993 cit. in Miller & Lynam, 2001).

Deste modo, surgiram uma variedade de conceptualizações da personalidade (Miller & Lynam, 2011), como a de Barrick e Mount (1991), de Cattell (1946), de Digman (1990), de Eysenck (1953) e de McCrae e John (1992), que conceptualizaram a personalidade com base em categorias ou dimensões. Não obstante, apesar de os diversos modelos propostos não coincidirem totalmente, há uma grande sobreposição entre eles (Miller & Lynam, 2001).

Estes modelos estruturais da personalidade têm como premissas i) o facto de os traços serem os blocos básicos que constroem a personalidade, ii) há um número limitado de traços e iii) estes traços oferecem uma cobertura compreensiva da personalidade humana (idem). A maioria dos autores defende ainda que os traços têm bases biológicas e genéticas, com um elevado índice de heritabilidade (Hansenne, 2004), e desenvolvem-se a partir da infância, atingindo

²⁰ “*Enduring patterns of perceiving, relating to, and thinking about the environment and oneself that are exhibited in a wide range of social and personal contexts*” (American Psychiatric Association [APA], 2000, p. 335).

a maturidade na idade adulta, tornando-se estáveis por volta dos trinta anos²¹ (Lima & Simões, 2000). Estas características atribuídas a este constructo, como a estabilidade e heritabilidade, fazem sobressair a importância do estudo da relação da personalidade com o comportamento, em geral (Costa & McCrae, 1988; Boyle et al., 2008 cit. in Elliot, 2010), e com o comportamento desviante, em particular.

Nas últimas décadas surgiram grandes avanços na compreensão da estrutura da personalidade, através de estudos longitudinais (Digman, 1990), com linhas convergentes que sugeriram a existência de cinco grandes fatores, amplamente aceites, para organizar e categorizar a multiplicidade de traços que constituem a personalidade (McCrae & Costa, 1987).

Neste sentido, e tendo em consideração os objetivos a que esta investigação se propõe, neste trabalho será dado um maior enfoque à conceptualização realizada por Costa e McCrae (1985).

2.2. O Modelo dos Cinco Fatores

Este modelo é baseado na hipótese lexical que postula que os traços mais importantes para a interação, comunicação e sobrevivência humana estão codificados na linguagem como palavras isoladas (Allport, 1937 cit. in Hansenne, 2004) e foi impulsionado por estudos na língua inglesa para identificar os adjetivos mais importantes na descrição dos traços de personalidade (Wiggins & Pincus, 1992 cit. in Miller & Lynam, 2001). Esta investigação enfatizou cinco grandes domínios, que resultaram no termo *Big Five*, com Goldberg (1971). Goldberg (1993) considera que este modelo não pretende limitar a personalidade a um simples conjunto de traços, mas proporcionar um quadro científico válido e capaz de organizar as diferenças individuais que caracterizam o ser humano.

A estrutura da personalidade deve ser entendida como o padrão de covariação dos traços numa população, pelo que o modelo dos cinco fatores pretende organizar, de forma abrangente, a estrutura dos traços da personalidade. Este modelo segue, assim, uma tradição taxonómica, o que

²¹ Por outro lado, Roberts e colaboradores (2003) concluem a favor de uma evidência de que os traços de personalidade se continuam a desenvolver depois da infância, com níveis consideráveis de mudança nos jovens adultos. Também Srivastava, John, Gosling e Potter (2003) acreditam que a personalidade adulta é caracterizada mais pela plasticidade e que os mecanismos de mudança da personalidade podem ser melhor compreendidos considerando os contextos de vida. Vários processos podem estabelecer uma ligação entre as mudanças, como novas responsabilidades no trabalho e compromissos relacionais, resultantes de papéis sociais dos adultos, que exigem uma adaptação (Caspi & Roberts, 1999 cit. in Srivastava et al., 2003).

significa que tem como principal objetivo definir as dimensões da personalidade, antes de as explicar e, por isso, não pretende fazer uma exposição causal das diferenças individuais (Costa & McCrae, 1992). Num quadro teórico que engloba cinco categorias, os traços de personalidade são organizados de modo a tornar possível a reunião das tendências comportamentais, emocionais e cognitivas dos indivíduos, nas diversas culturas (McCrae, Yik, Trapnell, Bond & Paulhus, 1998; McCrae & Terracciano, 2005).

Apesar de existir um grande corpo de literatura que lhe dá suporte, os autores nem sempre concordam nos termos utilizados para definir cada dimensão (Hansenne, 2004). Contudo, é possível encontrar uma terminologia aceite pela maioria, sendo que o *Five-Factor Model*, de Costa e McCrae (1985), é o mais utilizado e empiricamente validado. Esta abordagem integra os fatores da *extroversão* (*extroversion*), *agradabilidade* (*agreeableness*)²², *conscienciosidade* (*conscientiousness*), *neuroticismo* (*neuroticism*) e *abertura à experiência* (*openness*), sendo que o nível e a ponderação de cada um dos traços determinam a personalidade de um indivíduo²³ (Costa & McCrae, 1985).

Esta abordagem consiste num modelo hierárquico de traços, com cinco dimensões gerais que representam a personalidade ao mais alto nível de abstração. Cada um dos fatores apresenta dois polos (e.g. Extroversão vs. Introversão) e resume algumas facetas específicas (e.g. sociabilidade) que, por sua vez, agrupam um vasto número de traços ainda mais específicos²⁴ (e.g. conversador, extrovertido) (Gosling, Rentfrow & Swann, 2003). Os fatores são encarados como um *continuum*, no qual o indivíduo se posiciona, tendo em conta a sua maior ou menor pontuação (Roberts & DelVecchio, 2000 cit. in Allemand, Zimprich & Hendricks, 2008), ou seja, as cinco dimensões são compostas por vários traços, sendo o indivíduo avaliado de acordo com o grau que exhibe em cada uma destas (Costa & McCrae, 1992).

Este modelo mostrou que as cinco dimensões da personalidade referidas fornecem, de forma consistente, uma taxonomia que permite estudar as diferenças individuais da personalidade (Barrick & Mount, 1991) e a investigação empírica tem sublinhado a sua validade, compreensividade, universalidade, heritabilidade e estabilidade longitudinal (Goldberg, 1993; McCrae & Costa, 1996;

²² Também designado por amabilidade (Magalhães et al., 2014).

²³ McCrae e John (1992) defendem que os indivíduos herdaram um conjunto de predisposições associadas a cinco dimensões e as condições ambientais determinam os traços específicos em que as dimensões se expressam.

²⁴ Anexo I.

Costa & McCrae, 1992; McAdams & Pals, 2006 cit. in Pedroso-Lima, Magalhães, Salgueira, Gonzalez, Costa, Costa & Costa, 2014). Também Benet-Martinez e John (1998) confirmam que estas cinco dimensões têm a capacidade de descrever a personalidade de qualquer indivíduo, independentemente do seu sexo, idade, formação académica, raça ou nacionalidade. Deste modo, tem sido utilizado, em grande escala, em diferentes culturas (McCrae & Costa, 1999; McCrae, 2002).

Posto isto, importa agora analisar cada uma das dimensões.

2.2.1. Extroversão

Também conhecida como afetividade positiva, esta dimensão está relacionada com a predisposição que os indivíduos apresentam para experimentarem estados emocionais positivos e para se sentirem bem consigo mesmas e com o mundo (McCrae & John, 1992). Ou seja, relaciona-se com a externalização das emoções (Judge, Heller & Mount, 2002) e com a tendência para ser direto, social e procurar a excitação. Inclui características como a irritabilidade, sociabilidade, loquacidade, assertividade e expressão emocional, dominância e atividade. Os indivíduos com elevada classificação neste fator tendem a ser sociáveis, afetuosos e amistosos, enquanto os indivíduos com níveis baixos de extroversão podem ser descritos como quietos, reservados, tímidos, silenciosos e retirados (McCrae & John, 1992). Os estudos também indicam que os indivíduos com níveis elevados de extroversão têm mais amigos e passam mais tempo em situações sociais que os introvertidos (Judge et al., 2002). De acordo com Costa e McCrae (1992) os indivíduos com elevados níveis de extroversão têm preferência por grupos grandes e são o centro das atenções, dadas as suas capacidades sociais e comunicativas. Pelas suas facilidades em termos sociais, os extrovertidos encontram mais facilmente interações pessoais recompensadoras, como as que ocorrem no trabalho (O'Brien, 2015).

2.2.2. Neuroticismo

Ligado às emoções, este traço também pode ser denominado instabilidade emocional ou afetividade negativa (Judge et al., 2002) e representa as diferenças na experiência dos indivíduos com a angústia e os estilos cognitivos e comportamentais que derivam da angústia (McCrae & John, 1992). Os indivíduos com elevados níveis de neuroticismo têm tendência para vivenciar estados emocionais negativos. Além disso, experienciam sentimentos de culpa, depressão, ansiedade, falta de autoestima, insegurança, mau-humor e tristeza. Estes indivíduos são considerados sensíveis e pouco racionais e com menor

capacidade de controlar os seus impulsos e de lidar com o *stress*, o que leva facilmente a situações de frustração e raiva (Costa & McCrae, 1992; McCrae & Costa, 2010). Um elevado nível de neuroticismo está associado a indivíduos que podem ter experienciado efeitos crónicos negativos e ter desenvolvido uma variedade de desordens psiquiátricas, como resultado da angústia (McCrae & John, 1992). Por causa da sua natureza essencialmente negativa, os níveis elevados de neuroticismo indicam indivíduos que têm tendência a experienciar mais eventos de vida negativos em comparação com outros indivíduos, já que se selecionam para essas situações (Judge et al., 2002). Por outro lado, indivíduos com baixos níveis de neuroticismo podem ser caracterizados como calmos, relaxados e de temperamento mais estável, mais seguros e capazes de enfrentar situações de *stress* (McCrae & John, 1992).

2.2.3. Agradabilidade

Este traço refere-se às relações interpessoais e medeia as dimensões de carácter individuais descritas por McCrae e John (1992) e Digman (1990) como “agradabilidade versus antagonismo” ou “conformidade versus incumprimento hostil”. (Costa & McCrae, 1992). É composto por facetas como confiança, altruísmo, amabilidade e observância. Indivíduos com elevados níveis de agradabilidade têm facilidade no relacionamento com os outros, são amáveis, empáticos, educados, afetuosos, atenciosos, confiáveis, cooperantes e prestáveis. São também mais flexíveis, honestos, indulgentes e tolerantes compassivos e solidários (Barrick & Mount, 1991; McCrae & Costa, 2010). Por outro lado, Costa e McCrae (1992) afirmam que os indivíduos com baixos níveis de agradabilidade tendem a ser autocentrados ou egocêntricos, sentem pouca empatia pelos outros, tendem a ser controladores, rudes, hostis, arrogantes, antagónicos, competitivos, manipuladores, orgulhosos e não cooperativos, que se podem associar ao narcisismo e desordens de personalidade antissocial e paranoide. Este traço pode ser medido como o reflexo da vontade de um indivíduo para lutar pelos seus próprios interesses e ânsia de ajudar os outros (idem).

2.2.4. Conscienciosidade

A conscienciosidade e o seu desenvolvimento estão relacionados com a capacidade de resistir a tentações, controlar impulsos, gerir desejos e organizar e executar tarefas (McCrae & Costa, 2010). Esta dimensão é encarada como um bom preditor do desempenho profissional, na medida em que reflete o grau em que a pessoa é escrupulosa, cuidadosa e perseverante. É caracterizada pela

diligência, profundidade e tendência para pensar cuidadosamente antes de agir (Digman, 1990). Costa e McCrae (1992) descrevem os indivíduos com elevados níveis de conscienciosidade como obedientes, organizados, motivados, atentos e sérios. Estes indivíduos são autodisciplinados, com sentido de dever, alto planeamento dos comportamentos e elevado controlo de impulsos. Refletem traços de responsabilidade, honestidade, prudência, elevados níveis de reflexão e determinação, sendo indivíduos trabalhadores e orientados para os objetivos (Barrick & Mount, 1991). Por outro lado, os indivíduos com baixos níveis de conscienciosidade são pouco competentes e desorganizados. Além disso, os baixos níveis de conscienciosidade estão relacionados com baixos níveis de integridade e comportamentos não éticos (idem).

2.2.5. Abertura à experiência

Esta dimensão está relacionada com a criatividade científica e artística, liberalismo e pensamento divergente (Judge et al., 2002) e com o comportamento cultural (Barrick & Mount, 1991). Ou seja, a abertura à experiência é caracterizada pelo interesse dos indivíduos na cultura e abertura a novas emoções, bem como a novas ideias e procura de novas experiências. Esta dimensão integra a inteligência, imaginação e percepção (McCrae & Costa, 2010). Os indivíduos com elevados níveis de abertura à experiência tendem a ser interessados na aprendizagem, em novas ideias, cultura e estética, possuem um vasto campo de interesses e têm um pensamento independente. Além disso, são considerados cultos, originais, “mente aberta”, assumem os riscos, são imaginativos, inteligentes, curiosos e pouco convencionais (Barrick & Mount, 1991; McCrae & Costa, 2010). Pelo contrário, os indivíduos com baixos níveis de abertura à experiência são descritos por comportamentos que favorecem valores conservadores e de repressão da ansiedade. São indivíduos tradicionais e “com os pés na terra”, que preferem dedicar-se a atividades limitadas, num campo restrito e evitam o risco (McCrae & John, 1992; McCrae & Costa, 2010).

2.3. Avaliação da personalidade através do questionário NEO PI-R e NEO-FFI

O modelo dos cinco fatores tem sido operacionalizado através do *NEO Personality Inventory Revised* (NEO-PI-R)²⁵, de Costa e McCrae (1992), uma escala

²⁵ Adaptado do questionário NEO-PI, de 1985.

constituída por 240 itens. Cada fator está associado a seis facetas²⁶, que definem os domínios, sendo que cada uma compreende oito itens (idem). Como tal, este instrumento permite uma avaliação abrangente da personalidade²⁷ (McCrae & Costa, 2003; Gosling *et al.*, 2003), quer na forma S, de autoavaliação, quer na forma R, de heteroavaliação (Costa & McCrae, 1992). Este instrumento foi construído para ser aplicado na população adulta, a indivíduos de diferentes níveis de escolaridade e proveniência social e em contextos díspares (idem). Devido à extensa investigação, apresenta diversas vantagens (McAdams & Olson, 2010), especialmente quando comparado com outros instrumentos de personalidade - e.g. *Eysenck Personality Questionnaire*, *Personality Research Form*, *The Sixteen Personality Factor Questionnaire*, *Myers-Briggs Type Indicator*, *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (Little & Joseph, 2007) e as suas qualidades psicométricas foram comprovadas em várias populações e diferentes países (McCrae & Costa, 2004).

O autopreenchimento deste instrumento demora cerca de quarenta e cinco minutos, tornando-o moroso e pouco versátil, já que dificulta a sua aplicação em muitos estudos de carácter científico (Gosling *et al.*, 2003). Neste sentido, foram desenvolvidas algumas versões reduzidas, dentro das quais se destaca o *NEO Five-Factor Inventory*²⁸ (NEO-FFI; Costa & McCrae, 1992), de 60 itens. O NEO-FFI torna possível a medição das cinco dimensões de personalidade em estudos com alguma limitação temporal, numa versão fiável do modelo dos cinco fatores, pelo que têm sido desenvolvidas adaptações, em diversos países, que refletem a validade e utilidade deste instrumento em diferentes contextos (Pytlik *et al.*, 2002 cit. in McCrae & Costa, 2004).

A adaptação portuguesa do NEO-FFI inclui os 60 itens e pode ser preenchida em 15 minutos, aproximadamente. A avaliação das propriedades psicométricas deste instrumento (validade e fidelidade)²⁹ evidenciou elevados valores de consistência interna, pelo que o mesmo deve ser considerado fiável na medição das cinco dimensões da personalidade (Magalhães, Lima, Salgueira, Gonzalez, Costa, Costa & Costa, 2014). Num estudo de Pedroso-Lima e colaboradores (2014) é possível perceber que este instrumento é uma ferramenta

²⁶ Anexo II.

²⁷ Esta escala é ainda capaz de medir e aceder a outros fatores de personalidade importantes, como a psicopatia, como sugerem Miller e Lynam (2003), que afirmam que um perfil único no NEO-PI-R poderá sugerir a existência de traços psicopáticos.

²⁸ Existe, ainda, o *Big-Five Inventory* (BFI; ver Benet-Martínez & John, 1998; John & Srivastava, 1999) de 44 itens e o instrumento de Goldberg, com 100 itens (Goldberg, 1993).

²⁹ A análise de fidelidade revelou elevados valores de consistência interna, congruentes com outras adaptações internacionais do NEO-FFI (Magalhães *et al.*, 2014).

importante na análise da personalidade e corroborar a existência das características comuns relativas à personalidade em diferentes culturas, não sendo influenciadas pelas variáveis idade, escolaridade e gênero. Esta versão abreviada do NEO PI-R foi considerada uma medida válida para os 5 fatores na sua versão original (Costa & McCrae, 1992; Lima & Simões, 2000). As traduções levadas a cabo em diversos países (Polónia, Alemanha, China, Coreia, Japão, entre outros) obtiveram bons resultados no que respeita a sua validade enquanto instrumento psicométrico. McCrae e Costa (1997) constataram a mesma estrutura dos cinco fatores nas diferentes amostras pelos testes de validade efetuados, o que vem reforçar o caráter culturalmente transversal do instrumento e a universalidade deste modelo.

2.4. Personalidade e comportamento desviante

A Criminologia tem enfatizado a importância da biologia, genética, economia e sociologia na compreensão das características dos ofensores. Porém, os fatores psicológicos, em geral, e os traços de personalidade, em particular, têm sido esquecidos nas explicações do comportamento desviante (Listwan et al., 2010). Miller e Lynam (2001) consideram que este esquecimento pode ser explicado pelas imperfeições e insuficiências metodológicas em estudos anteriores sobre a personalidade, que contribuíram para a omissão destas perspetivas nas teorias da Criminologia. No entanto, alguns avanços empíricos mais recentes parecem tentar preencher este vazio (Listwan et al., 2010) e é hoje consensual que uma determinada combinação dos cinco grandes traços de personalidade pode indicar uma propensão para o comportamento desviante (Berry, Ones & Sackett, 2007; Salgado, 2002).

Miller e Lynam (2001) acreditam que o conceito de personalidade tem muito para oferecer ao campo da Criminologia e numa meta-análise, com 59 estudos, examinaram a relação entre a personalidade³⁰ e o comportamento antissocial. Oito dimensões apresentaram relações moderadas com o comportamento antissocial, sendo que todas elas podem ser entendidas como medidas de baixos níveis de *agradabilidade* ou de baixos níveis de *conscienciosidade*, do Modelo dos Cinco Fatores. Em relação ao *neuroticismo*, apesar de esta dimensão demonstrar uma relação fraca com o comportamento

³⁰ Essencialmente com investigações que utilizaram abordagens estruturais da personalidade, nomeadamente o modelo PEN de Eysenck, Modelo dos três fatores de Tellegen, Modelo dos Cinco Fatores de Costa & McCrae e Modelo dos Sete Fatores de Cloninger.

antissocial, a faceta da hostilidade e a faceta da impulsividade manifestam relações mais significativas (Miller & Lynam, 2001). No mesmo sentido, algumas facetas da *conscienciosidade* poderão ter um papel mais importante que outras na associação com o comportamento antissocial (e.g. impulsividade) (idem).

Importa salientar que muitos dos traços que mostraram estar relacionados com o comportamento desviante e a agressão também estão relacionados com o consumo de álcool (Ruiz et al., 2003 cit. in Jones, Miller, Lynam, 2011), vício do jogo (Bagby et al., 2007 cit. in Jones et al., 2011), consumo de tabaco (Malouff et al., 2006 cit. in Jones et al., 2011) e comportamentos sexuais de risco (Hoyle et al., 2000 cit. in Jones et al., 2011), o que sugere que estes traços estão associados a uma elevada probabilidade de externalização de diversos tipos de comportamentos.

Whiteside e Lynam (2001), utilizando as facetas que integram as diferentes dimensões do *Big Five*, demonstraram que existem múltiplos traços relacionados com o comportamento impulsivo. Esta investigação sugere que o comportamento impulsivo pode resultar de uma afetividade negativa (impulsividade, do *neuroticismo*), de uma procura da novidade (procura de excitação, da *extroversão*) e da dificuldade que estes indivíduos têm em antecipar as consequências, embora sejam perseverantes face às dificuldades (autodisciplina e ponderação, da *conscienciosidade*)³¹. Jones e colaboradores (2011) concluíram que sete dos oito *effect sizes* entre estes quatro domínios do FFM estão significativamente associados ao comportamento antissocial e à agressão, embora os resultados sejam mais fortes e mais consistentes em relação à ponderação (*conscienciosidade*).

Dez anos depois, os resultados de uma meta-análise conduzida por Jones e colaboradores (2011), que analisou a relação entre os cinco traços de personalidade e o comportamento antissocial - incluindo diferentes formas de agressão e crimes de rua - confirmaram que o comportamento antissocial tem uma relação positiva com o *neuroticismo* e, sobretudo, uma relação negativa com a *conscienciosidade* e a *agradabilidade* (idem). Também a *extroversão* e a *abertura à experiência* mostraram associações negativas, fracas mas significativas, em relação à agressão, mas não em relação ao comportamento antissocial.

³¹ Lynam e Miller (2004) realçaram que a ponderação e a procura de excitação estão mais significativamente relacionadas com o comportamento antissocial.

Importa agora analisar, sobretudo, a relação entre os comportamentos desviantes no local de trabalho³² e a fraude académica e a personalidade, em concreto. Esta relação tem sido alvo de diversas investigações. Contudo, sublinha-se que diversos autores integram estes comportamentos no CCB. O termo fraude académica (*academic dishonesty*) integra diversos comportamentos e embora alguns possam ser considerados espontâneos (Stone et al. 2014 cit. in Wilks, Cruz & Sousa, 2016), o plágio parece resultar de uma decisão após a ponderação dos custos e benefícios, tal como sucede noutras formas de CCB (Benson & Simpson, 2009).

Ones, Viswesvaran e Schmidt (1993) conduziram uma meta-análise focada na relação entre os traços do FFM e o desempenho no trabalho. Os autores concluíram que os baixos níveis de *conscienciosidade* têm uma relação direta com os comportamentos desviantes. Os trabalhadores com uma personalidade caracterizada por facetas de irresponsabilidade e falta de integridade são menos competentes e têm maior probabilidade de apresentar comportamentos desviantes (idem). Os resultados mostram ainda que os trabalhadores que têm comportamentos desviantes interpessoais têm tendência a ter também comportamentos desviantes contra a empresa (Ones et al., 1993).

Sackett e Devore (2001) mediram a personalidade como preditor de comportamentos desviantes numa variedade de profissões e concluíram que a *agradabilidade* e a *conscienciosidade* estão negativamente relacionadas com comportamentos desviantes (roubo, drogas e álcool), absentismo (falta de assiduidade e de pontualidade) e comportamentos perigosos (acidentes e danos).

Salgado (2002) também realizou uma meta-análise dos estudos que procuraram a relação entre o FFM e o comportamento desviante no local de trabalho. Os resultados indicam que estes comportamentos estão associados a elevados níveis de *abertura à experiência* e *neuroticismo* e a baixos níveis de *conscienciosidade* e *agradabilidade*. Importa salientar que os comportamentos

³² “Qualquer ato intencional por parte de um membro de uma organização, visto pela organização como contrário ao seu interesse legítimo” (Sackett et al., 2001 cit. in Salgado, 2002). Os comportamentos desviantes no trabalho podem ser agrupados em comportamentos desviantes (e.g. roubo, consumo de álcool e drogas), absentismo (e.g. faltas, atrasos) e comportamentos de risco (e.g. acidentes, lesões) (idem). Os comportamentos desviantes no local de trabalho são definidos como comportamentos volitivos que ofendem ou têm intenção de ofender empresas ou indivíduos nas empresas (Spector & Fox, 2005). Estes comportamentos podem ser agressões, desvios, retaliações, vingança, assédio, roubo (Sackett & DeVore, 2001; Spector & Fox, 2005), o que sugere que estes comportamentos variam em termos de gravidade. Estes comportamentos voluntários violam as normas da empresa, são prejudiciais para os interesses da mesma e dificultam a realização dos objetivos estabelecidos.

interpessoais tinham uma relação mais forte com a *agradabilidade* e os comportamentos organizacionais com a *conscienciosidade* (idem).

Lee, Ashton e Vries (2005) analisaram a relação entre comportamentos antissociais no local de trabalho e os grandes traços de personalidade, de acordo com a denominação do *Big Five* e concluíram que os elevados níveis de *extroversão* tem um papel significativo no comportamento antissocial no trabalho.

Mount, Ilies e Johnson (2006) utilizaram uma amostra de 141 trabalhadores de modo a estudarem a relação entre os traços de personalidade e comportamentos desviantes no trabalho (tanto interpessoais como na empresa). Os resultados mostraram uma relação direta entre a *agradabilidade* e os comportamentos antissociais interpessoais no trabalho³³, a *conscienciosidade* com os comportamentos antissociais organizacionais no trabalho³⁴. Deste modo, o estudo ilustra o papel da personalidade e das emoções na formação de um padrão de comportamento desviante (idem).

Berry e colaboradores (2007) realizaram uma meta-análise que analisou a relação entre os traços do *Big Five* e os comportamentos desviantes contra a empresa e os comportamentos desviantes contra os colegas. Os dados obtidos permitem concluir que a *agradabilidade* e a *conscienciosidade* estão negativamente relacionadas com medidas de comportamentos desviantes no trabalho, quer em relação ao nível interpessoal, quer em relação à empresa. Além disso, a estabilidade emocional, relacionada com o *neuroticismo*, também mostrou ter um papel moderado em ambos os comportamentos desviantes (idem). Contudo, *conscienciosidade* está mais fortemente correlacionada com os comportamentos desviantes contra a empresa, enquanto a *agradabilidade* correlaciona-se mais fortemente com os comportamentos desviantes contra os colegas (idem).

Similarmente, a meta-análise de Giluk e Postlethwaite (2015), de investigações sobre a relação entre os traços do *Big Five* e a fraude académica, indica que a *conscienciosidade* e *agradabilidade* são os traços com as relações mais fortes. Estes resultados mostram que os estudantes com elevados níveis de *conscienciosidade* e *agradabilidade* têm menor probabilidade de copiar do que os estudantes com níveis mais baixos nestes traços. A *abertura à experiência*

³³ Comportamentos contra os colegas, incluindo comportamentos como gozar com os outros, fazer insultos raciais, brásfemar os outros e ser indelicado (Mount et al., 2006).

³⁴ Ações dirigidas para a empresa como reter esforço, abusar dos períodos de pausa, roubar e violar as políticas da empresa (Mount et al., 2006).

mostrou também uma associação negativa moderada com a fraude académica (idem).

Também Wilks e colaboradores (2016) obtiveram resultados semelhantes, com relações negativas entre os traços *conscienciosidade* e *agradabilidade* e as intenções de plagiar, numa amostra de estudantes universitários.

Em suma, a literatura sugere que as diferenças de personalidade podem ser consideradas preditores válidos (Blickle et al., 2006; Collins & Schmidt, 1993; Ones et al., 1993; Salgado, 2002), de modo que uma combinação dos cinco principais traços da personalidade pode indicar uma propensão para o comportamento desviante (Berry et al., 2007; Ones et al., 1993; Salgado 2002). Os resultados mais importantes dos estudos entre os traços do *Big Five* e os comportamentos desviantes mostram que a *conscienciosidade* e a *agradabilidade* têm sido mais consistentemente relacionados com diversos tipos de comportamentos desviantes (Wilks et al., 2016). Esta associação é negativa e compreende o comportamento desviante, em geral e o comportamento desviante no trabalho e a fraude académica, em particular, sendo que a *conscienciosidade* apresenta a relação mais forte (Berry et al., 2007; Mount et al., 2006; Ones et al., 1993; Salgado, 2002; Sackett & DeVore, 2001).

2.5. Personalidade e Crime de Colarinho Branco

Sutherland (1940), quando introduz o termo CCB e a Teoria da Associação Diferencial, põe de parte as explicações individuais na compreensão do crime, em geral e do CCB, em particular. Este autor afastou-se das explicações psicológicas quando definiu o CCB como um ato coletivo que deve ser considerado no contexto dos laços sociais e situacionais com a organização e não um ato que resulta das características individuais de um agente. Neste sentido, os crimes económicos têm sido vistos sob uma vertente organizacional, como um ato coletivo, e não como algo motivado pelas características de um único agente (Clinard & Yeager, 1983).

No entanto, Listwan e colaboradores (2010) reivindicam que se a evidência empírica sugere que a personalidade está significativamente associada a outras formas de crime, é plausível que também se considere a sua utilidade no contexto específico deste tipo de criminalidade. Porém, enquanto a importância da personalidade na explicação da criminalidade em geral tem, ainda que lentamente, ganho popularidade, a sua relação com o CCB continua ambígua

(idem). Apesar de os efeitos dos traços de personalidade no comportamento desviante terem sido bastante estudados nas últimas décadas, como vimos anteriormente, o estudo do CCB sob uma vertente psicológica está subdesenvolvido e a aplicação desta perspectiva a este tipo de crime é escassa, especialmente quando comparados com outras perspectivas (Guedes & Cardoso, 2013; Friedrichs, 2010; Ray, 2007).

Na realidade, como descrito atrás, existe um grande número de abordagens do CCB fora da psicologia, nomeadamente a escolha racional na economia, o conceito de individualismo na sociologia, de narcisismo na psiquiatria e de autocontrolo comportamental na criminologia. No entanto, todas estas abordagens têm implicações psicológicas (Bickle *et al.*, 2006). Assim, embora a grande maioria da investigação empírica tenha seguido a posição “antipsicológica” de Sutherland, análises mais recentes têm desafiado esta perspectiva e diversos investigadores têm começado a integrar as teorias psicológicas no estudo do CCB, na tentativa de criar uma abordagem holística deste tipo de criminalidade (Perri, 2011; Ray, 2007).

Neste sentido, existe já algum consenso na literatura de que alguns traços de personalidade específicos estão associados aos ofensores de colarinho branco (Alalehto, 2015; Bickle *et al.*, 2006; Walters & Geyer, 2004) e, também justificação empírica para a importância da personalidade e de uma constelação específica de traços que poderão caracterizar os indivíduos com maior probabilidade de cometer CCB³⁵. Todavia, Ragatz e Fremouw (2010) consideram que a investigação sobre esta temática é ainda embrionária e pouco desenvolvida.

Estes resultados, num quadro multidisciplinar, começam também a ser aplicados na prática, no sentido da prevenção e detecção deste tipo de criminalidade, nomeadamente pelas principais agências de investigação policiais (e.g. *Federal Bureau of Investigation*), que têm tentado criar perfis de ofensores de colarinho branco, no sentido de auxiliar a investigação (COSO, 2010 cit. in Perri, 2013; Goldstein, 2011 cit. in Perri, 2011).

Como mencionado anteriormente, diversos autores têm defendido a existência de diferenças entre “ofensores de rua” e “ofensores de fato” (Listwan *et al.*, 2010). No entanto, são ainda insuficientes as evidências de que os ofensores de colarinho branco são significativamente diferentes de outras categorias de

³⁵ A literatura criminológica mostra que os ofensores de colarinho branco não são um grupo homogêneo (Perri, 2011). Porém, estes ofensores poderão partilhar traços de personalidade que facilitem o cometimento deste tipo de crimes, ou seja, que podem ser vistos como fatores de risco (idem).

ofensores, em termos psicológicos (Ben-David, 1991), pelo que importa perceber se a personalidade é um determinante importante na explicação do CCB e diferenciação em relação à criminalidade comum.

2.5.1. Revisão de estudos

Neste ponto o objetivo é analisar um conjunto de estudos que têm como foco a relação entre a personalidade e o CCB, análise que se torna pertinente pelo exposto anteriormente. Não obstante, importa sublinhar que a operacionalização do conceito de CCB não é uniforme, de modo que os crimes selecionados para integrarem as amostras são muito diversos. Esta é uma limitação na comparação dos resultados, o que também sucede nas restantes análises desta dissertação em relação a este tipo de criminalidade, ao que ainda acresce a dificuldade e falta de consenso na definição deste conceito, como se observou atrás. Importa lembrar que na secção anterior foram analisados alguns estudos sobre os comportamentos desviantes no trabalho e a fraude académica que, embora integrem o conceito de CCB, não estão incluídos na maioria dos estudos que irão ser revistos nesta secção, que se focam, sobretudo, em comportamentos tipificados legalmente como crime.

Também Ben-David (1991) analisou os traços de personalidade dos ofensores de colarinho branco³⁶. Os resultados mostram que os ofensores de colarinho branco não diferem, de forma significativa, da população em geral. Ou seja, os traços encontrados nestes ofensores - competitividade, franqueza e conformidade com as normas sociais - são comuns nos indivíduos da classe média e alta. Todavia, estes ofensores de colarinho branco são mais tensos e frustrados, mais ansiosos, com menos sentimentos de culpa e pouca autoconfiança. Além disso, têm tendência a ser mais astutos, cautelosos, mas com menos autodisciplina e autocontrolo. Em relação aos ofensores sexuais, este estudo mostrou que existem diferenças significativas em relação aos traços de personalidade. Os ofensores sexuais têm um ego menor, são mais passivos, mais conservadores e contidos. Porém, a principal diferença entre os dois grupos está relacionada com o facto de os ofensores de colarinho branco serem menos agressivos, mais competitivos e assertivos e mais extrovertidos - como a população em geral (idem). Em suma, os ofensores de colarinho branco são

³⁶ Os crimes considerados foram: fraude, extorsão e desfalque (de acordo com o Código Penal Israelita) (Ben-David, 1991). Porém, o autor considerou que alguns indivíduos do primeiro grupo não podiam ser considerados ofensores de colarinho branco, ou por não terem um estatuto socioeconómico elevado ou por não terem cometido o crime no decurso da sua ocupação profissional, pelo que criou dois subgrupos.

motivados por objetivos internalizados e por normas sociais de procura de poder e sucesso. Não obstante, tendem a ter uma fraca autoimagem, são ansiosos, tensos e frustrados. São, ainda, competitivos, dominantes e autoritários, muito mais que a população em geral. Isto sugere que o seu foco nos objetivos pode levá-los a escolher caminhos mais fáceis, como crimes, para os alcançar. Os ofensores sexuais são caracterizados por baixos níveis de frustração, dependência, passividade e uma personalidade, em geral, conservadora. Têm dificuldade em estabelecer amizades e tendem a ser tímidos e a afastar-se de relações interpessoais. Assim, pode dizer-se, de acordo com este estudo, que os ofensores de colarinho branco apresentam algumas semelhanças à população em geral, relativamente aos traços de personalidade.

O primeiro estudo que mostrou a importância das perspetivas psicológicas do CCB foi conduzido por Collins e Schmidt (1993), numa comparação entre um grupo de 365 ofensores de colarinho branco e um grupo de 344 gestores que pertenciam ao mesmo nível hierárquico na empresa. Esta investigação, embora não tenha utilizado o modelo *Big Five*, incluiu alguns traços do mesmo³⁷. Os resultados indicam que existem diferenças ao nível psicológico, sobretudo ao nível da conscienciosidade social, definida como a capacidade para tomar decisões pró-sociais. Os autores sugeriram que os baixos níveis neste traço refletem-se numa tendência para os ofensores serem menos confiáveis, menos responsáveis, terem dificuldade em aderir às normas sociais, mais desconfiados e críticos em relação aos gestores não ofensores. Além disso, apresentam baixos níveis de autocontrolo, nomeadamente no que concerne à adoção de comportamentos de risco, quando comparados com os não ofensores, mas também níveis mais elevados de ansiedade, extroversão social, envolvimento em atividades extracurriculares, elevado hedonismo e elevado narcisismo. Neste contexto, Collins e Schmidt (1993) concluíram que os ofensores de colarinho branco seriam caracterizados por uma tendência para serem independentes, autocentrados, manipuladores, oportunistas. Por outro lado, os trabalhadores não ofensores apresentam níveis mais elevados de socialização, no sentido de aderirem às normas, serem conscienciosos e honestos, de tolerância, responsabilidade e alta performance no trabalho. Os autores consideram que os ofensores de colarinho branco tendem a estar mais predispostos a adotar comportamentos antiéticos quando não estão satisfeitos. Estas características

³⁷ A personalidade foi medida através do *California Psychological Inventory* (Gough, 1987) e do *General Biodata Questionnaire* (Owens, 1976).

denotam que estes indivíduos utilizam as suas vítimas como um meio para alcançar os seus fins (Jones & Kavanagh, 1996).

Terpstra e colaboradores (1993) mostraram que estudantes de gestão com elevados níveis de competitividade interpessoal mostravam mais intenções de cometer *insider trading*. Estes autores concluíram que os indivíduos mais competitivos, com um *locus* de controlo externo, tinham maior probabilidade de se envolver em CCB.

Collins e Bagozzi (1999) mostraram que os ofensores de colarinho branco tinham mais probabilidade de exibir emoções negativas quando comparados com homens de negócios. Isto significa que que esses indivíduos têm mais tendência para ser insensíveis aos outros e mostrar falta de disciplina e de normas (idem).

Alalehto (2003) sugeriu que, apesar do baixo número de estudos existentes, alguns traços de personalidade, como *extroversão*, desagradabilidade e *neuroticismo*, conceptualizados como dimensões do FFM, são mais importantes que outros no estudo do CCB. O autor chegou a estas conclusões através de uma entrevista semiestruturada a uma amostra de 128 informantes sobre o caráter de ofensores de colarinho branco em comparação com empresários não ofensores. Os resultados do estudo levam o autor a concluir pela existência de tendências distintas em três tipos de personalidade nos ofensores de colarinho branco: extrovertido positivo, desagradável e neurótico. Os primeiros são comunicativos, espontâneos, atentos, manipuladores e egocêntricos, utilizam a amabilidade para obter atenção e recorrem, frequentemente, a mentiras para alcançarem os seus objetivos, pois têm um elevado desejo de controlo (idem). Estes indivíduos têm elevados níveis de *extroversão* e baixos níveis de autocontrolo, são agressivos e é difícil trabalhar com eles (Collins & Griffin, 1998 cit. in Alalehto, 2003). Além disso, procuram atividades onde possam desenvolver conexões e capacidades que permitam chegar a cargos de topo e ter mais oportunidades de cometer CCB empresarial (Alalehto, 2003). Os indivíduos do tipo desagradável (*disagreeable businessman*), embora cruéis, agressivos e desdenhosos, preferem ordem, regra e estabilidade. Agem de forma franca, sem rodeios, são críticos, teimosos, mas não têm carisma para serem bons líderes e ficam facilmente frustrados e irritados quando as coisas não correm como planeado. Porém, a sua ambição e ganância sobrepõem-se às suas preferências pela ordem e regras formais. Tal como os indivíduos do tipo extrovertido positivo, não conseguem sentir empatia pelos outros, têm falta de escrúpulos, embora não consigam ser manipuladores, como o tipo anterior. Por fim, os indivíduos do tipo neurótico caracterizam-se pela

insegurança e elevados níveis de ansiedade, já que não exteriorizam a sua raiva ou desilusão (idem). Alguns estudos classificam-nos como tendo um *locus* de controlo externo, caracterizado pela baixa autoestima e elevada suscetibilidade a influências externas (Terpstra, Rozell & Robinson, 1993). Estes indivíduos mostram uma grande necessidade de aceitação, nomeadamente no local de trabalho³⁸. Os estudos que relacionam a idade e o CCB sugerem que os indivíduos com personalidade neurótica têm maior probabilidade de ter detenções tanto por CCB como por outros crimes (Walters & Geyer, 2004; Weisburd & Waring, 2001). Em suma, este estudo mostra que os indivíduos com elevados níveis de *extroversão* e *neuroticismo* e baixos níveis de *agradabilidade* têm maior probabilidade de cometer CCB. Alalehto (2003) acrescenta ainda que os resultados do seu estudo devem servir de base para as abordagens de *profiling* na investigação e intervenção neste tipo de criminalidade, depois de perceber que não existem tratamentos específicos ou programas de reabilitação para estes ofensores (idem).

Blickle e colaboradores (2006) replicaram na Europa o estudo de Collins e Schmidt, com uma amostra constituída por um grupo de 76 indivíduos condenados por CCB e um grupo de 150 gestores empresariais. Os autores testaram hipóteses relativamente ao hedonismo, narcisismo, *conscienciosidade* e autocontrolo comportamental e concluíram que existem diferenças psicológicas entre ofensores de colarinho branco e gestores não ofensores. Os ofensores de colarinho branco apresentam níveis de hedonismo mais elevados que os não ofensores e têm tendências narcisistas mais fortes. Em relação à dimensão da *conscienciosidade*, os resultados mostraram que os ofensores de colarinho branco têm níveis mais elevados deste traço, contrariamente à hipótese prevista e contrariamente aos resultados de Collins e Schmidt (1993). Isto pode ser explicado pelo facto de os empresários serem indivíduos racionais e calculistas, que perseguem tanto interesses pessoais como da empresa (idem). Além disso, a elevada *conscienciosidade* é importante em indivíduos que, como os ofensores de colarinho branco, necessitam de conhecimento especializado e treino e que atingem cargos e estatutos mais elevados, que lhes permitem o acesso a mais oportunidades. A *conscienciosidade* relaciona-se também com a competência, ordem, cumprimento de deveres e autodisciplina. O elevado hedonismo está

³⁸ Embora estejamos a falar de traços de personalidade, ou seja, características individuais estáveis, como referido anteriormente, os indivíduos mais novos apresentam, geralmente, mais tendências neuróticas, o que sugere que esta característica pode diminuir com a idade (Collins & Griffin, 1998).

associado à grande importância que os indivíduos dão ao sucesso material e ao bem-estar individual. Assim, os autores sugerem que a perspectiva de ganhos materiais ou o medo de perdas financeiras são o que desencadeia o CCB, já que, como valorizam os bens materiais estão mais suscetíveis a este tipo de tentação. Os níveis elevados de narcisismo - elevada autoestima, necessidade de admiração e falta de empatia pelos outros - e baixo autocontrolo comportamental - dificuldade em resistir a tentações - têm também um papel neste processo de cometimento deste tipo de crimes (idem). Alguns destes traços estão associados à instabilidade emocional e à baixa *agradabilidade* (McCrae & Costa, 2010).

Também Feeley (2006) constata, numa revisão de estudos, que a investigação empírica nesta área evidencia que existem três traços de personalidade associados ao CCB: elevados níveis de *extroversão*, baixos níveis de *agradabilidade* e elevados níveis de *neuroticismo* (idem).

Listwan e colaboradores (2010), com o objetivo de analisar a relação entre personalidade e reincidência nos ofensores de colarinho branco, realizaram um estudo com uma amostra de 64 reclusos, condenados por crimes bancários e de fraude. Os autores partiram do facto de estudos anteriores (e.g. Listwan, Van Voorhis, Ritchey, 2007) terem sugerido que algumas características da personalidade, como o tipo neurótico e agressivo, estão positivamente relacionadas com a reincidência em ofensores condenados por crimes de rua. Para tal, na avaliação da personalidade utilizaram o *The Jesness Inventory*, com quatro tipos de personalidade: agressivo, neurótico, dependente e situacional. Os resultados mostraram que a taxa mais elevada de reincidência estava associada ao tipo neurótico, o que poderia ser explicado pelo facto de estes indivíduos se caracterizarem por uma afetividade negativa e consequente dificuldade em controlar estados emocionais, estabelecer limites e atingir objetivos pessoais, pelo que procuram meios alternativos (idem). Este estudo mostra a importância da personalidade e das variáveis sociais na predição da reincidência, no âmbito do CCB (idem).

Ragatz e Fremouw (2010), numa revisão de 16 estudos, concluíram que existem algumas características psicológicas que podem ser associadas aos ofensores de colarinho branco. Estes indivíduos apresentam níveis mais baixos de *conscienciosidade*, menor *agradabilidade* e menor autocontrolo. Por outro lado, apresentam níveis mais elevados de ansiedade e *extroversão*, quando comparados com profissionais de colarinho branco não ofensores (idem).

Connelly e Ones (2008) analisaram uma possível relação entre a personalidade, a nível nacional – operacionalizada através da média dos perfis psicológicos dos indivíduos- e a corrupção, em 54 países. Com base no modelo dos cinco fatores, a personalidade foi medida através do *Revised NEO Personality Inventory* (NEO-PI-R). Os autores concluíram que nações com elevados níveis de *conscienciosidade* e *neuroticismo* e níveis mais baixos de *extroversão* e *abertura à experiência* tendem a ser mais corruptas. Estes resultados que mostram uma relação positiva entre a *conscienciosidade* ao nível nacional e a corrupção nacional contradizem diversos estudos que mostram que existe uma relação negativa entre a *conscienciosidade* ao nível individual e o comportamento desviante no trabalho (Berry et al., 2007; Salgado, 2002) e com o CCB (Collins & Schmidt, 1993). No mesmo sentido, os níveis nacionais de *abertura à experiência* exibiram relações negativas com a corrupção a nível nacional, em contraste com os resultados nulos ao nível individual (Collins & Schmidt, 1993; Salgado, 2002).

Bauwens e Egan (2011) conduziram um estudo com o objetivo de analisar as diferenças ao nível das características demográficas e dos traços de personalidade antissociais e narcísicos relevantes entre ofensores. Concluíram que o perfil dos ofensores de colarinho branco e dos ofensores comuns distingue-se, essencialmente, pelo facto de os primeiros terem mais tendências narcisistas, mas menor probabilidade de manifestar violência física, comportamentos antissociais e irresponsabilidade no trabalho. Este estudo mostrou também que os ofensores de colarinho branco não são um grupo homogéneo, no que respeita às características demográficas, jurídicas e de saúde mental, pelo que pode não ser possível encontrar um perfil geral, marcadamente diferente dos ofensores comuns. Não obstante, os ofensores de colarinho branco “puros” – que não cometeram outro tipo de crimes - têm tendências narcisistas, não mostram violência física ou irresponsabilidade no trabalho e apresentam menos comportamentos antissociais, em comparação com ofensores comuns (idem).

Apesar de a maioria dos estudos realizar comparações entre ofensores de colarinho branco e não ofensores, existem já alguns que efetuam a comparação dos ofensores de colarinho branco com outros ofensores.

Analisando as investigações que estudaram a relação entre o CCB e o *Big Five*, podemos tirar já algumas conclusões:

- i. *Abertura à experiência* – a evidência existente quanto à significância da influência deste traço de personalidade no CCB é praticamente inexistente.

Porém, Collins e Schmidt (1993) concluíram que os ofensores de colarinho branco estão mais envolvidos em atividades extracurriculares do que os empresários não ofensores, o que pode ser associado a níveis mais altos de abertura à experiência. Por outro lado, Connely e Ones (2008) evidenciaram baixos níveis de abertura à experiência em ofensores de colarinho branco. No entanto, são necessários mais estudos que se foquem nesta dimensão para que se possam retirar mais conclusões.

ii. *Conscienciosidade* – Diversos estudos têm encontrado baixos níveis de *conscienciosidade* em ofensores de colarinho branco (Collins & Schmidt, 1993; Ragatz & Fremouw, 2010). Estes indivíduos são irresponsáveis e têm dificuldade em aderir às normas sociais e, como afirmam Ben-David (1991) e Collins e Baggozi (1999), os ofensores de colarinho branco são caracterizados por serem irresponsáveis e com falta de disciplina, facetas que Costa e McCrae (1992) associam a esta dimensão. Porém, Blickle e colaboradores (2006) concluem que os ofensores de colarinho branco apresentam níveis mais elevados de conscienciosidade do que empresários não ofensores. Também Alalehto (2003) afirma que estes ofensores gostam de ordem e regras, o que pode indicar elevados níveis de conscienciosidade. Desta forma, não é possível concluir qual o sentido da relação entre esta dimensão e o CCB.

iii. *Extroversão* – os resultados dos diversos estudos mostram que existem fortes indicadores de que os ofensores de colarinho branco são indivíduos com elevados níveis de *extroversão* (e.g. Collins & Schmidt, 1993; Alalehto, 2003; Lee et al., 2005; Feeley, 2006; Ragatz & Fremouw, 2010; Ben-David, 1991), especialmente quando comparados com indivíduos com outros comportamentos antissociais e comportamentos desviantes no local de trabalho (Cruz et al., 2015). Costa e McCrae (1992) referem que indivíduos com elevados níveis de extroversão dão preferência a grupos grandes, onde se tornam o centro das atenções, pelas suas capacidades de comunicação e tendências sociais, além de que se mostram assertivos e socialmente dominantes. Também o tipo extrovertido positivo, de Alalehto (2003), utiliza as suas competências sociais como uma ferramenta de manipulação, de modo a alcançar os seus objetivos e o nível social que desejam. Ben-David (1991) considera que ofensores de colarinho branco tendem a ser mais assertivos, agressivos e extrovertidos quando comparados com ofensores condenados por crimes sexuais e de propriedade. Collins & Schmidt (1993) consideram que estes ofensores são caracterizados por elevados níveis de extroversão social, mas também por se envolverem em

comportamentos de risco. Costa e McCrae (1992) referem que a procura de excitação é uma faceta da extroversão, pelo que indivíduos com elevados níveis nesta dimensão sentem-se constantemente estimulados e permitem-se correr riscos de forma a obter sucesso ou poder, ou seja, os indivíduos podem ter comportamentos criminais com vista a alcançarem os seus objetivos. Por outro lado, Connelly e Ones (2008) encontraram uma relação negativa entre a extroversão e a corrupção ao nível nacional. Assim, a heterogeneidade dos resultados não permite concluir, de forma sólida, o sentido da relação desta dimensão com o CCB, embora a maioria dos estudos tenha encontrado uma relação positiva.

iv. *Agradabilidade* – Alalehto (2003), Feeley (2006) e Ragatz e Fremouw (2010) sublinharam a existência de evidência empírica que mostra uma relação negativa entre a *agradabilidade* e o CCB. Também algumas características dos ofensores de colarinho branco encontradas noutros estudos podem ser associadas a esta dimensão da personalidade. De acordo com Costa e McCrae (1992), os indivíduos com baixos níveis de *agradabilidade* tendem a ser narcísicos e com falta de empatia, arrogantes, antagónicos, manipuladores e não cooperativos, que se podem associar ao narcisismo e desordens de personalidade antissocial e paranoide. Blickle e colaboradores (2006), Collins e Schmidt (1993) e Bauwens e Egan (2011) mostraram que os ofensores de colarinho branco têm elevados níveis de narcisismo³⁹, sendo caracterizados por uma elevada autoestima. Costa e McCrae (1992) também descrevem os indivíduos com baixa *agradabilidade* como egocêntricos, competitivos, dominantes e controladores, características evidenciadas por Collins e Schmidt (1993) e Ben-David (1991) nos indivíduos condenados por CCB. Os baixos níveis de *agradabilidade* estão também relacionados com a necessidade de controlo (Costa & McCrae, 1992), que Alalehto (2003) confirmou estar associada a estes ofensores e, por serem desconfiados, é difícil relacionarem-se com eles, o que pode ser prejudicial para o trabalho. Deste modo, é possível concluir que a evidência empírica mostra, de forma consistente, que os menores níveis de *agradabilidade* estão associados ao CCB.

v. *Neuroticismo* – existe uma forte evidência de que os ofensores de colarinho branco apresentam elevados níveis de *neuroticismo*, especialmente

³⁹ Lasch (1979) refere que o narcisismo é importante para o sucesso, já que devido ao seu sofrimento interno, o narcísico pode utilizar a manipulação de relações interpessoais e as próprias instituições desencorajam os fortes laços pessoais, assim como dão aos narcísicos a aprovação necessária para validar a sua autoestima.

quando comparados com não ofensores (e.g. Alalehto, 2003; Feeley, 2006; Listwan et al., 2010; Connelly & Ones, 2008). Isto sugere que os indivíduos que praticam CCB têm uma maior predisposição para o envolvimento em comportamentos criminais em consequência da sua baixa autoestima, ansiedade e insegurança. Tal como referido por Costa e McCrae (1992) indivíduos com altos níveis de *neuroticismo* tendem a culpabilizar-se e mostrarem-se ansiosos e deprimidos, o que aumenta probabilidade de experimentarem emoções negativas, que Ben-David (1991), Collins e Schmidt (1993), Ragatz e Fremouw (2010) e Collins e Baggozi (1999) também associaram aos ofensores de colarinho branco. Estes indivíduos podem sentir-se pressionados a cometerem CCB, pois sentem-se culpados ou responsáveis pelo fraco desempenho, e tendem a sentir-se frustrados e irritados (Ben-David, 1991). Estas facetas poderão também estar relacionadas com o *locus* de controlo externo que Alalehto (2003) e Terpstra e colaboradores (1993) associam aos ofensores de colarinho branco. Isto pode significar que o tipo neurótico tem dificuldades no controlo do seu estado emocional e no estabelecimento de limites para alcançar as suas metas. Como consequência, estes indivíduos tornam-se mais negativos, ao longo do tempo, e também mais especialistas em encontrar desculpas e justificações para os meios alternativos que utilizam para atingir os elevados padrões que eles próprios estabelecem (Listwan et al., 2010). Deste modo, é possível perceber que a literatura tem evidenciado fortemente que os ofensores de colarinho branco têm maior probabilidade de exibir níveis mais elevados de *neuroticismo* do que os não ofensores (e.g. Alalehto, 2003; Collins & Schmidt, 1993; Feeley, 2006; Listwan et al. 2010; Ragatz & Fremouw, 2010).

Em síntese, da revisão realizada, é possível concluir que existem resultados mistos nos estudos que pretendem analisar as dimensões da personalidade associadas ao CCB. Porém, como referido anteriormente, é de salientar que a operacionalização do conceito de CCB não é semelhante em todas as investigações, sendo que os crimes que integraram os estudos são diferentes. Importa ainda acrescentar que os instrumentos de medição utilizados também divergem.

Não obstante, apesar de todas estas considerações, e necessidade de avaliar com ponderação estes resultados, é evidente que os traços de personalidade oferecem uma melhor compreensão deste tipo de criminalidade. A revisão aqui realizada mostra que os ofensores de colarinho branco tendem a ter

elevados níveis de *neuroticismo* e *extroversão* e baixos níveis de *agradabilidade* e *conscienciosidade* (Klenowski & Dodson, 2016). Assim, o elevado *neuroticismo*, associado a características como a ansiedade, baixa autoestima, depressão e irritabilidade, é uma das dimensões mais associada ao cometimento de CCB. Além disso, foi demonstrada a importância dos baixos níveis de *conscienciosidade*, relacionada com a irresponsabilidade, dificuldade em aderir a normas sociais e falta de disciplina. Importa ainda frisar a associação do CCB aos baixos níveis de *agradabilidade*, ou seja, indivíduos egoístas, dominantes, manipuladores, com falta de empatia e elevada autoestima, e à elevada *extroversão*, relacionada com a sociabilidade e assertividade. No que concerne à dimensão da *abertura à experiência*, não foram encontrados resultados que mostrem a sua relação com o CCB.

Deste modo, depois de apresentados os principais resultados empíricos nesta temática, é possível perceber a importância da personalidade na sua relação com o CCB. No entanto, a heterogeneidade de resultados torna evidente a necessidade de mais investigação que analise a relação entre a personalidade e este tipo de crimes. Diversos autores têm enfatizado a importância de futuras investigações que procurem compreender como é que os ofensores de colarinho branco se distinguem dos ofensores comuns em relação a diferentes atributos psicológicos, de modo a aprofundar o nosso conhecimento sobre as causas do crime, mas também acerca das estratégias de tratamento de modo a diminuir estes comportamentos (Listwan et al., 2010).

3. Autocontrolo

A Teoria Geral do Crime (TGC), de Gottfredson e Hirschi (1990), é um dos modelos criminológicos mais testados empiricamente. Para estes autores, o envolvimento em crimes e comportamentos análogos está relacionado com as diferenças individuais num traço de personalidade que é o autocontrolo, definido como a capacidade individual para controlar o comportamento, de forma a obter recompensas e evitar punições (idem). Gottfredson e Hirschi (1990) consideram que o crime é uma gratificação de desejos imediatos, pelo que os indivíduos com baixos níveis de autocontrolo, autocentrados e impulsivos, têm maior probabilidade de o praticar. O crime desperta prazer, é fácil, emocionante, requer pouco planeamento e capacidades específicas (idem).

De acordo com a TGC, para os indivíduos com baixo autocontrole as vantagens do ato apresentam-se como sendo imediatas, óbvias e diretas. Por outro lado, estes indivíduos têm dificuldade em antecipar as desvantagens associadas ao mesmo comportamento, nomeadamente as punições (idem). Os indivíduos com baixo autocontrole dão mais valor à gratificação de desejos imediatos e menos valor aos custos a longo prazo, quando comparados com os indivíduos com níveis mais elevados de autocontrole (Arneklev, Grasmick, Tittle & Bursik, 1993). É esta diferença no peso/valor atribuído, pelos indivíduos com baixo autocontrole, aos benefícios imediatos e aos custos a longo prazo que facilita os comportamentos desviantes (idem).

Desde logo, e para uma definição completa do conceito de autocontrole, os autores apontam os seis elementos que o compõem enquanto traço de personalidade, e que se encontram inter-relacionados (Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 89):

1. *Impulsividade* - caracteriza-se por uma propensão para os indivíduos se orientarem pelo “aqui e agora” e consequente dificuldade em adiar a possibilidade de gratificação; os indivíduos com baixo autocontrole tendem a ceder à tentação de gratificação imediata (Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 89). Por outro lado, os indivíduos com elevados níveis de autocontrole são capazes de reconhecer que o crime e os comportamentos desviantes têm poucos benefícios a longo prazo, pelo que evitam esses comportamentos (Arneklev et al., 1993).

2. *Preferência por tarefas simples* - espelha a “falta de diligência, tenacidade, ou persistência no decurso da ação, de forma que estes indivíduos preferem gratificações de desejos fáceis ou simples” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 89); os indivíduos com baixo autocontrole preferem os caminhos mais fáceis e evitam tarefas complexas, pois falta-lhes a diligência e persistência necessárias (Arneklev et al., 1993).

3. *Procura do risco (risk-seeking)* - disposição dos indivíduos para a aventura, sendo menos cautelosos e cuidadosos, com preferência por atos *excitantes, arriscados e emocionantes*, como os atos desviantes (Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 89); os indivíduos com baixos níveis de autocontrole sentem-se satisfeitos quando se envolvem em comportamentos desviantes e sentem-se bem quando expostos ao risco (Arneklev et al., 1993).

4. *Preferência por atividades físicas* (em detrimento de atividades cognitivas, que exijam raciocínio) - os crimes e comportamentos análogos requererem pouca habilidade e planeamento (Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 89),

pelo que indivíduos com baixo autocontrole, menos mentais, menos verbais e menos orientados para o conhecimento, conseguem envolver-se facilmente nesses comportamentos (Arneklev et al., 1993). Aqueles com níveis mais elevados de autocontrole são mais cautelosos, mas também mais cognitivos e verbais, enquanto os indivíduos com baixo autocontrole são mais físicos, aventureiros e ativos (idem).

5. *Autocentração* – os indivíduos com baixos níveis de autocontrole são mais centrados em si próprios, “egocêntricos, indiferentes, ou insensíveis para com o sofrimento e necessidades dos outros” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 89).

6. *Temperamento* (imprevisibilidade) – estes indivíduos apresentam uma tolerância mínima à frustração e pouca capacidade para responder a conflitos através de meios verbais, utilizando preferencialmente meios físicos (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Estas características *atitudinais* manifestam-se através da satisfação de desejos e necessidades imediatas, incluindo crimes e comportamentos análogos (Gottfredson & Hirschi, 1990). Porém, estas componentes não constituem formas alternativas de baixo autocontrole, nem umas são as causas de outras (Arneklev et al., 1993), são constituintes do baixo autocontrole e têm tendência a aparecer em conjunto, formando um traço latente unidimensional (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Para os autores da TGC, a descrição do baixo autocontrole está intimamente relacionada com a análise do comportamento criminal e, neste sentido, os indivíduos com esta característica descrever-se-ão pela impulsividade, insensibilidade e incapacidade individual de atingir objetivos estabelecidos a longo prazo e, conseqüentemente, mais probabilidade de praticar atos desviantes. Estas características teriam, também, corolários a nível pessoal e profissional, pela dificuldade que os mesmos mostram no que concerne a manterem-se vinculados, por longos períodos de tempo, a um casamento ou a uma carreira profissional, por exemplo. Estes indivíduos dificilmente alcançam empregos estáveis, já que a realização profissional requer compromisso, responsabilidade e persistência (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Esta orientação levou a que os autores da TGC fossem acusados de tautologia, já que o envolvimento no crime é utilizado como um indicador de baixo autocontrole e, por seu turno, esse indicador é utilizado na predição de envolvimento em crimes. Ou seja, os atos que indicam os níveis de autocontrole

são precisamente os mesmos cujo autocontrolo pretende explicar (Akers, 1991; Geis, 2000; Reed & Yeager, 1996). Gottfredson e Hirschi (1990) consideram que o comportamento criminal é tanto uma consequência como uma medida do baixo autocontrolo e não contemplaram nenhuma definição operacional deste conceito, nem o definiram separadamente da propensão para o crime, pelo que não seria possível dizer que um indivíduo teria estas características sem que ele cometesse um crime (Akers, 1991).

Le Blanc (2006) divide o conceito de autocontrolo em quatro dimensões: comportamental, cognitiva, emocional e temperamental. A primeira está relacionada com características individuais que levam o indivíduo com baixo autocontrolo a agir conforme as tentações do momento, ou seja, a ser impulsivo e a adotar comportamentos de risco. A dimensão cognitiva constitui-se pelo facto de os indivíduos com baixos níveis de autocontrolo preferirem comportamentos físicos em detrimento de atividades cognitivas, que lhes exijam mais raciocínio e está relacionada com o facto de estes indivíduos serem mais físicos e não-verbais e *short-sighted*, ou seja, direccionados para as consequências a curto-prazo. Assim, sujeitos com baixos níveis de autocontrolo elegem, geralmente, comportamentos perigosos e excitantes, relacionados com velocidade e aventura, contrariamente aos indivíduos com níveis elevados. No mesmo plano, descuram as consequências a longo prazo que possam advir dos seus comportamentos, dando apenas importância à vontade de satisfação imediata de desejos. Ainda no que concerne à dimensão cognitiva, afirma-se que os indivíduos com baixo autocontrolo exibem baixos níveis de inteligência (Le Blanc, 2006), já que, em geral, o comportamento criminoso não requer muitos requisitos cognitivos (Gottfredson e Hirschi (1990)). Este conceito integra, também, uma dimensão emocional, materializada pela insensibilidade que estes indivíduos revelam, nomeadamente em relação ao sofrimento do outro, designadamente das vítimas. Por último, é de considerar a dimensão temperamental, que se relaciona com o facto de os indivíduos com baixos níveis de autocontrolo serem pouco resistentes à frustração e responderem, frequentemente, de forma física aos conflitos, e ignorando os meios verbais (Le Blanc, 2006).

3.1. Origem do baixo autocontrolo e a estabilidade do crime

Gottfredson e Hirschi (1990) consideram que a origem do baixo autocontrolo reside na socialização das crianças e salientam a importância das

práticas parentais e de uma educação eficaz na infância. Segundo os autores, os baixos níveis de autocontrole estão associados à ausência de carinho e disciplina, e a um fraco desenvolvimento de laços emocionais. Isto significa que é pela incapacidade de as crianças desenvolverem mecanismos que regulam o comportamento que se estabelece, desde cedo, um baixo nível de autocontrole e, conseqüentemente, uma predisposição criminal (Gottfredson & Hirschi, 1990; Higgins, 2007; Nakhaie, Silverman & LaGrange, 2000).

Neste sentido, o baixo autocontrole, como um padrão de comportamento, estabelece-se numa fase precoce e, apesar de poder variar consoante as diferentes fases da vida de um indivíduo, possui uma certa estabilidade ao longo do tempo. Com base nesta ideia de estabilidade do autocontrole, em termos interindividuais⁴⁰, a TGC mostra que as diferenças entre os indivíduos na probabilidade de cometer crimes persistem ao longo do tempo (Gottfredson & Hirschi, 1990; Akers, 1991).

3.2. Versatilidade e falta de especialização

A TGC transmite, ainda, uma ideia de versatilidade, no sentido de que, ao longo da vida, estes indivíduos podem adotar diversos comportamentos, criminais ou análogos⁴¹, que são facilitados pelos baixos níveis de autocontrole (Gottfredson e Hirschi, 1990). No entanto, existe uma tendência para dar especial ênfase aos crimes mais graves numa série de eventos, o que não deve ser confundido com a ideia de que os ofensores se especializam, efetivamente, num único tipo de crime (idem). Os indivíduos são versáteis no cometimento de crimes, não se limitando a um tipo de ofensa (Szockyj & Geis, 2002). Esta visão é manifestamente diferente das teorias que defendem a especialização dos ofensores, comumente associada aos ofensores de colarinho branco⁴² (Walters & Geyer, 2004).

⁴⁰ Não obstante, podem existir algumas alterações intraindividuais, em cada indivíduo, ao longo da sua vida, decorrentes do processo natural de socialização.

⁴¹ Atos que, apesar de não serem ilegais são semelhantes ao crime, no sentido em que também proporcionam uma gratificação imediata, como abuso de álcool e drogas, condução imprudente, comportamentos sexuais de risco, entre outros (Hirschi & Gottfredson, 1987 cit. in Benson & Moore, 1992; Piquero, MacDonald, Parker, 2002; Pratt & Cullen, 2000).

⁴² A relação entre o autocontrole e o cometimento de crimes de colarinho branco será explorada posteriormente.

3.3. Oportunidade

Não obstante o papel crucial do autocontrole no comportamento criminoso, Gottfredson e Hirschi (1990, p. 89) sublinham que “a falta de autocontrole não conduz necessariamente ao crime, podendo ser contrabalançada pelas circunstâncias e por outras características do indivíduo”. Para Reed e Yeager (1996), esta teoria é probabilística e não determinista, sendo de realçar a importância dada à interação do autocontrole com a oportunidade, pois as oportunidades ilegítimas aumentam a probabilidade de aparecimento de comportamentos desviantes. Assim, perante as mesmas oportunidades, os indivíduos com baixo autocontrole têm maior probabilidade de se envolverem em comportamentos desviantes (De Li, 2004; Tittle, Ward & Grasmick, 2004). Porém, Grasmick e colaboradores (1993) consideram que os autores da TGC minimizaram a importância da variável oportunidade no comportamento desviante, além de que nunca propuseram uma definição deste conceito.

Em suma, os indivíduos com baixos níveis de autocontrole tendem a apresentar um conjunto de facetas que os leva a agir de acordo com as tentações do momento, sem antecipar as consequências dos seus comportamentos. Este traço é estável ao longo da vida e tem como consequência uma versatilidade da conduta, por não praticarem exclusivamente um tipo de atos.

3.4. Operacionalização do autocontrole

As medidas de autocontrole podem ser distinguidas entre escalas cognitivas e atitudinais – semelhantes a inventários de personalidade, que medem os seis elementos do autocontrole conceptualizados por Gottfredson e Hirschi (1990) - e escalas comportamentais – que pretendem aceder e apreender comportamentos que reflitam falhas no autocontrole.

No entanto, em relação à questão da operacionalização e medição dos níveis de autocontrole, os autores da TGC não propõem medidas concretas, embora sugiram que as medidas comportamentais são preferíveis em relação às escalas de autorresposta. Gottfredson e Hirschi (1990, 1993) consideram que essas medidas traduzem o verdadeiro conceito de autocontrole como uma predisposição estável para o crime, já que esta característica afetaria as respostas dos indivíduos (idem). Em suma, sugerem que o baixo autocontrole deve ser observado e medido pelos comportamentos dos indivíduos (Higgins, 2007).

Em termos empíricos, tem sido utilizada uma grande diversidade de indicadores na medição do autocontrolo e, independentemente do tipo de medida utilizado, as premissas principais desta teoria são suportadas pela literatura, que evidencia que o baixo autocontrolo tem, pelo menos, uma associação moderada com o comportamento desviante (Pratt & Cullen, 2000). Não obstante, Tittle e colaboradores (2003) concluíram que as medidas comportamentais não têm nenhuma vantagem sobre as cognitivas, contrariando Gottfredson e Hirschi (1990).

Neste sentido, e de forma a combater a acusação de tautologia de que a TGC é alvo, os investigadores têm procurado usar medidas atitudinais, como a escala elaborada por Grasmick e colaboradores (1993).

3.4.1. A Escala de Grasmick, Tittle, Bursik e Arneklev (1993)

A Teoria do Autocontrolo, ou TGC, é um marco importante na Criminologia e, por tal, ao longo dos anos, tem ganho suporte empírico (Higgins, 2007). A escala de autocontrolo mais utilizada foi construída em 1993, por Grasmick e colaboradores, de forma a testar esta teoria e desenvolver definições operacionais⁴³. Esta escala de autorresposta mede o autocontrolo como um constructo unidimensional⁴⁴, de acordo com as seis componentes do baixo autocontrolo propostas por Gottfredson e Hirschi (1990), organizadas em subescalas, que foram operacionalizadas em 24 itens (quatro para cada uma)⁴⁵. As respostas a esses itens são dadas numa escala de *Likert*, com quatro opções, de modo que os sujeitos devem indicar até que ponto cada item os descreve, partindo de quatro níveis possíveis de resposta (1-Discordo fortemente, 2-Discordo, 3-Concordo, 4-Concordo fortemente). Os itens são agregados de modo a formar um *score* total de autocontrolo, sendo que um resultado final elevado indica um baixo nível de autocontrolo (Grasmick et al., 1993; Higgins, 2007).

⁴³ Os autores desenvolveram esta escala após perceberem que a subescala de autocontrolo do Inventário de Psicologia da Califórnia (Gough, 1975 cit. in Grasmick et al., 1993) não abrangia todas as características de baixo autocontrolo referidas na TGC.

⁴⁴ “*There is considerable tendency for these traits to come together in the same people, and since the traits tend to persist through life, it seems reasonable to consider them as comprising a stable construct useful in the explanation of delinquent behavior*” (Gottfredson & Hirschi, 1990, pp.90-91). Isto significa que, de acordo com os autores, os diferentes elementos do autocontrolo devem ser entendidos enquanto medida de um traço latente, de tal modo que, justificando assim a existência de uma escala única de baixo autocontrolo (Grasmick et al., 1993). Assim, Gottfredson e Hirschi (1990) afirmam que o baixo autocontrolo é um constructo unidimensional, composto por várias características que tendem a manifestar-se nos mesmos indivíduos.

⁴⁵ Os autores suprimiram aspetos da definição de autocontrolo que, do seu ponto de vista, deveriam ser considerados apenas consequências deste traço (e.g. indivíduos com baixo autocontrolo não possuem competências cognitivas ou académicas e que requerem treino ou aprendizagem, tal como os casamentos e empregos instáveis, que seriam comportamentos resultantes do baixo autocontrolo e não elementos que o constituem (Grasmick et al., 1993).

Esta escala tem-se mostrado uma medida sólida e válida, quando testada em diferentes tipos de amostras (Grasmick et al., 1993; Nagin & Paternoster, 1993; Piquero & Rosay, 1998).

Nesta investigação, com o objetivo de aceder ao autocontrolo dos indivíduos, esta será a escala de medição utilizada, validada para a população portuguesa por Fonseca (2002).

3.5. Autocontrolo e comportamento desviante

A TGC atraiu um grande número de investigadores que testaram a sua validade empírica na compreensão do crime (Marcus, 2004).

Quando Grasmick e colaboradores (1993) operacionalizam o conceito de autocontrolo de Gottfredson e Hirschi (1990) verificam que, efetivamente, numa amostra da população geral, os baixos níveis de autocontrolo estão relacionados com a delinquência autorrevelada (idem).

Arneklev e colaboradores (1993) exploraram o carácter geral da teoria de Gottfredson e Hirschi (1990), ao analisarem a relação entre baixo autocontrolo e comportamentos imprudentes, nomeadamente fumar, beber álcool e jogar a dinheiro (idem). Os resultados deram suporte à TGC já que mostraram um efeito significativo do baixo autocontrolo nos comportamentos imprudentes. Contudo, importa sublinhar que uma análise mais detalhada revelou que algumas componentes do baixo autocontrolo, mais especificamente aquelas relacionadas com a baixa inteligência, diminuem o poder preditivo da escala⁴⁶ (idem).

Longshore e colaboradores (1996) analisaram a teoria do autocontrolo, com uma amostra de 580 ofensores, e concluíram que o autocontrolo está associado a crimes de força e fraude. Os resultados mostraram também que os ofensores com níveis mais baixos de autocontrolo praticam mais crimes (idem).

Gibson e colaboradores (2000) mostraram que o baixo autocontrolo está relacionado com múltiplas dimensões de insucesso escolar, fracas relações familiares, objetivos de carreira limitados, associação a pares delinquentes e comportamento delincente.

DeLisi (2001) testou a TGC em 500 ofensores e mostrou que os indivíduos com níveis mais baixos de autocontrolo têm maior probabilidade de ter cometido diversos tipos de crime, nomeadamente homicídio, roubo, abuso sexual, desfalque, fraude e falsificação. Desta forma, este estudo permitiu corroborar a

⁴⁶ Além disso, o comportamento *fumar* parece não ser afetado pelo baixo autocontrolo (Arneklev et al., 1993).

premissa de Gottfredson e Hirschi (1990) relativa à versatilidade inerente aos comportamentos desviantes (idem).

Depois de aproximadamente uma década de investigação, e da sua emergência como uma das principais teorias criminológicas, a teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi (1990) foi avaliada por Pratt e Cullen (2000). Estes autores conduziram uma meta-análise com 19 estudos⁴⁷ através da qual testaram as premissas da TGC. Os resultados mostraram a existência de uma relação entre o baixo autocontrolo e o comportamento criminal e análogo. Assim, o resultado desta meta-análise foi um forte suporte empírico para a TGC, ou seja, o baixo autocontrolo aumenta a probabilidade de envolvimento em comportamentos criminais e análogos, pelo que deve ser considerado um importante preditor destes comportamentos, apesar das várias limitações da teoria de Gottfredson e Hirschi (1990).

Posteriormente, Engel (2012) expandiu a meta-análise de Pratt e Cullen (2000), com 102 estudos empíricos. Esta meta-análise realizada por Engel (2012) permite concluir que em 88% dos estudos empíricos analisados evidenciam uma correlação negativa entre autocontrolo e crime ou comportamento desviante, dando suporte à TGC. Deste modo, o autor concluiu que a baixos níveis de autocontrolo, correspondem níveis mais elevados de comportamentos desviantes, ou seja, crimes mas também comportamentos análogos (idem).

Todavia, algumas dimensões do autocontrolo surgem mais relacionadas com os comportamentos desviantes comparativamente a outras. A dimensão *procura de risco* é a que surge como a que mais fortemente se relaciona com os comportamentos delinquentes (Arneklev et al., 1993; Arneklev et al., 1999; Longshore, Turner & Stein, 1996). Tittle e colaboradores (2003) corroboram este resultado e acrescentam o facto de a relação entre *procura de risco* e comportamento desviante ser mais forte que a relação do próprio índice de autocontrolo com esse comportamento, pelo que esta componente do autocontrolo poderá ser um indicador mais válido que a medida compósita, o *score* total. Arneklev e colaboradores (1999) e Nakhaie e colaboradores (2000) indicam ainda, pelos resultados dos seus estudos, que a *impulsividade* é a segunda dimensão mais fortemente relacionada com comportamento desviante e que a componente *preferência por tarefas simples* apresenta uma relação fraca,

⁴⁷ Apenas os estudos que tinham utilizado uma única medida de autocontrolo foram incorporados na amostra, ou seja, o autocontrolo foi considerado um constructo unidimensional (Pratt & Cullen, 2000).

seguida de *preferência por atividades físicas*. Esta relação, para ambas as dimensões é também verificada por Tittle e colaboradores (2003).

No mesmo sentido, Zuckerman (1994) sugere que existe uma relação positiva entre a *adoção de risco*, uma componente do autocontrole, e o comportamento desviante e delinquente, ou seja, quanto maior a propensão para a *adoção de risco* (e procura de novas sensações), maior a probabilidade de cometimento de crimes.

Em suma, são vários os estudos que, analisando a relação entre autocontrole e comportamento desviante, dão suporte à TGC, isto é, concluem que a níveis mais baixos de autocontrole correspondem níveis mais elevados de comportamento desviante⁴⁸.

Além disso, alguns estudos têm mostrado que os níveis de autocontrole são mais baixos em indivíduos com carreiras criminais persistentes, ou seja, longas carreiras criminais (Benson & Moore, 1992; DeLisi, 2001; DeLisi & Vaughn, 2008; Piquero, Farrington & Blumstein, 2007).

Finalmente, é importante referir que o efeito da interação de oportunidade criminal com o baixo autocontrole tem gerado alguma controvérsia. Longshore e Turner (1998) testaram esta hipótese baseando-se em análises de dados recolhidos de cinco programas de tratamentos para ofensores de rua⁴⁹. Os resultados permitiram concluir que o autocontrole interage com a oportunidade de transgressão relativamente a crimes de fraude, não se confirmando porém, o pressuposto da teoria em relação aos crimes de força.

Em suma, os resultados sugerem que existe um grande suporte para a teoria, ou seja, a investigação tem evidenciado a correlação negativa existente entre o baixo autocontrole e o comportamento desviante em geral (Arneklev et al., 1993; Britt & Gottfredson, 2003; Cochran, Wood, Sellers, Wikerson & Chamlin, 1998; DeLisi, 2005; DeLisi, Hochstetler & Murphy 2003; Engel, 2012; Evans, Cullen, Burton, Dunaway & Benson, 1997; Gibbs & Giever, 1995; Gibson & Wright, 2001; Hochstetler & DeLisi, 2005; Piquero, 2009; Pratt & Cullen, 2000; Tittle, Ward & Grasmick, 2003; Vazsonyi, Wittekind, Belliston & Loh, 2004), fumar (Arnekelev et al., 1993), conduzir sob o efeito de álcool (Keane, Maxim & Teevan, 1993; Nagin & Paternoster, 1993; Piquero & Tibbetts, 1996), faltar à escola

⁴⁸ Importa reiterar que esta relação entre comportamento desviante e autocontrole se verifica em estudos realizados junto de vários tipos de amostras.

⁴⁹ A variável oportunidade era operacionalizada nesses estudos, primeiro, como o número de amigos do transgressor que se envolviam em crimes e consumiam droga, e segundo em função do tipo desses comportamentos antissociais.

(Gibbs, Giever & Martin, 1998; Gibbs & Giever, 1995), consumir drogas (De Li, 2005; Stylianou, 2002), intenções de furto (Piquero & Tibbetts, 1996), pirataria (Higgins, 2005), violência em relações íntimas (Sellers, 1999). As pessoas com baixo autocontrole têm também mais probabilidade de estar envolvidas em acidentes de viação (Junger & Tremblay, 1999 cit. in DeLisi et al., 2003) e *academic dishonesty* (Cochran et al., 1998). Além disso, o baixo autocontrole também tem sido correlacionado com diversos comportamentos criminais, nomeadamente comportamentos de força ou fraude (Benson & Moore, 1992; DeLisi, 2001; Gibbs et al., 1998; Gibson & Wright, 2001; Grasmick et al., 1993; Longshore, 1998; Longshore & Turner, 1998; Piquero & Tibbetts, 1996; Sellers, 1999) ofensas violentas (Piquero et al., 2005), abuso sexual e roubo (Nagin & Paternoster, 1993), *occupational deviance* (Gibson & Wright, 2001).

Conclui-se ainda que a questão da dimensionalidade do autocontrole necessita de mais investigação. Alguns estudos, ao analisarem esta questão têm concluído que se trata de um constructo multidimensional, portanto, composto por vários traços distintos, contrariamente ao afirmado por Gottfredson e Hirschi (1990). Neste sentido é imprescindível perceber a capacidade preditiva das diferentes subescalas em comportamentos desviantes e análogos.

3.6. Autocontrole e Crime de Colarinho Branco

“The distinction between crime in the street and crime in the suits is an offense rather than an offender distinction (...) offenders in both cases are likely to share similar characteristics”.

(Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 200)

Contrariamente a outras teorias, a teoria de Gottfredson e Hirschi (1990), como teoria geral, envolve vários tipos de comportamentos antissociais, ou seja, pretende explicar todos os tipos de crime, em todos os contextos e diferentes fases da vida. Isto significa que o CCB é explicado, como todos os outros, pelo baixo autocontrole (Koopman, 2010). Deste modo, não deve ser feita uma distinção entre ofensores de colarinho branco e ofensores comuns, pois os indivíduos podem cometer qualquer tipo de crime e “não se especializam em nenhum tipo particular” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 190).

Assim, de acordo com Gottfredson e Hirschi (1990) o CCB, tal como todos os outros crimes, evidencia as premissas da sua teoria, no sentido de que todos os crimes são motivados pela procura de satisfação de desejos e o baixo autocontrolo levaria a impulsos sem consideração das consequências a longo prazo⁵⁰. Esta teoria assume que os ofensores de colarinho branco são tão versáteis e propensos a comportamentos desviantes como os ofensores comuns e não se especializam neste tipo de ofensas (Benson & Moore, 1992).

No entanto, a natureza do CCB e dos seus ofensores parece questionar estas asserções, já que são atos que implicam inteligência, complexidade e, sobretudo, benefícios não imediatos (Simpson & Piquero, 2002; Read & Yeager, 1996). Os próprios autores da TGC acreditam que os cargos de colarinho branco são inconsistentes com comportamentos desviantes, já que elevados níveis de autocontrolo seriam essenciais para alcançar elevadas posições na estrutura das empresas que permitam o acesso às oportunidades e afirmam que os gestores empresariais têm baixa probabilidade de cometer crimes (Gottfredson & Hirschi, 1993). Os ofensores de colarinho branco são indivíduos com conhecimentos especializados⁵¹, sucesso em instituições sociais legítimas, em áreas educativas, relações de qualidade com outros e casamentos estáveis⁵² (Wheeler et al., 1988), características que, segundo Gottfredson e Hirschi (1990) são associadas a indivíduos com elevados níveis de autocontrolo. Neste sentido, a aplicabilidade desta teoria ao CCB tem sido questionada.

A hipótese do baixo autocontrolo, como veremos mais pormenorizadamente, tem sido amplamente testada e tem encontrado suporte na explicação da criminalidade, em geral, mas o mesmo não acontece quando é aplicada ao CCB (DeLisi, 2001; DeLisi et al., 2003), pelo que a TGC foi bastante criticada por falhar, precisamente, na explicação destes crimes (Benson & Moore, 1992; Geis, 2000; Read & Yeager, 1996). Porém, apesar de estes estudos mostrarem que este tipo de criminalidade pode ser uma exceção à TGC, devemos ser cautelosos nesta análise.

Assim, parece existir uma menor possibilidade de os indivíduos com baixo autocontrolo cometerem crimes de colarinho branco do que crime de rua.

⁵⁰ No entanto, Gottfredson e Hirschi (1993) acreditam que o CCB representa apenas uma pequena percentagem da criminalidade e que não ocorre com muita frequência.

⁵¹ Curran e Renzetti (1994) sublinham que os conhecimentos especializados poderão não ser necessários para determinados tipos de CCB, mas certamente o serão para outros, dando como exemplo o *insider trading*.

⁵² Arneklev, Elis & Medlicott (2006) encontraram uma associação negativa entre o casamento e o envolvimento criminoso, ou seja, ser casado está associado a níveis significativamente mais baixos de comportamentos desviantes.

Considerando que as oportunidades para o crime de colarinho branco estão associadas a determinada colocação profissional que exigiu uma progressão de carreira com autocontrolo, possivelmente estes indivíduos não ocuparão estes cargos (Donner & Jennings, 2014). Não parece plausível que indivíduos com posições importantes e influentes em empresas possuam as características descritas para indivíduos com baixo autocontrolo (Wheeler, 1988). As profissões/cargos de colarinho branco requerem persistência, estabilidade profissional, vontade de adiar a gratificação e de trabalhar em estruturas que exigem deferência aos outros (idem). Porém, os autores observam que quando os indivíduos cometem CCB devem estar a operar dentro dos mesmos moldes de gratificação de desejos imediatos e indiferença pelas consequências negativas, tal como os outros ofensores (idem). Portanto, Gottfredson e Hirschi consideram, naturalmente, que a taxa de ofensas entre os indivíduos em posições de colarinho branco deve ser relativamente baixa. Contudo, entre dois indivíduos com iguais responsabilidades profissionais, espera-se que o indivíduo com menor autocontrolo tenha maior probabilidade de cometer ofensas de colarinho branco, como tem sido demonstrado por alguns estudos que comparam os níveis de autocontrolo entre ofensores de colarinho branco e indivíduos não ofensores com a mesma posição (Blickle et al., 2006).

Geis (2000) afirma que explicar o CCB pela falta de autocontrolo é banalizar as suas causas e Gibbs (1987) considera que as teorias devem ser limitadas a um tipo de crime, já que é inverosímil que uma variável possa explicar significativamente todos os crimes. Na mesma linha, um estudo de Greenberg e colaboradores (cit. in Geis, 2000) mostra que as causas podem ser diferentes consoante o tipo de crime ou comportamento disruptivo.

Posto isto, diversos autores consideram que os ofensores de colarinho branco e os ofensores comuns são diferentes, pelo que não podem ser englobados na mesma teoria geral (Benson & Moore, 1992; Geis, 2000; Tittle, 1991). Contudo, os estudos empíricos sobre esta temática, apesar de escassos (Piquero, Schoepfer & Langton, 2010; Simpson & Piquero, 2002), são inconsistentes (Benson & Moore, 1992; Blickle et al., 2006; Langton, Piquero & Hollinger, 2006; Reed & Yeager, 1996; Simpson & Piquero, 2002). Acresce ainda que esta teoria parece ser incapaz de explicar o facto de a maioria dos ofensores de colarinho branco tenha perto de 40 anos e serem, em geral, não reincidentes.

Wheeler e colaboradores (1988) compararam uma amostra de indivíduos condenados por CCB com indivíduos condenados por outros crimes e,

contrariando a TGC, concluíram que existem três padrões de ofensores de colarinho branco: i) indivíduos com baixos níveis de autocontrolo, que perseguem os seus interesses de forma impulsiva, ii) indivíduos com elevados níveis de autocontrolo, calculistas e que ambicionam poder e influência iii) e, por último, indivíduos com níveis intermédios de autocontrolo que aproveitam as oportunidades para cometerem crimes, dependendo das circunstâncias de vida. O primeiro grupo parece ser o único que corresponde às premissas da TGC, já que estão mais próximos dos ofensores comuns, pelo que os autores consideram que o baixo autocontrolo não representa uma explicação suficiente do CCB (idem).

Benson e Moore (1992) testaram as hipóteses postuladas pela TGC, ou seja, que os ofensores de colarinho branco são tão versáteis e tão propensos ao comportamento criminoso como os ofensores comuns, de modo que não deve ser feita uma distinção entre ofensores com base na ofensa cometida. Para tal, os autores analisaram os registos criminais e os respetivos níveis de participação em atos desviantes de indivíduos condenados por CCB e indivíduos condenados por outros crimes. Os autores concluíram que apesar de alguns ofensores de colarinho branco estarem envolvidos em atos desviantes ao mesmo nível que os outros ofensores, praticando uma grande diversidade de ofensas, a grande maioria difere significativamente dos ofensores comuns neste aspeto, ou seja, tem menores níveis de envolvimento em crimes e comportamentos desviantes, menor probabilidade de ter condenações anteriores, tal como outros problemas com comportamentos disruptivos, o que contradiz a teoria de Gottfredson e Hirschi (1990). Assim, defendem que os ofensores de colarinho branco devem apresentar níveis moderados e elevados de autocontrolo, já que não apresentam uma grande variedade de atos criminais e análogos. Embora comprovem que o CCB pode ser um limite a esta teoria, Benson e Moore (1992) não acreditam que a mesma deva ser rejeitada, mas antes revista, de forma a integrar tanto fatores estruturais, como fatores motivacionais.

Na mesma linha, Simpson e Piquero (2002), utilizando uma amostra constituída por gestores empresariais e estudantes de gestão, não encontraram suporte para a TGC, com base em medidas comportamentais de baixo autocontrolo. Ou seja, ao testarem a TGC, concluem que as tendências para cometer crime empresarial e os indicadores comportamentais de baixo autocontrolo não estão relacionados. Estes autores acreditam numa imagem dos ofensores de colarinho branco como indivíduos racionais e calculistas, que conhecem os riscos associados aos seus comportamentos e motivados para o

crime de forma a obter ganhos pessoais e para a empresa. Simpson e Piquero (2002) também não encontram evidência relativa aos comportamentos análogos, como postulado pela TGC. É com base nestes resultados que se conclui que os empresários calculam os custos e benefícios de uma ofensa, pois valorizam a sua profissão, pelo que Piquero e Benson (2004) sugerem que os ofensores de colarinho branco com elevados níveis de autocontrolo cometem crimes por medo de perder o seu estatuto, ou seja, veem o crime como a única solução.

Também Van Wyk e colaboradores (2000) concluíram que o baixo autocontrolo, medido através da escala de Grasmick, não é um preditor significativo de *employee theft* e Piquero e colaboradores (2010), utilizando uma medida comportamental de baixo autocontrolo, numa tentativa de explicar as intenções de *corporate offending*, não encontraram nenhuma relação significativa entre as duas variáveis.

No sentido oposto, com estudo com indivíduos condenados por *insider trading*, Szockyj e Geis (2002) concluíram, ao invés do que tinham previsto, que existe suporte para a TGC. Os autores consideravam que este tipo de crime evidenciava a necessidade de conhecimentos especializados, tanto para o planeamento e cometimento da ofensa como para alcançar na empresa uma posição que permitisse o acesso à informação necessária. Contudo, os resultados do estudo não foram neste sentido e aproximaram-se das premissas de Gottfredson e Hirschi relativamente ao CCB (idem).

Mon (2002) concluiu que o autocontrolo é uma variável importante na explicação do CCB. O autor mostrou a existência de uma relação negativa entre o nível de autocontrolo dos empresários e as oportunidades criminais. Além disso, o autocontrolo dos empresários da amostra teria um efeito negativo no CCB, o que implicava que a probabilidade destes crimes aumentasse quando empresários com baixo autocontrolo estavam perante uma oportunidade (idem).

Também Blickle e colaboradores (2006), no estudo referido anteriormente, mostraram que empresários não ofensores apresentam níveis mais elevados de autocontrolo comportamental que os ofensores de colarinho branco.

Holtfreter e colaboradores (2010) realizaram um estudo com a pretensão de testar a forma como o baixo autocontrolo se poderia relacionar com os crimes de fraude. Os autores encontraram uma relação negativa entre o autocontrolo e estes crimes, ou seja, os indivíduos com níveis mais baixos de autocontrolo têm maior probabilidade de os cometer (idem). Deste modo, esta investigação deu suporte à TGC que postula que os comportamentos de fraude são semelhantes

aos comportamentos de força e, por isso, podem ser explicados pela mesma característica – o baixo autocontrolo (idem).

Lugo (2013) analisou as associações entre autocontrolo e CCB, numa amostra de indivíduos não ofensores, com o objetivo de perceber se a partir dos níveis de autocontrolo seria possível distinguir aqueles que têm maior probabilidade de vir a cometer CCB. Este estudo evidencia uma relação negativa entre autocontrolo e intenções de cometer um crime ambiental, ou seja, indivíduos com níveis mais elevados de autocontrolo têm menor probabilidade de se envolverem em crimes ambientais, ao mesmo tempo que indivíduos com níveis mais baixos de autocontrolo têm maior probabilidade de apresentar atitudes compatíveis com CCB (idem).

Importa também fazer referência à *adoção de risco*, uma componente do autocontrolo que tem sido especialmente associada ao cometimento de crimes, em geral, como referido na secção anterior, e ao CCB, em particular (Friedrichs, 2010; Guedes & Cardoso, 2013). Um estudo de Simpson e Piquero (2002), que pretendia analisar as intenções de envolvimento no crime empresarial, mostrou que os gestores que consideram a situação como excitante têm mais propensão a praticarem CCB. Porém, uma investigação de Szockyj e Geis (2002) demonstrou que os indivíduos condenados por *insider trading* tendiam a ser mais aversivos ao risco, pelo que a evidência empírica não apresenta resultados homogêneos.

Em suma, em relação aos níveis de autocontrolo, a literatura mostra que os ofensores de colarinho branco apresentam níveis moderados ou elevados quando comparados com os ofensores comuns.

Relativamente ao autocontrolo, convém ainda analisar a reincidência, especialização e carreira criminal dos ofensores de colarinho branco, já que a TGC tem como corolário a estabilidade do autocontrolo, ou seja, a propensão para cometer crimes mantém-se ao longo da vida. Além disso, Gottfredson e Hirschi (1990) consideram, como referido anteriormente, que os indivíduos não se especializam num tipo de ofensa, de modo que também os ofensores de colarinho branco cometeriam outro tipo de crimes. Se o autocontrolo se define nos primeiros anos de vida e se mantém estável, estes indivíduos dedicar-se-iam, desde cedo, à prática de atos criminais ou análogos, ou seja, o início da atividade criminal na idade adulta seria um fenómeno raro (Gottfredson & Hirschi, 1990). Contudo, os estudos empíricos que abordam estas questões são escassos, especialmente quando comparados com outros grupos de ofensores (DeLisi & Piquero, 2011; Piquero & Benson, 2004).

No que concerne à reincidência, Wheeler e colaboradores (1988) indicam que os níveis são diferentes consoante o grupo de ofensores de colarinho branco já referidos – indivíduos com baixos níveis de autocontrolo; indivíduos com elevados níveis de autocontrolo e indivíduos com níveis intermédios de autocontrolo. Os indivíduos que pertencem ao primeiro grupo são os que apresentam a taxa mais elevada de ofensas, ou seja, níveis mais elevados de reincidência, mas menor especialização, por praticarem também outros crimes e comportamentos desviantes (idem). Contudo, os indivíduos dos outros grupos apresentam baixos níveis de envolvimento em comportamentos desviantes, sendo que a teoria de Gottfredson e Hirschi não parece ter uma resposta cabal para estes ofensores (idem).

Weisburd e colaboradores (1990) testaram a TGC numa amostra de ofensores de colarinho branco condenados e concluíram que a maioria é reincidente. Também Benson e Moore (1992), no estudo já mencionado, mostram que cerca de 40% dos ofensores de colarinho branco têm condenações anteriores. Estes dados suportam parcialmente a TGC que postula que os ofensores de colarinho branco apresentam níveis de envolvimento em crimes e outros comportamentos desviantes semelhantes aos ofensores comuns. Não obstante, os resultados indicam que a maioria difere significativamente dos ofensores comuns nestes parâmetros, sendo que os últimos são significativamente mais desviantes do que os ofensores de colarinho branco, nomeadamente quando analisados os índices de problemas de álcool, abuso de drogas, baixo rendimento escolar e desajustamento social (idem). Além disso, os autores concluem que os ofensores de colarinho branco têm quatro vezes mais probabilidade de terem condenações anteriores por CCB do que por outros crimes, o que também contradiz a TGC na sua premissa da versatilidade, já que estes ofensores mantêm um elevado nível de especialização (idem). Assim, Benson e Moore (1992) apontaram a existência de dois percursos de ofensores de colarinho branco: um marcado pelo baixo autocontrolo e com registo de outro tipo de ofensas, e outro caracterizado por um elevado autocontrolo e sem registo de outro tipo de ofensas (idem). Neste sentido, esta análise exhibe alguns limites que a teoria de Gottfredson e Hirschi encontra.

Na mesma linha, Weisburd e Waring (2001), apesar de mostrarem que os ofensores de colarinho branco apresentam níveis mais elevados de reincidência do que era esperado, indicam que são menores em relação aos ofensores comuns. Estes autores identificaram três grupos de ofensores de colarinho

branco: o primeiro, e maior, é composto por ofensores de baixa frequência, que se subdividem em *crisis responders* – que cometem crimes como resposta a uma crise que percebem – e em *opportunity takers* – que respondem a oportunidades de CCB (idem). O segundo grupo integra ofensores intermitentes ou descontínuos, designados *opportunity seekers*, que parecem ter uma vida estável, com longos períodos sem cometer crimes e seguem um padrão definido de comportamento criminal, procurando oportunidades. O terceiro grupo, de ofensores persistentes, é denominado *stereotypical criminals*, caracterizados por carreiras criminais ativas, vidas instáveis e baixo autocontrole (idem).

No único estudo que utilizou um modelo de trajetória longitudinal, Piquero e Weisburd (2009) reanalisaram os resultados de Weisburd e Waring (2001), com um período de *follow-up* de 10 anos. Estes autores corroboraram a existência de três trajetórias: *low-rate offenders* (71%) – com baixos níveis de reincidência –, *medium-rate offenders* (25%) – com um padrão intermitente de carreira criminal – e *high-rate offenders* (5%) – que evidenciaram um comportamento criminal persistente ao longo do período de *follow-up*.

Walters e Geyer (2004) pretendiam explorar as diferenças entre ofensores de colarinho branco e ofensores de rua, analisando três amostras: ofensores de colarinho branco com condenações anteriores apenas por CCB, ofensores de colarinho branco com condenações anteriores por crimes de rua e ofensores de rua. Como previsto, foi possível constatar que os ofensores de colarinho branco versáteis são muito semelhantes aos ofensores comuns e bastante diferentes dos ofensores de colarinho branco especialistas. Assim, Walters e Geyer (2004) consideram que os ofensores de colarinho branco não são um grupo homogêneo e, em consonância com estudos anteriores (Weisburd et al., 1990) identificam duas categorias de ofensores de colarinho branco: um grupo maior, significativamente mais especializado neste tipo de ofensas e menos desviante que os ofensores comuns, e outro grupo mais pequeno, indiscernível dos ofensores comuns, mais versátil por terem pelo menos uma condenação por outro tipo de crime (não CCB), o que é congruente com a TGC (idem). Os ofensores de colarinho branco sem registo de outras ofensas (*WC-only*) são significativamente mais velhos, com mais habilitações, e com sentenças mais curtas em comparação com os outros ofensores comuns (*NWC*). Os *WC-only* também têm mais habilitações que os ofensores de colarinho branco com registo de outro tipo de ofensas (*WC-prior*).

Onna e colaboradores (2014) analisaram o desenvolvimento do comportamento criminal de 644 ofensores de colarinho branco condenados. Estes autores utilizaram os registos de ofensas desde os 12 anos de idade. Pese embora tenham constatado uma heterogeneidade nos ofensores de colarinho branco, foi evidente que a maioria começa a delinquir apenas na idade adulta, são condenados por diversos tipos de crime e persistem no comportamento criminal por longos períodos de tempo (idem). Assim, encontraram quatro trajetórias distintas entre os indivíduos: duas de ofensores de baixa frequência (78%), caracterizadas pelo início da atividade criminal na idade adulta; e duas de frequência elevada (22%), caracterizadas pelo início da atividade criminal na adolescência. Os perfis de baixa frequência sugerem que o baixo autocontrolo não consegue explicar este tipo de criminalidade e não caracteriza estes ofensores (idem).

Relativamente à ideia de que os ofensores de colarinho branco se especializam neste tipo de crime, apesar de a literatura ainda não apresentar conclusões sólidas, alguns estudos têm mostrado que não são versáteis, especializando-se neste tipo de crimes (Geis, 2000; Weisburd et al., 1990). Por outro lado, Lewis (2002 cit. in Alalehto, 2015) considera que as características da carreira dos ofensores de colarinho branco incluem o envolvimento numa mistura de CCB e crimes comuns, tal como Benson e Kerley (2001) e Weisburd e Waring (2001) que mostram que os ofensores de colarinho branco se assemelham aos ofensores comuns em relação à falta de especialização.

A carreira dos ofensores de colarinho branco parece ser mais longa comparativamente aos ofensores comuns (Weisburd et al., 2001). Contrariamente ao postulado pela TGC – de que o pico da atividade criminal aparece no final da adolescência – a maioria dos ofensores de colarinho branco são mais velhos e o pico desta criminalidade surge associado ao pico das suas carreiras profissionais, aproximadamente aos 40 anos, já que será o momento em que têm mais oportunidades e mais competências (Spahr & Alison, 2004 cit. in Sousa & Cruz, 2013). Ao invés do crime comum que exige, por exemplo, competências físicas, o CCB está associado às oportunidades que aumentam com a idade (Sousa & Cruz, 2013). Alguns estudos mostram que o desenvolvimento criminal nos ofensores de colarinho branco é diferente quando comparado com outros ofensores: começam a carreira criminal mais tarde, a duração dessa carreira é relativamente longa e desistem do comportamento criminal mais tarde (Benson & Kerley, 2001;

Benson & Moore, 1992; Weisburd & Waring, 2001; Weisburd et al., 1990; Wheeler et al., 1988).

Diversas investigações mais recentes têm colocado o foco precisamente no início, duração e desistência das carreiras delinquentes, tendo em consideração as teorias desenvolvimentais (Farrington, 2008; Laub & Sampson, 2003). Estes estudos mostram que apenas uma pequena parte destes indivíduos pode ser considerado criminoso de carreira (Benson, 2002; Onna, Geest, Huisman & Denkers, 2014; Weisburd et al., 2001).

De acordo com Alalehto (2015), as diferenças nas características dos ofensores de colarinho branco de carreira incluem o início, duração e desistência do comportamento criminal. Dependendo de o ofensor iniciar com um crime comum ou CCB e se o ofensor, ao longo da carreira, comete apenas CCB ou se envolve também em crimes comuns existem diferenças na relação idade-crime (idem). O início do comportamento criminal é, geralmente, mais cedo se o ofensor não for “puro” e se começou com crimes de rua. A duração do comportamento criminal é, em média, 14,5 anos, embora dependa de diversos fatores. Relativamente à desistência, os ofensores tendem a cessar o comportamento criminoso por volta dos 50 anos de idade, independentemente do início e da duração do comportamento (Onna et al., 2014; Weisburd et al., 2001).

Estes resultados ambíguos põem, assim, em evidência a necessidade de mais investigação empírica que se proponha a testar se os ofensores de colarinho branco são um limite à TGC, particularmente pela comparação dos níveis de autocontrolo entre ofensores de colarinho branco e ofensores comuns. Os autores chamam a atenção para a importância da realização de mais estudos longitudinais sobre esta temática, mas também para a necessidade de se ter em consideração a heterogeneidade no perfil dos ofensores de colarinho branco (Piquero & Weisburd, 2009).

Contudo, pese embora os ofensores de colarinho branco constituam um grupo heterógeno, podemos concluir que a maioria destes indivíduos apresenta baixos níveis de reincidência, mais especialização e carreiras criminais mais longas.

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO (METODOLOGIA)

Neste segundo capítulo proceder-se-á à descrição dos objetivos e questões de investigação, da metodologia utilizada e apresentar-se-á o modo como os dados foram recolhidos e analisados.

1. Objetivos e hipóteses

Esta dissertação pretende abordar a temática do CCB e tem como principal alvo os seus ofensores, com o objetivo de aprofundar o conhecimento relativamente aos mesmos. Mais concretamente, procura-se perceber se os traços de personalidade e o autocontrolo são fatores preponderantes neste tipo de criminalidade e se existem diferenças, tanto a este nível como ao nível das características sociodemográficas, entre ofensores de colarinho branco e ofensores comuns.

Com a realização deste estudo pretende-se demonstrar a importância e necessidade da avaliação psicológica destes ofensores, de modo a auxiliar não só a prevenção deste tipo de criminalidade, mas também a decisão judicial e posterior intervenção focalizada nas suas necessidades criminógenas específicas. Assim, espera-se, de acordo com a literatura científica, que os ofensores de colarinho branco apresentem diferenças significativas em relação aos outros ofensores, que se devem refletir na intervenção do Sistema de Justiça.

Tendo por base as matérias abordadas no capítulo anterior, estabeleceram-se hipóteses de investigação, que definem um critério para a recolha dos dados que confrontam as hipóteses com a realidade (Quivy & Campenhoudt, 2008).

i. Os ofensores de colarinho branco e os ofensores comuns são distintos ao nível das características sociodemográficas

(a) Os ofensores de colarinho branco reportam uma idade mais elevada em comparação com os ofensores comuns⁵³.

(b) Os ofensores de colarinho branco possuem níveis de escolaridade mais elevados⁵⁴, comparando com ofensores comuns.

⁵³ Alalehto & Larsson, 2008 cit. in Alalehto, 2015; Benson, 2002; Holtfreter, 2005; Onna et al., 2014; Weisburd, 1991; Weisburd et al., 2001; Wheeler et al., 1988.

⁵⁴ Alalehto & Larsson, 2008 cit. in Alalehto, 2015; Holtfreter, 2005; Listwan et al., 2010; Walters & Geyer, 2004; Weisburd et al., 2001; Wheeler et al., 1988.

(c) Os ofensores de colarinho branco são maioritariamente casados e apresentam taxas de divórcio elevadas⁵⁵.

ii. Os ofensores de colarinho branco e os ofensores comuns apresentam diferenças ao nível das cinco principais dimensões da personalidade.

(a) Os ofensores de colarinho branco apresentam baixos níveis de *agradabilidade*.

(b) Os ofensores de colarinho branco possuem elevados níveis de *neuroticismo*.

iii. Os ofensores de colarinho branco apresentam níveis de autocontrolo mais elevados que os ofensores comuns⁵⁶.

iv. Algumas componentes do autocontrolo (e.g. *adoção de risco*) são mais preponderantes que outras na associação a determinado tipo de ofensor⁵⁷.

v. Os ofensores de colarinho branco apresentam níveis de reincidência mais baixos, quando comparados com os ofensores comuns⁵⁸.

vi. Os ofensores de colarinho branco especializam-se neste tipo de crimes.

vii. Os ofensores comuns apresentam uma maior versatilidade nos crimes que cometem⁵⁹ quando comparados com os ofensores de colarinho branco.

1.1. Caraterização do estudo

Tendo em consideração os objetivos propostos e à semelhança do que tem vindo a ser feito em estudos com objetivos idênticos elegemos, como mais adequada, a metodologia quantitativa, que se traduzirá na aplicação de questionários a uma amostra de reclusos. Na metodologia quantitativa formulam-se hipóteses que procuram relações, baseadas numa abordagem hipotético-dedutiva (Deslauriers & Kérisit, 1997), o que permitirá explorar a relação entre o CCB e outras variáveis individuais, como as cinco principais dimensões da personalidade⁶⁰, o autocontrolo e, ainda, variáveis sociodemográficas (idade, nível de escolaridade, estado civil e reincidência).

⁵⁵ Benson, 2002; Listwan et al., 2010; Walters & Geyer, 2004; Weisburd, 1991.

⁵⁶ Benson & Moore, 1992.

⁵⁷ Simpson & Piquero, 2002.

⁵⁸ Benson & Moore, 1992; Piquero & Weisburd, 2009; Weisburd & Waring, 2001.

⁵⁹ Benson & Moore, 1992.

⁶⁰ *Extroversão, agradabilidade, conscienciosidade, neuroticismo e abertura à experiência* (Costa & McCrae, 1985).

Este é um estudo não-experimental, já que não há qualquer manipulação da variável independente (Marôco, 2014). Mais concretamente, considerando a forma como as variáveis em estudo foram trabalhadas, este é considerado um estudo correlacional de caso-controlo, já que são avaliadas as variáveis que podem estar associadas à diferenciação de dois grupos (Marôco, 2014). Importa ainda considerar que a presente investigação assume apenas uma recolha de dados, num momento temporal circunscrito, pelo que é designada um estudo transversal (idem).

2. Material e métodos

2.1. Constituição da amostra

A amostra deste estudo é constituída por 137 indivíduos, sendo que 74 são indivíduos condenados por CCB⁶¹ e, por sua vez, 63 são indivíduos condenados por ofensa à integridade física⁶². Os indivíduos são do sexo masculino⁶³ e pertencem aos Estabelecimentos Prisionais de Coimbra, Guarda, Izeda, Paços de Ferreira, Porto, Santa Cruz do Bispo Masculino, Vale de Judeus e Vale do Sousa, de acordo com autorização da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Em relação ao método de amostragem, o mesmo é considerado não probabilístico ou não aleatório, já que não segue os princípios básicos da teoria das probabilidades e, por tal, não é possível afirmar que a probabilidade de um determinado elemento pertencer à amostra é igual à dos restantes (Marôco, 2014). Considera-se, ainda, que esta é uma amostragem accidental causal ou conveniente, visto que os participantes foram selecionados de acordo com a sua disponibilidade e vontade de participação no estudo (idem).

⁶¹ Mais adiante será referido como foi realizada a operacionalização desta variável.

⁶² Nomeadamente crimes contra a vida ou crimes contra a integridade física (colocar artigos do CP).

⁶³ Os estudos sobre esta temática evidenciam o número muito reduzido de ofensores de Colarinho Branco do sexo feminino (um em cada dez crimes) (Cruz, 2013a), pelo que não irão ser considerados neste estudo.

2.2. Instrumentos e variáveis do estudo

De forma a recolher os dados empíricos necessários para a concretização dos objetivos deste trabalho de investigação, foi construído um questionário⁶⁴, na Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Este instrumento é constituído por um conjunto de grupos que permitem averiguar as hipóteses acima colocadas. O método de recolha de dados por questionários permite um tratamento dos dados de modo quantitativo, que consiste em comparar as categorias de respostas e estudar as suas relações (Quivy & Campenhoudt, 2008), o que se mostra adequado tendo em consideração o elevado número de indivíduos que constituem a amostra.

Como referido, a amostra é constituída por dois grupos de indivíduos, diferenciados consoante o tipo de crime cometido, que decidimos designar como ofensores comuns ou ofensores de colarinho branco. Os ofensores comuns, neste estudo, são indivíduos condenados pelo crime de ofensa à integridade física (ofensa à integridade física simples – art.º 143º, CP; ofensa à integridade física grave – art.º 144º, CP; ofensa à integridade física qualificada – art.º 145º, CP; ofensa à integridade física privilegiada – art.º 146º, CP), por ser um crime com características manifestamente diferentes do CCB. Por outro lado, a operacionalização do CCB foi realizada com base na definição dos crimes, de acordo com a tipificação legal. Isto significa que os atos que integram esta variável não se fundamentam nas características e na profissão do indivíduo, mas apenas na ofensa cometida e criminalizada no nosso ordenamento jurídico. Esta é a forma de operacionalização mais utilizada nos estudos empíricos internacionais (e.g. Wheeler, 1988; Collins & Schmidt, 1993; Benson & Moore, 1992; Listwan et al., 2010; Weisburd et al., 1990; Walters & Geyer, 2004; Bickle et al., 2006). Para tal, foi efetuado um levantamento de todos os crimes na legislação portuguesa (CP e legislação avulsa) que integram esta categoria, tendo como auxílio investigações anteriores realizadas pela Escola de Criminologia. Desta extensiva listagem foram selecionados alguns crimes, tendo como referência os enumerados nos supracitados estudos empíricos internacionais. Ressalvando o posterior afinamento dos tipos de crime considerados, de acordo com as condenações que existem atualmente nos Estabelecimentos Prisionais, os tipos considerados para esta investigação foram:

- a) Abuso de confiança (art.º 205.º, CP);
- b) Burla relativa a seguros (art.º 219.º, CP);

Anexo III.

- c) Burla informática e nas comunicações (art.º 221.º, CP);
- d) Burla relativa a trabalho ou emprego (art.º 222.º, CP);
- e) Abuso de cartão de garantia ou de crédito (art.º 225.º, CP);
- f) Insolvência dolosa (art.º 227.º, CP);
- g) Insolvência negligente (art.º 228.º, CP);
- h) Apropriação ilegítima (art.º 234.º, CP);
- i) Administração danosa (art.º 235.º, CP);
- j) Tráfico de influências (art.º 335.º, CP);
- k) Falsidade de depoimento ou declaração (art.º 359.º, CP);
- l) Falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução (art.º 360.º, CP);
- m) Suborno (art.º 363.º, CP);
- n) Favorecimento pessoal praticado por funcionário (art.º 368.º, CP);
- o) Branqueamento (art.º 368.º-A, CP);
- p) Violação de segredo de justiça (art.º 371.º, CP);
- q) Corrupção passiva (art.º 372.º e art.º 373.º, CP);
- r) Corrupção ativa (art.º 374.º, CP);
- s) Peculato (art.º 375.º, CP);
- t) Peculato de uso (art.º 376.º, CP);
- u) Participação económica em negócio (art.º 377.º, CP);
- v) Abuso de autoridade (art.º 378.º, 379.º, 380.º, 381.º e 382.º, CP);
- w) Abuso de informação, manipulação do mercado, outros (Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro);
- x) Fraude fiscal, abuso de confiança fiscal, outros (Lei n.º 15/2001, de 5 de junho);
- y) Branqueamento de capitais (Lei n.º 25/2008, de 5 de junho).

Tal como Wheeler (1988), admitimos que estes crimes poderão não ser representativos de toda a criminalidade de colarinho branco. No entanto, acreditamos, dentro dos limites que serão discutidos posteriormente, que estas categorias fornecem uma visão ampla e heterogénea do CCB penalmente relevante no contexto português.

Posto isto, nas próximas linhas iremos descrever os grupos do questionário construído para o presente estudo.

Grupo I: este grupo é constituído por questões sociodemográficas, nomeadamente o sexo, idade, profissão, nível de escolaridade e estado civil. Acrescem, ainda, duas questões relacionadas com condenações anteriores, de forma a medir a reincidência e especialização.

Neste grupo do questionário sublinham-se algumas variáveis independentes do estudo, no sentido de que poderão ter efeito sobre as variáveis dependentes, nomeadamente o sexo, a idade e o nível de escolaridade, o estado civil, a reincidência e a especialização.

Grupo II: o segundo grupo é constituído pelo conjunto de itens da escala de Grasmick et al., (1993) de modo a medir os níveis individuais de autocontrolo. Mais concretamente, esta escala é constituída por 24 itens, divididos em seis subescalas correspondentes às seis dimensões do baixo autocontrolo enunciadas por Hirschi e Gottfredson (1990)⁶⁵: As respostas a esses itens são dadas numa escala de *Likert*, com quatro opções, de modo que os sujeitos devem indicar até que ponto cada item os descreve, partindo de quatro níveis possíveis de resposta (1-Discordo fortemente, 2-Discordo, 3-Concordo, 4-Concordo fortemente). Os itens são agregados de modo a formar um *score* total de autocontrolo, sendo que um resultado final elevado indica um baixo nível de autocontrolo⁶⁶. Esta escala tem sido usada com muita frequência em estudos empíricos e já havia sido aplicada pela Escola de Criminologia. Neste caso, o autocontrolo e as respetivas dimensões são variáveis independentes.

Grupo III: o último grupo integra a medição da personalidade a partir do *Neo Five-Factor Inventory* (NEO-FFI) versão portuguesa (Magalhães et al., 2014). Este conjunto de 60 itens tem um formato de resposta numa escala de *Likert*, com cinco opções (1-Discordo fortemente, 2-Discordo, 3-Neutro, 4-Concordo, 5-Concordo fortemente). Ao nível internacional, as diferentes versões desta escala têm sido amplamente utilizadas, principalmente em estudos de investigação com limitações temporais. Estas cinco dimensões - *neuroticismo*, *extroversão*, *agradabilidade*, *conscienciosidade* e *abertura à experiência* - constituem variáveis independentes. A cada domínio correspondem 12 itens, organizados de modo a que haja alternância de domínio de item para item. A pontuação total máxima para a escala é de 300 pontos e de 60 pontos em cada domínio da personalidade.

⁶⁵ *Impulsividade, preferência por tarefas simples, procura do risco, preferência por atividades físicas, autocentração e temperamento* (Gottfredson & Hirschi, 1990).

⁶⁶ Este score pode variar entre 24 e 96.

Quanto mais elevada for a pontuação obtida em cada fator maior é o grau desse fator no inquirido. Vários itens têm de ser invertidos aquando da introdução da pontuação na base de dados para assegurar esta correspondência.

2.3. Procedimentos

Para se proceder à aplicação dos questionários nos estabelecimentos prisionais, foi necessário realizar, previamente, um pedido de autorização dirigido à Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais⁶⁷. A resposta a este pedido⁶⁸ permitiu a recolha dos dados em oito Estabelecimentos Prisionais – Coimbra, Guarda, Izeda, Paços de Ferreira, Porto, Santa Cruz do Bispo, Vale do Sousa, Vale de Judeus. Todavia, foi imprescindível executar contactos diretos com as respetivas instituições, de modo a agendar a aplicação. Este processo revelou-se mais demorado do que o esperado.

Os questionários foram administrados de forma direta, isto é, através do autopreenchimento (Quivy & Campenhoudt, 2008). Previamente, foi solicitada a assinatura de um termo de consentimento informado⁶⁹. Após o preenchimento do questionário, os indivíduos deveriam colocá-los dentro do envelope, devidamente selado, de modo a garantir a confidencialidade.

A aplicação dos questionários - entre o mês de março e abril - decorreu em diferentes espaços dos diversos estabelecimentos prisionais, consoante a disponibilidade dos mesmos (e.g. biblioteca, salas de aula, salas de visitas). Em cada administração dos questionários esteve presente um dos investigadores responsáveis – acompanhado por um guarda prisional - de modo a assegurar o esclarecimento de quaisquer dúvidas que pudessem surgir, assim como garantir que as respostas eram dadas de forma individual e sem influência sobre as opções de cada um.

2.4. Procedimentos de análise estatística

Os dados quantitativos obtidos neste estudo foram tratados no *software* IBM SPSS *Statistics*® (versão 23), de forma a produzir resultados para esclarecer os objetivos e as hipóteses de investigação estabelecidas. A análise estatística dos dados compreende a descrição dos dados necessários para testar as hipóteses, a análise das relações entre as variáveis e a comparação dos

⁶⁷ Anexo IV.

⁶⁸ Anexo V.

⁶⁹ Anexo VI.

resultados observados com os esperados a partir das hipóteses definidas (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Relativamente ao autocontrolo e à sua relação com o tipo de ofensor, além do cálculo do *score* total da escala para cada um dos grupos, foram também calculadas as médias de resposta por cada uma das suas seis componentes – *procura de risco, impulsividade, preferência por tarefas simples, preferência por tarefas físicas, autocentração e temperamento*.

2.4.1. Procedimentos de análise estatística descritiva

De forma a proceder à caracterização da amostra, ou seja, na análise da estatística descritiva, recorreu-se a medidas estatísticas de tendência central (média, \bar{X}) e de dispersão (desvio-padrão, SD) para as variáveis quantitativas (idade, autocontrolo e respetivas componentes e dimensões da personalidade). Posteriormente, foi realizada a comparação das médias e percentagens entre os ofensores de colarinho branco e os ofensores comuns. Para tal, foi necessário averiguar quais os testes estatísticos que deviam ser aplicados, pelo que se procedeu à realização do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov. O resultado com um valor de *p.value* inferior a .05 permitiu concluir que as variáveis não seguem uma distribuição normal. Deste modo, dada a violação dos pressupostos da normalidade, optou-se pelos testes não paramétricos, nomeadamente o teste de Mann-Whitney U, um teste não-paramétrico que permite detetar diferenças significativas entre as médias de dois grupos de indivíduos (Martinez & Ferreira, 2010).

Por sua vez, em relação às variáveis categóricas (nível de escolaridade, estado civil e reincidência e especialização), foram utilizadas percentagens para contabilizar o número de indivíduos em cada categoria. Com efeito, dada a natureza destas variáveis, não foi possível recorrer a medidas de tendência central. Neste caso, utilizou-se o teste do Qui-quadrado (χ^2), de forma a testar se os dois grupos independentes diferiam relativamente a uma determinada característica, isto é, se a frequência com que os elementos da amostra se repartem pelas classes de uma variável qualitativa é ou não aleatória (Marôco, 2014).

No que concerne à aferição da consistência interna do conjunto de itens das escalas utilizadas (autocontrolo e personalidade), utilizou-se a medida do alfa (α) de Cronbach.

2.4.2. Procedimentos de análise estatística inferencial

De seguida procedeu-se à inferência estatística para obter os valores dos parâmetros da população teórica de onde foram obtidas as amostras e validar as hipóteses (Marôco, 2014). Para tal, foi necessário conhecer a função de densidade de probabilidade, ou seja, estimar a distribuição amostral (idem). Para o efeito, recorreu-se a um dos testes mais utilizados, o teste de Kolmogorov-Smirnov.

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS)

Após a recolha dos dados empíricos necessários para o esclarecimento dos objetivos de investigação estabelecidos, importa agora reportar os resultados obtidos.

1. Descrição global da amostra

A amostra deste estudo é constituída por reclusos de oito estabelecimentos prisionais de Portugal continental, como referido supra, reunindo um número total de 137 indivíduos, como se constata na Tabela 1. Esta amostra foi dividida em dois grupos de comparação, por um lado ofensores de colarinho branco e, por outro, ofensores comuns.

Tabela 1 Distribuição da amostra por tipo de ofensor.

	Amostra total	Ofensores de colarinho branco	Ofensores comuns
N (%)	137 (100%)	74 (54%)	63 (46%)

Nota. N – número de indivíduos

1.1. Caraterização da amostra segundo os dados sociodemográficos e a reincidência

1.1.1. Caraterização da amostra segundo a idade, o estado civil e o nível de escolaridade

A Tabela 2 indica a caraterização da amostra total e dos grupos de ofensores de acordo com as caraterísticas sociodemográficas analisadas.

Tabela 2 Características sociodemográficas (idade, estado civil e nível de escolaridade e reincidência) dos participantes da amostra (n=; ofensores de colarinho branco: %; ofensores comuns: %).

	Amostra total	Ofensores de colarinho branco	Ofensores comuns	<i>P</i>
N				
Idade (n)	128	71	57	
(X±SD)	39,71 ± 9,12	43,08 ± 8,39	35,51 ± 8,25	.000 ⁷⁰
Min-Max	20-66	26-66	20-58	
Estado civil (n)	134	73	61	.000 ⁷¹
Solteiro	65 (47,4%)	22 (29,7%)	43 (68,3%)	
Casado	23 (16,8%)	14 (18,9%)	9 (14,3%)	
União de facto	16 (11,7%)	12 (16,2%)	4 (6,3%)	
Viúvo	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	
Divorciado	30 (21,9%)	25(33,8%)	5 (7,9%)	
Nível de escolaridade (n)	134	73	61	.000 ⁷²
1.º Ciclo do Ensino Básico	11 (8,0%)	0 (0,0%)	11 (17,5%)	
2.º Ciclo do Ensino Básico	28 (20,4%)	10 (13,5%)	18 (28,6%)	
3.º Ciclo do Ensino Básico	47 (34,3%)	26 (35,1%)	21 (33,3%)	
Ensino Secundário	37 (27,0%)	27 (36,5%)	10 (15,9%)	
Licenciatura	10 (7,3%)	9 (12,2%)	1 (1,6%)	
Mestrado/Doutoramento	1 (0,7%)	1 (1,4%)	0 (0%)	

A média de idades dos indivíduos é 39.71 anos, com um desvio padrão de 9.12. A tabela 2 evidencia que a média de idades dos ofensores de colarinho branco (X=43.08 anos) é superior à média de idades dos indivíduos ofensores

⁷⁰ Este valor resulta do teste - T.

⁷¹ Este valor resulta do teste do Qui-quadrado.

⁷² Este valor resulta do teste do Qui-quadrado.

comuns ($X=35.51$), sendo esta diferença estatisticamente significativa, dado o valor de *p-value* (0.00).

Por sua vez, no que diz respeito ao estado civil pode-se constatar que a maior parte dos ofensores de colarinho branco é divorciado (21,9%), enquanto os ofensores comuns são, sobretudo, solteiros (68,3%). Dado o valor de *p-value* (0.00) resultante do teste do Qui-quadrado, conclui-se que rejeita-se a hipótese nula (existe independência entre o tipo de ofensor e o estado civil), e que portanto, a este nível, as diferenças entre ofensores de colarinho branco e ofensores comuns são estatisticamente significativas.

Relativamente ao nível de escolaridade, é possível observar que os ofensores de colarinho branco são, maioritariamente, indivíduos com o ensino secundário (36,5%), sendo que no mínimo possuem o 2.º ciclo do ensino básico e 12,2% são licenciados. Por outro lado, os ofensores comuns são, sobretudo, indivíduos com o 3.º ciclo do ensino básico (33,3%), mas também com o 2.º ciclo (28,6%) e 1.º ciclo (17,5%). Após a realização do teste do Qui-quadrado, percebe-se que estas diferenças entre os dois grupos são estatisticamente significativas, dado o valor de *p-value* (0.00).

1.1.2. Caracterização da amostra segundo a reincidência

A tabela 3 apresenta as respostas dos indivíduos relativamente à questão da reincidência e da especialização.

Tabela 3 Proporção de indivíduos reincidentes e especialistas, conforme o tipo de crime.

	Amostra total		Ofensores de colarinho branco		Ofensores comuns		P
Reincidência (%)	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
	60,6%	37,2%	59,5%	39,2%	61,9%	34,9%	.664 ⁷³
Especialização (%)	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
	41,6%	17,5%	43,2%	16,2%	39,7%	19,0%	.612 ⁷⁴

Nota. X- média

⁷³ Este valor resulta do teste do Qui-quadrado.

⁷⁴ Este valor resulta do teste do Qui-quadrado.

Como é possível verificar, a maioria dos indivíduos é reincidente, quer no caso dos ofensores de colarinho branco (59,5%), quer no caso dos ofensores comuns (61,9%), no sentido em que “já foi condenado por outro crime”. Assim, quando se compara a reincidência em função do tipo de ofensor, as diferenças não são estatisticamente significativas, dado o valor do p -value (0.66). Acresce ainda a questão da especialização, ou seja se “o crime anterior era semelhante aquele pelo qual está atualmente condenado”. Também relativamente a este parâmetro, os dois grupos não apresentam diferenças estatisticamente significativas (p -value=0.61), considerando que são, na sua maioria, especialistas, tanto os ofensores de colarinho branco (43,2%) como os ofensores comuns (39,7%). Contudo, e apesar de os resultados não serem estatisticamente significativos, tendencialmente a percentagem de especialização é maior nos ofensores de colarinho branco.

1.2. Caraterização da amostra segundo a personalidade

Nesta secção apresentam-se os resultados da análise descritiva das variáveis da personalidade – *abertura à experiência, neuroticismo, agradabilidade, conscienciosidade e extroversão*. Estas cinco dimensões fazem parte do Modelo dos Cinco Fatores, observados no NEO-FFI, utilizado nesta investigação e desenvolvido no Capítulo I.

1.2.1. Consistência interna

É importante, antes de realizar a análise suprarreferida, avaliar a consistência interna de cada uma das variáveis criadas a partir do NEO-FFI, de acordo com o modelo de Costa e McCrae.

Para tal, utilizou-se o teste do α de Cronbach para determinar o limite inferior⁷⁵ do conjunto de variáveis da personalidade. Os resultados constam na tabela 4.

⁷⁵ Este limite corresponderá à correlação que se espera obter entre a escala usada e outras escalas hipotéticas, do mesmo universo e com igual número de itens utilizados para medir a mesma caraterística (Pestana & Gageiro, 2008).

Tabela 4 Valores do α de Cronbach para cada dimensão da personalidade avaliada na escala.

Dimensões	α
Abertura à experiência	.467
Neuroticismo	.702
Agradabilidade	.706
Conscienciosidade	.801
Extroversão	.510

Por norma, um instrumento ou teste é considerado como tendo fiabilidade quando o α é pelo menos 0.70 (Nunnally, 1978 cit. in Maroco & Garcia-Marques, 2006). No entanto, em determinadas investigações das ciências sociais, um α de 0.60 é considerado aceitável, desde que exista uma maior precaução na interpretação dos resultados (DeVellis, 1991 cit. in Maroco & Garcia-Marques, 2006). Neste sentido, a dimensão da *conscienciosidade* apresenta um α de Cronbach elevado, com um valor de .801. Por sua vez, a *agradabilidade* e o *neuroticismo* apresentam valores relativamente elevados, com um α de .706 e .702, respetivamente. Por fim, o α de Cronbach da dimensão da *extroversão* é de .510 e a dimensão da *abertura à experiência* apresenta a consistência interna mais baixa (α = .467).

1.2.2. Personalidade e tipo de ofensor

Como referido supra, verificou-se que nenhuma das variáveis deste estudo segue uma Distribuição Normal⁷⁶, através do teste estatístico Kolmogorov-Smirnov. Deste modo, por se encontrar violado o principal pressuposto da utilização dos testes paramétricos, realizam-se testes não paramétricos - já mencionados na secção anterior.

A tabela 5 mostra os resultados descritivos referentes às cinco dimensões constituintes da personalidade - *neuroticismo*, *extroversão*, *abertura à experiência*, *conscienciosidade* e *agradabilidade*. Mais concretamente, são apresentadas as médias e desvios padrões segundo o tipo de ofensor - ofensor de colarinho branco ou ofensor comum - e o valor de *p-value*, resultado do teste Mann-Whitney, que compara as distribuições dos dois grupos.

⁷⁶ Anexo VII.

Tabela 5 Médias e desvios padrões das dimensões da personalidade relativamente à amostra total e em função do tipo de ofensor.

Variáveis	Amostra total	Ofensores de colarinho branco	Ofensores comuns	<i>p</i>
	X±SD	X±SD	X±SD	
Abertura à experiência	39,57±5,22	40,97±5,71	37,89±4,00	.000
Neuroticismo	35,41±6,94	35,06±7,40	35,82±6,39	.490
Agradabilidade	42,63±6,24	42,19±6,25	43,15±6,24	.519
Conscienciosidade	48,63±6,24	49,33±5,95	47,78±6,52	.138
Extroversão	41,52±5,18	41,59±4,99	41,42±5,44	.978

Nota. X – média; SD – desvio-padrão. Os valores para as dimensões aqui representadas variam entre 0 e 60.

Quanto à variável *abertura à experiência*, verifica-se que o valor médio é mais alto nos ofensores de colarinho branco (X=40,97) em relação aos ofensores comuns (X=37,89). Através do teste Mann-Whitney é possível constatar que as distribuições desta variável nos dois grupos são estatisticamente diferentes (*p-value*=.000). Por sua vez, com a observação dos resultados na tabela também é possível verificar que os níveis de *neuroticismo* são muito próximos quando se comparam os ofensores de colarinho branco (X=35,06) e os ofensores comuns (X=35,82) e o teste estatístico permite confirmar que a diferença não é significativa (*p-value*=.490). No mesmo sentido, os níveis de *agradabilidade* nos ofensores de colarinho branco (X=42,19) e nos ofensores comuns (X=43,15) também não apresentam diferenças estatisticamente significativas, embora a média seja tendencialmente superior nos ofensores comuns. Em relação à *conscienciosidade*, é possível constatar que o nível médio é superior nos ofensores de colarinho branco (X=49,33), em relação aos ofensores comuns (X=47,78). Porém, o resultado do teste indica que as diferenças não atingem significado estatístico (*p-value*=.113). Finalmente, o nível médio de *extroversão* não apresenta diferenças estatisticamente significativas entre ofensores de colarinho branco (X=41,59) e ofensores comuns (X=41,42).

1.3. Caracterização da amostra segundo o autocontrole

1.3.1. Consistência interna

Tal como foi realizado em relação à escala de medição da personalidade, é importante avaliar a consistência interna de cada uma das dimensões do autocontrole, que compõem a escala de Grasmick et al. (1993).

A tabela 6 mostra os valores do α de Cronbach para cada uma das seis componentes do autocontrole.

Tabela 6 Valores do α de Cronbach para cada dimensão do autocontrole avaliada na escala.

Dimensões	α
Procura de risco	.684
Impulsividade	.549
Preferência por tarefas simples	.659
Preferência por atividades físicas	.584
Autocentração	.637
Temperamento	.723

A dimensão da *procura de risco* apresenta um α de Cronbach aceitável ($=.684$), tal como acontece relativamente à *preferência por tarefas simples* ($\alpha =.659$) e à *autocentração* ($\alpha =.637$). Por seu turno, a *impulsividade* e a *preferência por tarefas físicas* apresentam uma baixa consistência interna, com um α de .549 e .584, respetivamente. Por fim, a dimensão *temperamento* apresenta a consistência interna mais elevada ($\alpha =.723$).

1.3.2. Autocontrolo e tipo de ofensor

Tabela 7 Médias e desvios padrões do autocontrolo e das suas componentes relativamente à amostra total e em função do tipo de ofensor.

Variáveis	Amostra total	Ofensores de colarinho branco	Ofensores comuns	<i>P</i>
	X±SD	X±SD	X±SD	
Autocontrolo	2,18±0,42	2,13±0,39	2,25±0,44	.083
Procura de risco	2,19±0,64	2,17±0,60	2,23±0,69	.562
Impulsividade	2,20±0,56	2,18±0,51	2,24±0,61	.488
Preferência por tarefas simples	1,96±0,63	1,87±0,59	2,06±0,07	.109
Preferência por atividades físicas	2,65±0,56	2,57±0,59	2,75±0,52	.145
Autocentração	1,97±0,59	1,95±0,59	2,00±0,61	.585
Temperamento	2,14±0,63	2,07±0,59	2,22±0,66	.097

Nota. X – média; SD – desvio-padrão.

Observando os valores de *p-value* na tabela acima, não se pode, em qualquer dos casos, concluir que existem diferenças significativas entre os níveis de autocontrolo dos tipos de ofensor. No entanto, importa realçar que algumas variáveis apresentam um resultado muito próximo do nível de significância. Por exemplo, em relação ao *score* total de autocontrolo⁷⁷ (*p-value*=.083), podemos verificar uma média superior desta dimensão nos ofensores comuns (X=2,25) quando comparados com os ofensores de colarinho branco (X=2,13), o que significa que aos primeiros estão associados níveis de autocontrolo mais baixos. Também em relação ao *temperamento* (*p-value*=.097), podemos verificar que a média dos ofensores comuns (X=2,22) é superior à média dos ofensores de colarinho branco (X=2,07), pelo que os ofensores comuns têm níveis de

⁷⁷ Como referido no ponto 2.3., quando mais elevado o valor deste *score*, menores são os níveis de autocontrolo.

temperamento mais elevados. O mesmo sucede com a *preferência por tarefas simples* ($p\text{-value}=.109$), sendo a média superior no ofensores comuns ($X=2,06$) do que nos ofensores de colarinho branco ($X=1,87$).

2. Discussão dos resultados

Após terem sido apresentados os resultados deste estudo, irá agora ser realizada uma discussão crítica sobre os mesmos.

A presente dissertação teve como principal objetivo explorar a importância das variáveis da personalidade e do autocontrolo nos ofensores de colarinho branco. Alguns autores sugerem que os ofensores de colarinho branco constituem um grupo diferenciado quando comparados com os outros ofensores, mas a revisão do estado da arte revelou que os estudos sobre o perfil destes indivíduos são escassos e com resultados mistos. Esta investigação propôs-se a verificar esta questão, mais concretamente, pretendeu-se perceber se existe um perfil nos indivíduos que praticam CCB manifestamente diferente dos outros ofensores, a partir da comparação entre um grupo de ofensores de colarinho branco e um grupo de ofensores comuns, relativamente às características sociodemográficas, dimensões da personalidade e autocontrolo.

Para tal, foi aplicado um questionário a uma amostra não aleatória de 137 indivíduos a cumprir pena de prisão, divididos em dois grupos: condenados por CCB ($n=74$) e, por sua vez, condenados por ofensa à integridade física ($n=63$), em alguns estabelecimentos prisionais de Portugal continental.

Através desta investigação foi possível constatar um conjunto de resultados que corroboram investigações anteriores e outros que vão além do que tem sido concluído pela comunidade científica.

Com efeito, foi possível confirmar a primeira hipótese inicialmente colocada: os ofensores de colarinho branco diferem dos ofensores comuns relativamente às características sociodemográficas - a idade, o nível de escolaridade e o estado civil.

Em primeiro lugar, verificou-se que os ofensores de colarinho branco têm mais habilitações que os ofensores comuns, o que pode ser explicado pelo facto de serem necessários níveis de escolaridade mais elevados para ocupar cargos que proporcionem acesso a mais oportunidades de praticar estes crimes (Albrecht, 2003 cit. in Holtfreter, 2005).

Os resultados mostram também que, em comparação aos ofensores comuns, os ofensores de colarinho branco são mais velhos, tal como já havia sido revelado por diversos autores (Benson, 2002; Holtfreter, 2005; Onna et al., 2014; Weisburd et al., 2001; Wheeler et al., 1988). De acordo com Ring (2003 cit. in Alalehto, 2015), esta distribuição também poderá estar relacionada com o facto de os indivíduos mais novos terem menos oportunidades para praticar ofensas de colarinho branco. Ou seja, os cargos profissionais mais elevados e com mais responsabilidades são, geralmente, ocupados por indivíduos com mais experiência e carreiras mais longas. Todavia, esta constatação de uma idade mais elevada nos ofensores de colarinho branco contradiz as perspetivas *life-course* e desenvolvimentais na Criminologia (Benson & Kerley, 2001), que têm identificado um padrão temporal de desistência da atividade criminal com a idade - a atividade criminal aumenta na adolescência, tem o pico por volta dos vinte anos e diminui posteriormente (Moffitt, 1993). Contudo, é de salientar que o início da atividade criminal na idade adulta parece ser um fenómeno mais comum do que aquilo que é defendido por estas perspetivas (Eggleston & Laub, 2002) e um estudo de Blumstein e colaboradores (1986) mostra que uma grande percentagem dos ofensores adultos não tem registo de ofensas criminais na adolescência. Neste sentido, as investigações sobre o início da atividade criminal na idade adulta são especialmente pertinentes na abordagem do CCB, pois alguns estudos têm constatado que as carreiras dos ofensores de colarinho branco são relativamente diferentes das dos ofensores comuns: iniciam a atividade criminal mais tarde, a duração é relativamente longa e desistem numa fase mais tardia da vida (Benson & Kerley, 2001, Weisburd & Waring, 2001). Acresce que alguns autores, como Sampson e Laub (2003), acreditam que os indivíduos desistem do crime, não apenas pela idade, mas também devido a “pontos de viragem” (*turning points*) específicos na sua vida, eventos que parecem agir como fatores de proteção em relação ao comportamento delinquente - nomeadamente o casamento, o emprego e o serviço militar⁷⁸. Desta forma, estas abordagens referem o casamento como um *turning point* que pode contribuir para a desistência do comportamento criminal, pelo que em teoria este fator diminuiria a probabilidade de um indivíduo cometer crimes. Também Arneklev e colaboradores (2006) encontraram uma associação negativa entre o casamento e o envolvimento criminoso, ou seja, ser casado estaria associado a níveis

⁷⁸ Ouimet e Le Blanc (1996) mostram que existe suporte para esta perspetiva relativamente ao casamento e emprego.

significativamente mais baixos de comportamentos desviantes. Contudo, os ofensores de colarinho branco, como demostram os resultados do presente estudo, são indivíduos para os quais estes eventos de vida não têm um efeito positivo, já que são maioritariamente divorciados, casados ou em união de facto - contrariamente aos ofensores comuns, que são essencialmente solteiros⁷⁹. Não obstante, esta investigação corroborou as anteriores que mostram que a taxa de divórcios nos ofensores de colarinho branco é mais alta em comparação com os ofensores comuns e a taxa de indivíduos solteiros é inferior nos ofensores de colarinho branco em comparação com os ofensores comuns (Weisburd, 1991; Walters & Geyer, 2004). Assim, as tradicionais teorias desenvolvimentais e *life-course* não podem ser aplicadas a esta criminalidade da mesma forma que são aplicadas aos ofensores comuns (Piquero & Benson, 2004; Onna et al., 2014). Os eventos de vida, como o casamento no caso da nossa investigação, podem não contribuir para a desistência do crime, mas até criar novas motivações. Alguns autores sugerem que os ofensores de colarinho branco poderão estar a responder situações familiares difíceis quando se envolvem neste tipo de ofensas (Daly, 1989, Benson, 1985 cit. in Benson & Kerley, 2001). Estes resultados podem também ter uma explicação relacionada com os eventos noutros domínios da vida adulta que aumentariam a probabilidade de envolvimento em CCB, como as mudanças nas motivações e pressões decorrentes da ocupação profissional que podem estar subjacentes ao aparecimento deste tipo de ofensas⁸⁰. Assim, a aplicação destas teorias ao CCB deve incluir a análise das trajetórias noutros domínios da vida (Hagan & Palloni 1988 cit. in Benson & Kerley, 2001). Neste sentido, é evidente que os ofensores de colarinho branco diferem dos outros ofensores e constituem uma exceção a estas perspetivas.

Relativamente às dimensões da personalidade, os dados permitiram confirmar a hipótese II: “Os ofensores de colarinho branco e os ofensores comuns apresentam diferenças ao nível das cinco principais dimensões da personalidade”. Todavia, estas diferenças não se refletem, como havíamos previsto, nos menores níveis de *agradabilidade* e maiores níveis de *neuroticismo* e *extroversão* dos ofensores de colarinho branco, quando comparados com os ofensores comuns. De facto, a dimensão que mais parece evidenciar as diferenças entre os dois

⁷⁹ Todavia, Weisburd e colaboradores (2001) mostram que os ofensores de colarinho branco “de baixa frequência” têm maior probabilidade de ser casados, pelo que os níveis de reincidência nos ofensores de colarinho branco casados serão mais baixos.

⁸⁰ Por exemplo, uma quebra repentina nas receitas de um negócio pode forçar um empresário a recorrer a meios ilegais para o manter (Benson 1985 cit. in Benson & Kerley, 2001).

grupos de ofensores é a *abertura à experiência*, com níveis mais elevados nos ofensores de colarinho branco. Este resultado sugere que os ofensores de colarinho branco são indivíduos mais curiosos, imaginativos, originais, introspetivos e com uma vasta panóplia de interesses (McCrae & John, 1992), de modo que poderão encontrar formas alternativas de atingir os objetivos de poder e ganho financeiro, passando por atividades ilícitas. Os indivíduos com níveis mais elevados de *abertura à experiência* estão também associados aos interesses intelectuais (idem) o que, de certo modo, vai ao encontro dos resultados deste e de estudos anteriores, que mostram que os ofensores de colarinho branco são indivíduos com maior nível de escolaridade. Também a dimensão da *conscienciosidade* parece apresentar algumas diferenças entre os níveis dos ofensores de colarinho branco e dos ofensores comuns. Os primeiros caracterizam-se por uma maior *conscienciosidade*, o que está em sintonia com o facto de atuarem de forma esclarecida e racional quanto a custos e benefícios, não cometendo atos por impulso e de forma inconsciente quanto a consequências. Contudo, são necessários mais estudos que analisem esta questão.

No que concerne ao autocontrolo e à TGC, os resultados não permitem tirar conclusões sólidas. Apesar de as diferenças não serem estatisticamente significativas, podemos afirmar que os dados apontam para a confirmação da hipótese III: “Os ofensores de colarinho branco apresentam níveis de autocontrolo mais elevados que os ofensores comuns”. Neste sentido, esta investigação contraria o postulado de Gottfredson e Hirschi (1990) que defendem que não existem diferentes tipos de ofensores e que todos partilham uma característica comum: o baixo autocontrolo. Como já havíamos referido, a própria natureza do CCB não parece ser compatível com esta premissa, pois referimo-nos a comportamentos que implicam inteligência, complexidade e benefícios não imediatos (Simpson & Piquero, 2002; Read & Yeager, 1996), pelo que se compreende que estes ofensores tenham níveis relativamente mais elevados de autocontrolo, imprescindíveis para alcançar cargos que permitam o acesso às oportunidades.

Nesta investigação, complementarmente ao que tem sido realizado pela literatura, analisámos também cada componente do autocontrolo de forma isolada, o que permitiu corroborar a hipótese de que algumas componentes são mais significativas que outras na determinação das diferenças entre os níveis de autocontrolo dos dois grupos de ofensores. Porém, o *temperamento*, a

preferência por tarefas simples e a *preferência por atividades físicas* são as mais preponderantes, e não a *procura de risco*, como estabelecido na hipótese inicial. A *procura de risco* é uma característica associada ao cometimento de crimes em geral, mas que a literatura tem sublinhado sobretudo em relação ao CCB (Friedrichs, 2010; Mikulay & Goffin, 1998 cit. in Guedes & Cardoso, 2013; Simpson & Piquero, 2002). Além disso, esta característica é associada a indivíduos empreendedores, dispostos a correr riscos, os quais apresentam semelhanças com os ofensores de colarinho branco (Faragó et al., 2008 cit. in Guedes & Cardoso, 2013), pelo que se esperaria maiores níveis em relação aos ofensores comuns. Ao invés, este estudo mostra que os ofensores de colarinho branco têm níveis mais baixos de *temperamento*, *preferência por atividades físicas* e *preferência por atividades simples*. Isto significa que são mais tolerantes à frustração que os ofensores comuns e, ao contrário destes, recorrem preferencialmente aos meios verbais para responder aos problemas, sendo considerados indivíduos mais cognitivos. Os níveis mais baixos nestas componentes são compreensíveis tendo em consideração o que foi referido acerca de indivíduos com cargos de maior responsabilidade e que exigem trabalho e empenho.

Por outro lado, relativamente à reincidência e especialização, este estudo parece corroborar as premissas da TGC, já que não foram confirmadas as hipóteses V – “Os ofensores de colarinho branco apresentam níveis de reincidência mais baixos, quando comparados com os ofensores comuns” – e VI – “Os ofensores de colarinho branco especializam-se neste tipo de crimes e os ofensores comuns apresentam uma maior versatilidade nos crimes que cometem”. Os resultados desta investigação mostram que os ofensores de colarinho branco apresentam taxas de reincidência semelhantes aos ofensores comuns e, embora a maioria se especialize neste tipo de ofensas, o mesmo sucede com os outros ofensores. Isto significa que não devemos focar-nos exclusivamente nas causas do CCB, mas também nas suas consequências a curto e longo prazo. Alguns estudos sugerem que as consequências colaterais de uma condenação por CCB são diferentes, dependendo do estatuto socioeconómico e cargo profissional (Benson 1989 cit. in Benson & Kerley, 2001). Numa perspetiva desenvolvimental, e olhando para o CCB como um evento social que tem consequências para a trajetória de vida do indivíduo, bem como para as causas, podemos compreender melhor o papel do estatuto socioeconómico e do poder social nas reações sociais ao crime. Concluimos que os resultados desta

investigação são ambíguos em relação aos postulados da TGC. Por um lado, não existem diferenças entre os ofensores de colarinho branco e os ofensores comuns em relação aos níveis de reincidência e especialização, por outro, ambos os grupos de ofensores especializam-se num tipo de ofensas, contrariamente ao que é defendido por Gottfredson e Hirschi (1990) que afirmam que os ofensores cometem, ao longo da vida, diversos tipos de comportamentos desviantes e não se especializam num tipo de crime em particular, sendo caracterizados pela versatilidade. Acresce que os ofensores de colarinho branco apresentam níveis de autocontrolo mais elevados do que os ofensores comuns, contrariamente ao que os defensores da TGC prevêm. Estes resultados também se opõem à literatura sobre as carreiras criminais que mostra um padrão de resultados compatível com a premissa da versatilidade criminal, ou seja, a especialização em determinado tipo de crime seria um fenómeno relativamente raro e a heterogeneidade nas ofensas seria muito mais comum, inclusivamente nos ofensores de colarinho branco. Posto isto, será necessário no futuro aprofundar estas questões.

Não obstante o contributo deste estudo, o mesmo também não está isento de críticas e limitações e os seus resultados têm de ser interpretados com precaução. Ao nível metodológico, a primeira questão a considerar prende-se com o tamanho e heterogeneidade da nossa amostra. O tamanho reduzido ($n=137$) pode ter limitado o poder estatístico para encontrar potenciais diferenças significativas entre os indivíduos, pelo que, apesar de se terem observado diferenças evidentes entre os dois grupos, não foi possível atingir, em grande parte dos testes, o nível de significância estatístico.

Na nossa investigação, foi também feito um esforço para a diversificação da amostra. Com efeito, foram considerados um grande número de crimes na operacionalização do conceito de CCB. O principal objetivo foi garantir a validade interna, ou seja, que os resultados obtidos não fossem resultantes das características da amostra, mas sim da verdadeira relação entre as variáveis dependentes e independentes. Contudo, tal como Wheeler (1988), consideramos que esta diversidade não foi completamente assegurada, já que a análise foi limitada a ofensores condenados e a literatura indica que apenas uma pequena parte dos ofensores de colarinho branco é condenada, sendo ainda menor o número de indivíduos condenados a penas de prisão. Estes ofensores são, predominantemente, condenados a outras penas que não a pena de prisão ou mesmo em Direito Civil e, pelo seu estatuto mais elevado possuem, à partida, mais recursos de modo que poderão conseguir uma melhor defesa contra as

acusações que lhes são feitas. Também os dados deste estudo permitem verificar que esta população prisional apenas inclui uma percentagem muito reduzida de indivíduos com cargos médios e elevados (24,32% dos ofensores de colarinho branco), precisamente aqueles que mais interesse têm suscitado à literatura científica, com o objetivo de compreender como e porque indivíduos integrados e respeitados socialmente, com elevado estatuto socioeconómico cometem crimes. É expectável que os ofensores de colarinho branco condenados a pena de prisão sejam indivíduos com características mais próximas dos ofensores comuns, pelo que a comparação das diferenças entre os ofensores de colarinho branco e ofensores comuns poderá estar subavaliada (Lesha & Lesha, 2012). Encontramos aqui um potencial problema de generalização, já que os resultados podem não ser universalizáveis a indivíduos que não tiveram contacto com o sistema de justiça. Talvez esta seja a maior limitação que podemos apontar e que poderá conduzir a resultados enviesados. Todavia, importa referir que esta forma de seleção aplica-se aos dois grupos em estudo - ofensores de colarinho branco e ofensores comuns - e, apesar de admitirmos que muitos ofensores de colarinho branco não são detidos e condenados, o mesmo acontece com os outros ofensores, neste caso, indivíduos que cometeram o crime de ofensa à integridade física. Desta forma, a amostra poderá não ser representativa de todos os ofensores, mas continua a ser possível e válida a comparação entre os dois grupos.

O principal motivo para a utilização da população prisional neste tipo de estudos é a escassez de dados relativos aos ofensores de colarinho branco, pelo que esta confere uma oportunidade única de analisar uma quantidade significativa de indivíduos difíceis de detetar e estudar empiricamente (Friedrichs, 2010).

Importa ressaltar que a diversidade esteve ainda condicionada pela autorização da Direção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais que selecionou os estabelecimentos onde o estudo poderia decorrer, bem como da seleção realizada pelos próprios estabelecimentos e a disponibilidade dos reclusos, condicionada pelas diversas atividades inerentes a um estabelecimento prisional (e.g. visitas, trabalho, castigo, ala de segurança).

Uma outra limitação remete para o facto de os estudos revistos, que foram o ponto de partida das hipóteses de investigação, não terem sido realizados em Portugal. As comparações entre países têm de ser feitas com precaução. Além disso, grande parte das investigações anteriores compreende comparações entre

ofensores de colarinho branco e indivíduos de colarinho branco não ofensores, pelo que foram acrescentadas as dificuldades em estabelecer hipóteses *a priori* para este estudo. Acresce que a evidência empírica anterior, como já foi referido, além de não ser concordante, apresenta ainda alguns resultados contraditórios. Uma possível explicação para esta disparidade de resultados é a utilização de diferentes escalas de medição, quer da personalidade, quer do autocontrolo e da operacionalização do conceito de CCB, pelo que os resultados mistos podem advir de divergências nas metodologias e definições operacionais entre os estudos.

No que concerne à avaliação da personalidade, embora os traços de personalidade sejam relativamente estáveis, é importante não esquecer que alguns eventos críticos ao longo da vida, como a reclusão, podem ter um forte impacto na personalidade.

Finalmente, importa referir que, de forma a preservar o anonimato, não foram colocadas no questionário algumas perguntas pertinentes, como o cargo ocupado, o nível socioeconómico, a área da empresa e questões mais específicas sobre comportamentos criminais anteriores, pelo que num futuro estudo seria relevante incorporar estes aspetos.

Pretende-se agora fornecer algumas pistas de investigação para o futuro, pois uma das conclusões mais evidentes que podemos tirar com este estudo é que muito permanece por compreender no CCB. Os próximos parágrafos pretendem sublinhar possíveis linhas de investigação e comentar, sumariamente, o potencial da colaboração multidisciplinar.

Em primeiro lugar, como referimos nos parágrafos anteriores, julgamos ser necessária a replicação e extensão do estudo a amostras maiores e mais diversificadas. A diversificação revela-se de extrema importância no sentido de aceder aos ofensores de colarinho branco que não se encontram a cumprir pena de prisão. Importa reforçar o que já aludimos relativamente ao processo de amostragem e recolha de dados limitados pela falta de dados disponíveis, sobretudo os condicionalismos no acesso aos ofensores de colarinho branco de estatuto socioeconómico mais elevado (Friedrichs, 2010). Neste sentido, devem ser encontradas novas formas de recolha de dados, nomeadamente incluindo indivíduos condenados a outras penas, e seria benéfica a inclusão desta variável nos registos nacionais.

Em segundo lugar, consideramos relevante aprofundar a investigação sobre as carreiras criminais dos ofensores de colarinho branco, com a realização

de mais estudos longitudinais, que são ainda muito escassos (DeLisi & Piquero, 2011; Piquero & Benson, 2004; Onna et al., 2014). Como mencionado atrás, as perspetivas desenvolvimentais (Moffitt, 1993) sugerem que estes indivíduos têm a mesma probabilidade de ter historiais de comportamentos delinquentes, não contrário a qualquer outro ofensor com uma carreira criminal. A literatura evidencia, tal como foi corroborado nesta investigação, que grande parte dos ofensores de colarinho branco é reincidente. Estes estudos são particularmente importantes na análise da aplicação da TGC ao CCB, já que relativamente à criminalidade comum há uma forte evidência de que o baixo autocontrolo é um mecanismo central (DeLisi, 2001; DeLisi et al., 2003), mas estas conclusões não são sólidas no que concerne ao CCB, como mostrámos com os resultados desta investigação. Além disso, após o que concluímos em relação às características sociodemográficas destes ofensores, seria importante analisar a relação destas características pessoais e da personalidade com as oportunidades criminais, que parecem ter um papel fundamental neste tipo de ofensas (Simpson & Piquero, 2002).

De modo a atingir uma melhor compreensão desta criminalidade e destes ofensores, deverão também ser feitos esforços interdisciplinares, tal como Sutherland (1940) sublinhou há cerca de 70 anos⁸¹, no sentido de enriquecer as perspetivas existentes e encontrar intervenções mais eficazes. Muitas teorias tradicionais da Criminologia têm sido aplicadas ao CCB, como vimos. Porém, parece-nos que as vantagens são acrescidas quando conjugamos diferentes perspetivas de análise. Os autores focam-se, por norma, apenas numa teoria (e.g. Teoria da Associação Diferencial, TGC, Teoria da Escolha Racional) de forma a responder às questões de investigação. Contudo, a utilização de múltiplas teorias num quadro comparative terá um contributo maior no futuro da investigação do CCB. Enquanto uma teoria compreensiva do crime de colarinho branco deve considerar as contribuições sociais e organizacionais, também deve ser valorada a compreensão dos traços pessoais que podem colocar os indivíduos em maior risco de cometer crimes e de continuar a cometer (Price & Norris, 2009). Paralelamente, parece-nos que futuramente seria importante o uso de metodologias mistas que complementassem as metodologias quantitativas do presente estudo, designadamente metodologias qualitativas, que permitissem a

⁸¹ “The economists are well acquainted with business, but not accustomed to consider them from the point of view of crime; many sociologists are well acquainted with crime, but not accustomed to consider it as expressed in business.” (Sutherland, 1940, p. 1).

recolha de outros dados relevantes, nomeadamente entrevistas para melhor apreender as motivações, neutralizações e nível de consciência dos danos.

Outro aspeto que sugerimos em termos metodológicos prende-se com a aplicação de uma escala de desejabilidade social (*liescale*), que parece ser de realçar no caso dos ofensores de colarinho branco. Seria importante recorrer a uma escala que permitisse obter dados empíricos para estimar o impacto da desejabilidade social nas respostas dos indivíduos. Sabemos que a investigação realizada através de inventários de personalidade de autorrelato ou autoavaliação encontra vários obstáculos, nomeadamente o fenómeno de desejabilidade social (Salgado, 1996), que consiste numa das ameaças à validade e fiabilidade dos instrumentos utilizados. Ou seja, existe a possibilidade de os inquiridos mentirem nas suas respostas para corresponderem àquilo que pensam que se espera deles naquele momento. Neste sentido, a necessidade de aprovação e aceitação grupal ou de integração num contexto sociocultural pode levar a respostas enviesadas. Acresce ainda que pode existir a negação de certos aspetos da sua realidade pessoal, havendo uma tendência para se retratarem mais positivamente apresentando uma imagem de “ego ideal” (idem). Desta forma, devem ser tidos em conta estes aspetos como eventuais fatores de enviesamento dos resultados nos questionários de avaliação psicométrica, como são os utilizados nesta investigação.

Acresce ainda que, como afirmam diversos autores (Szockyj & Geis, 2002; Bauwens & Egan, 2011; Walters & Geyer, 2004) os ofensores de colarinho branco não constituem um grupo homogéneo, o que está também patente na diversidade de crimes que integram este conceito. Esta heterogeneidade implica uma necessidade de, futuramente, repartir os crimes em grupos mais homogéneos, conforme o tipo de CCB, de forma a melhorar a investigação teórica e empírica, tal como o homicídio requer uma subdivisão em diferentes segmentos. Esta divisão poderá permitir a criação de tipologias. Os ofensores de colarinho branco não formam um grupo homogéneo, o que deve ser tido em conta no desenvolvimento e implementação de programas com estes ofensores (Walters & Geyer, 2004). Neste sentido coloca-se a questão da existência de um padrão único de traços de personalidade associados aos ofensores de colarinho branco.

Os resultados alcançados levam-nos, inevitavelmente, a questionar que outras variáveis da personalidade destes ofensores devem ser estudadas. Por exemplo, a psicopatia e narcisismo que se relacionam com alguns traços do *big*

five encontrados nestes ofensores e têm sido referenciados pela literatura do CCB (Ragatz & Fremouw, 2010). Algumas características dos psicopatas (e.g. charme e grandiosidade) são também encontradas em empresários de sucesso (Babiak & Hare, 2006).

Consideramos que esta dissertação deve ser uma referência para outras investigações futuras, de modo a auxiliar na compreensão, prevenção e detecção de um tipo de criminalidade insuficientemente estudado. Não obstante todas as limitações apontadas, importa também considerar o valor deste estudo em termos de conhecimento científico. Apesar de a maioria dos resultados não serem estatisticamente significativos, muito em parte devido aos constrangimentos já apontados, os mesmos sugerem que a existência de diversos padrões entre os ofensores de colarinho branco e diferenças em relação aos ofensores comuns. Com efeito, os resultados também revelam que a relação entre as variáveis em análise pode ser mais complexa do que o proposto inicialmente, sendo certo que, tal como já foi referido, uma compreensão mais profunda deste objeto de estudo exige o recurso a uma variedade de medidas de diferente natureza e complementares entre si, além de uma amostra mais extensa e diversificada.

Salientamos, sobretudo, que este estudo e outros que lhe seguirem poderão ter como objetivo a aplicação prática dos resultados, no sentido de *prever* a personalidade, ou diferentes padrões de personalidade, dos ofensores de colarinho branco. A compreensão dos fatores que influenciam o comportamento criminal é uma das grandes questões da Criminologia (Weisburd & Waring, 2001). A importância do estudo da personalidade prende-se com o diagnóstico entre ofensores para propostas de classificação e intervenção, nomeadamente com a construção de tipologias (Listwan et al., 2010). Consistentemente, autores como Andrews e Bonta (1998), consideram que a personalidade é uma de várias características individuais que estão associadas ao sucesso ou insucesso dos programas de intervenção. De facto, esta extensão da importância da personalidade à intervenção nos ofensores pode ser vista como um “teste” da aplicabilidade destas considerações teóricas (Listwan et al., 2010), pelo que os avanços produzidos por esta e outras investigações devem ter implicações importantes, não só ao nível teórico, mas também ao nível da intervenção com estes ofensores. O conhecimento gerado pode ser fundamental na identificação e compreensão de fatores de risco pessoais que colocam um indivíduo num risco elevado para praticar estes crimes e que devem ser alvo de uma intervenção mais intensiva (Price & Norris, 2009). Os resultados destas

investigações podem ser úteis na exploração de modelos psicológicos do CCB com aplicabilidade prática na avaliação, predição e intervenção destes ofensores, tendo em consideração uma abordagem holística das características dos indivíduos em específico e, se possível, de acordo com a sua tipologia. Diferentes perfis de ofensores de colarinho branco devem envolver diferentes ênfases do programa (Bauwens & Egan, 2011) e, numa era de crescente interesse no CCB, os psicólogos forenses encontram-se numa posição privilegiada para aceder a estas características individuais dos ofensores (Price & Norris, 2009).

A literatura mostra que não existem programas de intervenção específicos para estes ofensores e a justificação normalmente apresentada para este facto é que estes indivíduos não são “criminosos a sério” e apenas cometeram um único erro (Alalehto, 2003, p. 351). Contudo, este estudo demonstrou que os níveis de reincidência dos ofensores de colarinho branco são altos e semelhantes aos ofensores comuns. O psicólogo forense Samenow (2010 cit. in Perri, 2011) critica a visão do CCB como *out of character for an offender* - como um ato isolado que não corresponde ao carácter daquele indivíduo - simplesmente porque um indivíduo não tem registo criminal, tem uma vida profissional estável ou porque parece estar bem integrado na comunidade. Com o seu trabalho de investigação, avaliação e tratamento de ofensores, este autor não encontrou nenhuma evidência que corroborasse esta premissa, tal como os resultados deste estudo.

A avaliação psicológica dos ofensores é assim imprescindível na definição de estratégias de apoio ao Sistema de Justiça, fornecendo uma avaliação psicológica e social do ofensor (perfil psicossocial), não só de modo auxiliar a prevenção destes delitos, a investigação criminal (por exemplo em relação a técnicas de interrogatório), mas também a posterior decisão e intervenção com estes indivíduos. Os resultados das investigações sobre a personalidade e o CCB podem auxiliar técnicas de *profiling*, na investigação criminal, construindo perfis criminais baseados na evidência (Eaton & Korach, 2016). Recentemente, algumas instituições, como o FBI, têm utilizado o *profiling* para descrever um método de investigação que beneficia da análise psicológica e comportamental para criar indicadores das características que provavelmente terão os suspeitos (Kocsis, 2007 cit. in Eaton & Korach, 2016). Originalmente aplicado ao homicídio, este método tem-se expandido para outros tipos de crime, com base em análises psicológicas, redes sociais, psicodinâmica e personalidade (Canter, 2004 cit. in Eaton & Korach, 2016). Muitos perfis fazem sobressair determinados traços de

personalidade de ofensores desconhecidos, que foram validados por estudos anteriores com ofensores (idem).

Estes estudos podem ainda ser importantes nos recrutamentos efetuados pelas empresas (Alalehto, 2003) de modo a identificarem indivíduos com características que os tornem potenciais ofensores e que se possam envolver em crimes no decurso do exercício profissional (Guedes & Cruz, 2011).

3. Reflexão final

Em 1939, Edwin Sutherland apresentou o termo CCB na tentativa de colocar o foco de estudo num campo negligenciado pela Criminologia. Atualmente, o CCB continua um ramo sub-representado da disciplina (Lynch, McGurrian & Fenwick, 2004) e, após esta dissertação, compreendemos que uma das principais razões para este facto é a escassez de dados disponíveis para análise, além de que esta permanece uma área de difícil investigação e tem inerentes diversos problemas de conceptualização.

Não obstante as limitações apontadas, os dados do presente estudo postulam-se como uma oportunidade de estudar os ofensores de colarinho branco em Portugal e, embora esta investigação represente um contributo significativo na literatura do CCB, muito subsiste por estudar.

Concordamos com Sutherland (1940), quando este pretende chamar a atenção para o estudo particular dos ofensores de colarinho branco, mas temos de discordar da visão do autor que defende que o crime não é explicado por características individuais. A presente investigação sublinha precisamente a existência de alguns padrões no perfil destes ofensores e que a personalidade e o autocontrolo têm um papel significativo no estudo do CCB.

BIBLIOGRAFIA

- Agnew, R. (1992). Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, 30(1), 47-87.
- Agra, C. & Kuhn, A. (2010). *Somos todos criminosos? Pequena introdução à criminologia e ao direito das sanções*. Alfragide: Casa das Letras.
- Akers, R. (1991). Self-control as a general theory of crime. *Journal of quantitative Criminology*, 7(2), 201-11.
- Akers, R. & Sellers, C. (2004). *Criminological theories: Introduction, evaluation, and application* (4th ed.). Los Angeles, CA: Roxbury.
- Alalehto, T. (2003). Economic crime: Does personality matter?. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(3), 1-22.
- Alalehto, T. (2015). White collar criminals: the state of knowledge. *The Open Criminology Journal*, 8, 28-35.
- Alalehto, T., & Larsson, D. (2012). Who is the economic criminal?: a comparison between countries and types of crime. *Sociologisk Forskning*, 49(1), 25-44.
- Allemand, M., Zimprich, D. & Hendricks, A. A. J. (2008). Age differences in five personality domains across the life span. *Developmental Psychology*, 44(3), 758-770.
- American Psychiatric Association (2000). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-IV-TR), (4^a ed.). Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Arneklev, B., Grasmick, H., Tittle, C. & Bursik, R. (1993). Low self-control and imprudent behavior. *Journal of Quantitative Criminology*, 9(3), 225-247.

- Arneklev, B. J., Grasmick, H. G., & Bursik, R. J., Jr. (1999). Evaluating the dimensionality and invariance of "low self-control". *Journal of Quantitative Criminology*, 15(3), 307-331.
- Arneklev, B. J., Elis, L. & Medlicott, S. (2006). Testing the general theory of crime: comparing the effects of 'imprudent behavior' and an attitudinal indicator of 'low self-control'. *Western Criminology Review*, 7(3), 41-55.
- Arnulf, J., & Gottschalk, P. (2013). Heroic leaders as white-collar criminals: An empirical study. *Journal of Investigative Psychology & Offender Profiling*, 10(1), 96-113.
- Babiak, P. & Hare, R. (2006). *Snakes in suits: When psychopaths go to work*. New York: HarperCollins.
- Barnett, H. C. (1981). Corporate capitalism, corporate crime. *Crime & Delinquency*, 27(1), 4-23.
- Barrick, M. R. & Mount, M. K. (1991). The big five personality dimensions and job performance: A meta-analysis. *Personnel Psychology*, 44(1), 1-26.
- Baucus, M. & Near, J. (1991). Can illegal corporate behavior be predicted? An event history analysis. *Academy of Management Journal*, 34(1), 9-36.
- Baumol, W. (1990). Entrepreneurship: productive; unproductive; and destructive. *Journal of Business Venturing*, 11(1), 3-22.
- Bauwens, A., & Egan, V. (2011). Are white-collar criminals a homogeneous or heterogeneous group?. *Home Team Journal, Behavioural Sciences in Home Team Operations*, 3, 91-101.
- Becker, G. S. (1968). Crime and punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*, 79(2), 169-217.
- Becker, G. S. (1974). A Theory of Social Interactions. *Journal of Political Economy*, 82(6), 1063-1093.

- Ben-David, S. (1991). Personality traits in white-collar offenders. *Medicine and Law*, 10(6), 527-536.
- Benet-Martínez, V., & John, O. P. (1998). Los Cinco Grandes across cultures and ethnic groups: Multitrait method analyses of the Big Five in Spanish and English. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(3), 729-750.
- Benson, M. L. (1990). Emotions and adjudication: status degradation among white-collar criminals. *Justice Quarterly*, 7(3), 515-528.
- Benson, M. L. (2002). *Crime and the life course : an introduction*. Los Angeles, CA: Roxbury.
- Benson, M. L. (2013). Editor's Introduction - White-collar crime bringing the offender back. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 29(3), 324-330.
- Benson, M. L., & Cullen, F. T. (1988). The special sensitivity of white-collar offenders to prison: A critique and research agenda. *Journal of Criminal Justice*, 16(3), 207-215.
- Benson, M. L., & Kerley, K. (2001). Life course theory and white-collar crime. In H. Pontell & D. Shichor (eds.), *Contemporary issues in crime and criminal justice: Essays in honor of Gilbert Geis* (pp. 121-136). Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.
- Benson, M. L. & Moore, E. (1992). Are white-collar and common offenders the same? An empirical and theoretical critique of a recently proposed general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 29(2), 251-272.
- Benson, M. L. & Simpson, S. (2009). *White-collar crime: An opportunity perspective*. New York: Routledge.
- Berry, C. M., Ones, D. S. & Sackett, P. R. (2007). Interpersonal deviance, organizational deviance, and their common correlates: A review and metaanalysis. *Journal of Applied Psychology*, 92(2), 410-424.

- Blickle, G., Schlegel, A., Fassbender, P. & Klein, U. (2006). Some personality correlates of business white-collar crime. *Applied Psychology: An International Review*, 55(2), 220- 233.
- Braithwaite, J. (1985). White collar crime. *Annual Reviews of Sociology*. 11, 11-25.
- Braithwaite, J. & Geis, G. (1989). On theory and action for corporate crime control. In N. Shover & J. P. Wright (Eds.), *Crimes of privilege, readings in white-collar crime* (pp. 361-379). Oxford: Oxford University Press.
- Brightman, H. (2009). *Today's White Collar Crime: Legal, Investigative and Theoretical Perspectives*. New York: Routledge.
- Britt, C. L., & Gottfredson, M. R. (Eds.). (2003). *Control theories of crime and delinquency: Advances in criminological theory* (Vol. 12). New Brunswick, NJ: Transaction.
- Burns, R. & Lynch, M. (2002). Another fine mess: a preliminary examination of the use of fines by the national highway traffic safety administration. *Criminal Justice Review*, 27(1), 1-25.
- Byrne, D. (1966). *Introduction to personality: a research approach*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Cattell, R. B. (1946). Personality structure and measurement. I. The operational determination of trait unities. *British Journal of Psychology*, 36, 88-103.
- Clinard, M. & Quinney, R. (1967). *Criminal behavior systems: A typology*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Clinard, M. B. & Yeager, P. (1980). Corporate crime. In N. Shover & J. P. Wright (Eds.), *Crimes of privilege, readings in white-collar crime* (p.392). Oxford: Oxford University Press.
- Clinard, M. B. & Yeager, P. (1983). *Corporate crime*. New York: Free Press .

- Cochran, J. K., Wood, P. B., Sellers, C. S., Wikerson, W. & Chamlin, M. B. (1998). Academic dishonesty and low self-control: An empirical test of general theory of crime. *Deviant Behavior*, 19(3), 227-255.
- Cohen, M. A., & Simpson, S. S. (1997). The origins of corporate criminality: rational individual and organizational actors. In W. F. Lofquist, M. A. Cohen, & G. Rabe (Eds.), *Debating corporate crime* (pp. 35-51). Cincinnati, OH: Anderson.
- Coleman, J. W. (1987). Toward an integrated theory of white-collar crime. *American Journal of Sociology*, 93(2), 406-439.
- Coleman, J. W. (1994). Toward an integrated theory of white-collar crime. In D. Nelken (Ed.), *White-Collar Crime* (pp. 153-186). Aldershot: Dartmouth.
- Coleman, J. W. (2005). *The criminal elite: Understanding white-collar crime*. New York: Worth Publishers.
- Collins, J. M., & Bagozzi, R.P. (1999). Testing the equivalence of the socialization factor structure for criminals and noncriminals. *Journal of Personality Assessment*, 72(1), 68.
- Collins, J. M. & Griffin, R. W. (1998). The psychology of counterproductive job performance In R. W. Griffin, A. O'Leary-Kelly & J. M. Collins (Eds.), *Dysfunctional behavior in organizations: Non-violent dysfunctional behavior. Monographs in organizational behavior and industrial relations* (pp. 219-242). Stamford, CT: JAI Press.
- Collins, J. & Schmidt, F. (1993). Personality, integrity, and white collar crime: a construct validity study. *Personnel Psychology*, 46(2), 295-311.
- Connelly, B. & Ones, D. (2008). Personality of corruption: a national-level analysis. *Cross-Cultural Research*, 42(4), 353-385.

- Cooley, C. (2001). The interactionist school. In I. L. Moyer (Ed.), *Criminological theories, traditional and nontraditional voices and themes*, (pp. 159-188). California: Sage Publications.
- Costa, P. T., McCrae, R. R. (1985). *The NEO Personality Inventory*. Odessa, FL: Psychology Assessment Resources.
- Costa, P. T., McCrae, R. R. (1988). Personality in adulthood: a six-year longitudinal study of self-reports and spouse ratings on the NEO Personality Inventory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54(5), 853-63.
- Costa, P. T. & McCrae, R. R. (1992). *NEO PI-R professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Costa, P. T. & McCrae, R. R. (1995). Domains and facets: Hierarchical personality assessment using the Revised NEO Personality Inventory. *Journal of Personality Assessment*, 64(1), 21-50.
- Croall, H. (2001). *Understanding White Collar Crime*. Buckingham: Open University Press.
- Croall, H. (2007). Victims of white collar and corporate crime. In: Davies P., Francis, P. & Greer, C. (Eds.), *Victims, crime and society*. London: SAGE, 78-108.
- Cruz, J. (2012). O crime de colarinho branco: complexidades na definição e delimitação do objeto de estudo. In C. Agra (Ed.), *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (pp. 313-357). Porto: U. Porto.
- Cruz, J. (2013a). A Criminologia e o Crime de Colarinho Branco. In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp. 53-76). Coimbra: Coimbra Editora.
- Cruz, J. (2013b). O ofensor de colarinho branco é um empreendedor? In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e*

financeiras: estudos de criminologia e de direito (pp.199-210). Coimbra: Coimbra Editora.

Cruz, J., Faria, R., Leite, A. & Sousa, P. (2015), How does law enforcement respond to entrepreneurial white-collar crime?, In J. van Erp, W. H. Huisman & G. V. Walle (Eds.), *Handbook of White-Collar and Corporate Crime in Europe* (pp. 512-530). New York: Routledge,

Cullen, F. T., Clark, G. A., Mathers, R. A., & Cullen, J. B. (1983). Public support for punishing white-collar crime: blaming the victim revisited?. *Journal of Criminal Justice*. 11, 481-93.

Curran, D. J. & Claire M. R. (1994) *Theories of crime*. Boston, MA: Allyn & Bacon.

Daboub, A. J., Rasheed, A. M., Priem, R. L. & Gray, D. A. (1995). Top management team characteristics and corporate illegal activity. *The academy of management review*, 20(1), 138-170.

De Li, S. (2004). The impacts of self-control and social bonds on juvenile delinquency in a nation sample of a midadolescents. *Deviant Behavior*, 25(4), 351-373.

De Li, S. (2005). Race, self-control, and drug problems among jail inmates. *Journal of Drug Issues*, 35, 645-664.

DeLisi, M. (2005). *Career criminals in society*. Thousand Oaks, CA: Sage.

DeLisi, M. (2001). It's all in the record: assessing self-control theory with an offender sample. *Criminal Justice Review*, 26(1), 1-16.

DeLisi, M., & Vaughn, M. G. (2008). The Gottfredson-Hirschi critiques revisited: reconciling self-control theory, criminal careers, and career criminals. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52(5), 520-537.

- DeLisi, M., Hochstetler, A., & Murphy, D. S. (2003). Self-control behind bars: a validation study of the Grasmick et al. scale. *Justice Quarterly*, 20(2), 241-263.
- DeLisi, M., & Piquero, A. R. (2011). New frontiers in criminal careers research, 2000-2011: A state-of-the-art review. *Journal of Criminal Justice*, 39(4), 289-301.
- Deslauriers, J. & Kérisit, M. (1997). Le devis de recherche qualitative. In J. Poupart, A. Pirès, & J. Deslauriers (Eds.), *La recherche qualitative. Enjeux épistémologiques et méthodologiques* (pp. 85-111). Boucherville, Canada: Gaëtan Morin.
- Dias, J. F. & Andrade, M. C. (1997), *Criminologia O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, T., & Cruz, J. (2013). Abordagem do *labeling* e infrações económicas e financeiras. In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria, *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp. 105-117). Coimbra: Coimbra Editora.
- Digman, J. M. (1990). Personality structure: Emergence of the five-factor model. *Annual Review of Psychology*, 41, 417-440.
- Donner, C. & Jennings, W. (2014). Low self-control and police deviance: applying Gottfredson and Hirschi's general theory to officer misconduct. *Police Quarterly September*, 17(3), 203-225.
- Durkheim, E. (1933). *The division of labor in society*. New York: The Free Press.
- Eaton, T. V., & Korach, S. (2016). A criminological profile of white-collar crime. *The Journal of Applied Business Research*, 32(1), 129-142.
- Edelhhertz, H. (1970). *The nature, impact and prosecution of white collar crime*. Washington D.C.: US Department of Justice.

- Eggleston, E. P., & Laub, J. H. (2002). The onset of adult offending: a neglected dimension of the criminal career. *Journal of Criminal Justice*, 30(6), 603-622.
- Elis, L. & Simpson, S. (1995). Informal sanction threats and corporate crime: additive versus multiplicative models. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 32(4), 399-424.
- Elliot, R. (2010). Examining the relationship between personality characteristics and unethical behaviors resulting in economic crime. *Ethical Human Psychology and Psychiatry*, 12(3), 269-276.
- Engel, C. (2012). Low self-control as a source of crime: a meta-study. Preprints of the MPI for Research on Collective Goods.
- Evans, T. D., Cullen, F. T., Burton, V. S., Dunaway, R. G., & Benson, M. L. (1997). The social consequences of self-control: Testing the general theory of crime. *Criminology*, 35(3), 475-504.
- Eysenck, H. J. (1964). *Crime and Personality*. St. Albans: Paladin.
- Eysenck, H. J. (1998). *Dimensions of personality*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Faria, R., Leite, A., Sousa, P. & Cruz, J. (2013). Economic and financial crime in Portugal. In S. Wiil, S. Handelman & D. C. Brotherton (Eds.), *How they got away with it: Lessons from the financial meltdown* (pp. 246-277). Columbia: Columbia University Press.
- Farrington, D. P. (2008). *Integrated developmental and life-course theories of offending (advances in criminological theory)*. Transaction Publishers.
- Feeley, D. (2006). Personality, environment, and the causes of white-collar crime. *Law and Psychology Review*, 30, 291-213.

- Fonseca, A. (2002). Uma escala de autocontrolo: Dados preliminares para a população portuguesa. *Psychologica*, 30, 193-202.
- Friedrichs, D. O. (1992). State crime or governmental crime: making sense of the conceptual confusion. In J. Ross (Ed.), *Controlling state crime* (pp. 53-80). New York: Garland.
- Friedrichs, D. O. (2002). Occupational crime, occupational deviance, and workplace crime: sorting out the difference. *Criminology and Criminal Justice*.
- Friedrichs, D. O. (2010). *Trusted criminals: White collar crime in contemporary society*. Belmont: Wadsworth Cengage Learning.
- Geis, G. (2000). On the absence of self-control as the basis for a general theory of crime: a critique. *Theoretical Criminology*, 4(1), 35-53.
- Gerber, J. (1994). "Club FED" in Japan? Incarceration experiences of Japanese embezzlers. In B. K. Payne (Ed.) (2012). *White-Collar Crime*, (pp. 628-635). Los Angeles: Sage Publications.
- Gibbs, J. (1987). The state of criminological theory. *Criminology*, 25(4), 821-840.
- Gibbs, J., & Giever, D. (1995). Self-control and its manifestations among university students: An empirical test of Gottfredson and Hirschi's general theory. *Justice Quarterly*, 12(2), 231-256.
- Gibbs, J., Giever, D., & Martin, J. S. (1998). Parental management and self-control: an empirical test of Gottfredson and Hirschi's General Theory. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 35(1), 40-70.
- Gibson, C. & Wright, J. (2001). Low self-control and coworker delinquency: A research note. *Journal of Criminal Justice*, 29(6), 483-492.

- Gibson, C. L., Wright, J. P., & Tibbetts, S. G. (2000). Empirical assessment of the generality of the general theory of crime: The effects of low self-control on social development. *Journal of Crime & Justice*, 23(1), 109-134.
- Giluk, T. L. & Postlethwaite, B. E. (2015). Big-Five personality and academic dishonesty: A meta-analytic review. *Personality and Individual Differences*, 72, 59-67.
- Goldberg, L. R. (1971). A historical survey of personality scales and inventories. In P. McReynolds (Ed.), *Advances in psychological assessment* (pp. 293-336). Palo Alto, CA: Science and Behavior Books.
- Goldberg, L. R. (1993). The structure of phenotypic personality traits. *American Psychologist*, 48(1), 26-34.
- Gosling, S. D., Rentfrow, P. J., & Swann, W. B., Jr. (2003). A very brief measure of the Big-Five personality domains. *Journal of Research in Personality*, 37(6), 504-528.
- Gottschalk, P. (2010). *White collar crime: Detection, prevention and strategy in business enterprises*. Florida: Universal-Publishers Boca Raton.
- Gottschalk, P., & Glasø, L. (2013). Gender in white-collar crime: an empirical study of pink-collar criminals. *International Letters of Social and Humanistic Sciences*, 4, 22-34.
- Gottfredson, M. and Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Gough, H. G. (1987). *California Psychological Inventory administrator's guide*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press, Inc.
- Graham, M. (2012). *White collar crime and the United States' economy*. Honors Theses. Paper 49. University of New Hampshire.

- Grasmick, H. G., Tittle, C. R., Bursik, R. J., & Arneklev, B. (1993). Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. *Journal of Research in Crime & Delinquency*, 30(1), 5-29.
- Guedes, I. & Cruz, J. (2011). Existe uma “personalidade” dos criminosos de colarinho branco? *Ousar e Integrar*, 10, 47-60.
- Guedes, I., & Cruz, J. (2013). Infrações económicas e financeiras: aplicação da Teoria da Associação Diferencial de Sutherland. In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp. 91-103). Coimbra: Coimbra Editora.
- Guedes, I, & Cardoso, C. (2013). Personalidade, adoção de risco e crime de colarinho branco. In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp. 77-90). Coimbra: Coimbra Editora.
- Hagan, J. & Parker, P. (1985). White-collar crime and punishment: The class structure and legal sanctioning of securities violations. *American Sociological Review*, 50(3), 302-316.
- Hansenne, M. (2004). *Psicologia da personalidade*. Lisboa: Climepsi.
- Helmkamp, J., Ball, J. & Townsed. K. (1996). *Defitional dilemma: Can and should there be a universal definition of white collar crime?* Morgantown, WV: National White Collar Crime Center.
- Higgins, G. E. (2005). Can low self-control help with the understanding of the software piracy problem. *Deviant Behavior*, 26(1), 1-24.
- Higgins, G. E. (2007). Digital piracy: an examination of low self-control and motivation using short-term longitudinal data. *Cyberpsychology and Behavior*, 10(4), 523-529.

- Hill, C. W. L., Kelley, P. C., Agle, B. R., Hitt, M. A., & Hoskisson, R. E. (1992). An empirical examination of the causes of corporate wrong-doing in the United States. *Human Relations*, 45(10), 1055-1075.
- Hirschi, T., & Gottfredson, M. (1993). Commentary: Testing the general theory of crime. *Journal of Research in Crime & Delinquency*, 30(1), 47-54.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. Berkeley, California: University of California Press.
- Holtfreter, K. (2005). Is occupational fraud “typical” white-collar crime? A comparison of individual and organizational characteristics. *Journal of Criminal Justice*, 33(4), 353–365.
- Hochstetler, A. & DeLisi, M. (2005). Importation, deprivation, and varieties of serving time: An integrated lifestyle-exposure model of prison offending. *Journal of Criminal Justice*, 33(3), 257-266.
- Holtfreter, K., Beaver, K. M., Reisig, M. D., & Pratt, T. C. (2010). Low self-control and fraud offending. *Journal of Financial Crime*, 17(3), 295-307.
- Holtfreter, K., VanSlyke, S., Bratton, J., & Gertz, M. (2008). Public perceptions of white-collar crime and punishment. *Journal of Criminal Justice*, 36(1), 50-60.
- John, O. P., & Srivastava, S. (1999). The Big-Five trait taxonomy: History, measurement, and theoretical perspectives. In L. A. Pervin & O. P. John (Eds.), *Handbook of personality: Theory and research* (pp. 102–138). New York: Guilford Press.
- Jones, G. & Kavanagh, M. (1996). An experimental examination of the effects of individual and situational factors on unethical behavioral intentions in the workplace. *Journal of Business Ethics*, 15(5), 511-523.

- Jones, S. E., Miller J. D., Lynam D. R. (2011). Personality, antisocial behavior, and aggression: a meta-analytic review. *Journal of Criminal Justice*, 39(4), 329-337.
- Judge, T. A., Heller, D., & Mount, M. K. (2002). Five-Factor Model of personality and job satisfaction: a meta-analysis. *Journal of Applied Psychology*, 87(3), 530-541.
- Justice Committee. (2013). *Inquiry into white collar vs. blue collar crimes: do current sentences reflect the economic and social impacts of these crimes?*. New Zealand, Justice Committee.
- Keane, C., Maxim, P., & Teevan, J. (1993). Drinking and driving, self-control, and gender: Testing a general theory of crime. *Journal of Research in Crime & Delinquency*, 30, 30-46.
- Klenowski, P. M., & Dodson, K. D. (2016). Who commits white-collar crime, and what do we know about them?. In S. R. V. Slyke, M. L. Benson, F. T. Cullen (Eds.). *The Oxford Handbook of White-Collar Crime*. USA: Oxford University Press.
- Langton, L., Piquero, N. L. & Hollinger, R. C, (2006). An empirical test of the relationship between employee theft and low self-control. *Deviant Behavior*, 27(5), 537-565.
- Langton, L. & Piquero, N. L. (2007). Can general theory explain white-collar crime? A preliminary investigation of the relationship between strain and select white-collar offenses. *Journal of Criminal Justice*, 35(1), 1-15.
- Lasch, C. (1979). *The culture of narcissism: American life in an age of diminishing expectations*. New York: W.W. Norton & Company.
- Lasley, J. (1988). Toward a control theory of white collar offending. *Journal of Quantitative Criminology*, 4(4), 347-362.

- Laub, J. H. & Sampson, R. J. (1991). The Sutherland-Glueck debate: on the sociology of criminological knowledge. *The American Journal of Sociology*, 96(6), 1402-1440.
- Laub, J. H., & Sampson, R. J. (2003). *Shared beginnings, divergent lives: delinquent boys to age 70*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Le Blanc, M. (2006). Self-control and social control of deviant behavior in context: development and interactions along the life course. In P. H. Wikström & R. J. Sampson (Eds.). *The Explanation of Crime* (pp. 195-242). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lee, K., Ashton, M. C. & de Vries, R. E. (2005). Explaining workplace delinquency and integrity with the HEXACO and Five-Factor Models of personality structure. *Human Performance*, 18(2), 179-197.
- Lesha, J. & Lesha, D. (2012). Psychopathy and white collar crime: A review of literature. *SEEU Review*, 8(2), 1-18.
- Lima, M. P., & Simões, A. (2000). *NEO PI-R: Manual profissional*. Lisboa: CEGOC.
- Little, B. R. & Joseph, M. F. (2007). Personal projects and free traits: Mutable selves and well-beings. In B. R. Little, K. Salmela-Aro & S. D. Phillips. *Personal Projects Pursuit: Goals, Action, and Human Flourishing* (pp. 375- 400). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Listwan, S., Piquero, N. & Voorhis, P. (2010). Recidivism among a white-collar sample: does personality matter? *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 43(1), 156-174.
- Listwan, S. J., Van Voorhis, P. & Ritchey, P. N. (2007). Recidivism among a white-collar sample: Does personality matter?. *Personality, criminal behavior, and risk assessment. Criminal Justice and Behavior*, 34, 37-59.

- Loeber, R., & Dishion, T. J. (1983). Early predictors of male delinquency: A review. *Psychological Bulletin*, 94(1), 68-98.
- Longshore, D. (1998). Self-control and criminal opportunity: A prospective test of the general theory of crime. *Social Problems*, 45(1), 102-113.
- Longshore, D., & Turner, S. (1998). Self-control and criminal opportunity: A cross-sectional test of the general theory of crime. *Criminal Justice and Behavior*, 25(1), 81-98.
- Longshore, D., Turner, S. & Stein, J. A. (1996). Self-control in a criminal sample: An examination of construct validity. *Criminology*, 34(2), 209-228.
- Lugo, M. A. (2013). *Self-Control, attitudinal beliefs, and white-Collar crime intentions*. (Dissertação de Mestrado). University of South Florida.
- Lynam, D. R., Miller, J. D. (2004). Personality pathways to impulsive behavior and their relations to deviance: results from three samples. *Journal of Quantitative Criminology*, 20(4), 319-341.
- Lynch, M. & Michalowski, R. (2006). *Primer in radical criminology: Critical perspectives on crime, power, & identity* (4^a ed.). New York: Criminal Justice Press.
- Magalhães, E., Lima, M. P., Salgueira, A., Gonzalez, A., Costa, J. J., Costa, M. J., & Costa, P. (2014). NEO-FFI: Psychometric properties of a short personality inventory in a Portuguese context. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(4), 599-614.
- Makkai, T., Braithwaite, J. (1994). The dialectics of corporate deterrence. *Journal of research in crime and delinquency*, 31(4), 347-373.
- Marcus, B. (2004). Self-control in the General Theory of Crime. *Theoretical Criminology*, 8(1), 33-55.

- Maroco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (6ª ed.). ReportNumber.
- Maroco, J. & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?, *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- McAdams, D. P., & Olson, B. D. (2010). Personality development: continuity and change over the life course. *Annual Review of Psychology*, 61, 517-542.
- McCrae, R. R. (2002). NEO-PI-R data from 36 cultures: further intercultural comparisons. In R. R. McCrae & J. Allik. (Eds.), *The Five-Factor Model of Personality across cultures* (pp. 105-125). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- McCrae, R. R., & Costa, P. T. (1987). Validation of the five-factor model of personality across instruments and observers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52(1), 81-90.
- McCrae, R. R., & Costa, P. T., Jr. (1996). Toward a new generation of personality theories: Theoretical contexts for the five-factor model. In J. S. Wiggins (Ed.), *The five-factor model of personality: Theoretical perspectives* (pp. 51-87). New York: Guilford.
- McCrae, R. R., Costa, P. T. (2003). *Personality in adulthood, a five-factor theory perspective* (2ª ed.). New York: Guilford Press.
- McCrae, R. R. & Costa, P. T. (2004) A contemplated revision of the NEO Five-FactorInventory. *Personality and Individual Differences*, 36(3), 587-596.
- McCrae, R. R., & Costa, P. T. (2010). *NEO inventories professional manual for the NEO Personality Inventory-3, NEO Five-Factor Inventory-3, and NEO Personality Inventory-Revised*. Lutz, FL: PAR.
- McCrae, R. R. & John, O. P. (1992). An introduction to the five-factor model and its applications. *Journal of Personality*, 60(2), 175-215.

- McCrae, R. R., & Terracciano, A. (2005). Universal features of personality traits from the observer's perspective: Data from 50 cultures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88(3), 547-561.
- McCrae, R. R., Yik, M. S. M., Trapnell, P. D., Bond, M. H. & Paulhus, D. L. (1998). Interpreting personality profiles across cultures: Bilingual, acculturation, and peer rating studies of chinese undergraduates. *Journal of Personaliry and Social Psychology*, 74(4), 1041-1055.
- McKendall, M. & Wager, J. (1997). Motive, opportunity, choice, and corporate illegality. *Organization Science*, 8(6), 624-647.
- Meier, R. F. (1996). Understanding the context of white-collar crime: a Sutherland approbation. In J. Helmmkamp (Ed.). *Definitional Dilema: can and should there be a universal definition of white-collar crime*. Morgantown WV: National White-Collar Crime Research and Training Institute.
- Merton, R. K. (1938). Social structure and anomie. *American Sociological Review*, 3(5), 672-682.
- Merton, R. K. (1968). *Social Theory and social structure* (enlarged edition). New York: The Free Press.
- Messner, S. F. & Rosenfeld, R. (1994). *Crime and the american dream*. Belmont: Wadsworth.
- Messner, S. F. & Rosenfeld, R. (1997). Political restraint of the market and levels of criminal homicid: a cross-national application of institutional-anomie theory. *Social Fprces*, 75(4), 1393-1416.
- Miller, J. & Lynam, D. (2001). Structural models of personality and their relation to antisocial behavior: a meta-analytic review. *Criminology*, 39(4), 765-798.
- Miller, J. & Lynam, D. (2003). Psychopathy and the Five-Factor Model of personality: a replication and extension. *Journal of Personality Assessment*, 81(2), 168-178.

- Mon, Wei-The (2002). Causal factors of corporate crime in Taiwan: qualitative and quantitative findings. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 46(2), 183-205.
- Morgado, M. J. & Vegar, J. (2007). *O inimigo sem rosto. Fraude e corrupção em Portugal*. Lisboa: D. Quixote.
- Moore, E. & Mills, M. (1990). The neglected victims and unexamined costs of white-collar crime. *Crime & Delinquency*, 36(3), 408-418.
- Mount, M., Ilies, R., & Johnson, E. (2006). Relationship of personality traits and counterproductive work behaviors: The mediating effects of job satisfaction. *Personnel Psychology*, 59(3), 591-622.
- Nagin, D. S. & Paternoster, R. (1993). Enduring individual differences and rational choice theories of crime. *Law and Society Review*, 27(3), 467-498.
- Nagin, D. S. & Paternoster, R. (1994). Personal capital and social control: the deterrence implications of a theory of individual differences in criminal offending. *Criminology*, 32(4), 581-606.
- Nakhaie, M. R., Silverman, R. A. & LaGrange, T. C. (2000). Self-control and social control: an examination of gender, ethnicity, class and delinquency. *The Canadian Journal of Sociology*, 25(1), 35-59.
- Nicolaou, N., Shane, S., Cherkas, L. & Spector, T. D. (2008). The influence of sensation seeking in the heritability of entrepreneurship. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 2(1), 7-21.
- O'Brien, C. (2015). *Behavioral characteristics of white-Collar crime and the pre-employment hiring process*. (Tese de Doutorado). Georgia State University, Atlanta.
- Ones, D. S., Viswesvaran, C. & Schmidt, F. L. (1993). Comprehensive meta-analysis of integrity test validities: Findings and implications for personnel

selection and theories of job performance. *Journal of Applied Psychology (Monograph)*, 78(4), 679-703.

Onna, J. H. R., Geest, V. R., Huisman, W., & Denkers, A.J. M. (2014). Divergent trajectories: Criminal careers of white collar crime offenders in the Netherlands, *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 51(6), 759-784.

Ouimet, M., & Le Blanc, M. (1996). Life events in the continuation of the adult criminal career. *Criminal Behavior and Mental Health*, 6(1), 75-97

Owens, W. A. (1976). Background data. In M. D. Dunnette (Ed.), *Handbook of industrial and organizational psychology* (pp. 609-644). Chicago: Rand McNally.

Paternoster, R. & Simpson, S. (1996). Sanction threats and appeals to morality: testing a rational choice model of corporate crime. *Law and Society Review*, 30(3), 549-584.

Paunonen, S. V. (1998). Hierarchical organization of personality and prediction of behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(2), 538-556.

Payne, B. (2012). *White Collar Crime. A text/reader*. Los Angeles: Sage Publications.

Peabody, D. (1987). Selecting representative trait adjectives. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 59-61.

Pedroso-Lima, M., Magalhães, E., Salgueira, A., Gonzalez, A. J., Costa, J. J., Costa, M. J., & Costa, P. (2014). A versão portuguesa do NEO-FFI: Caracterização em função da idade, género e escolaridade. *Psicologia*, 28(2), 1-10.

Perri, F. S. (2011). White-collar criminals: The 'kinder, gentler' offender? *Journal of Investigative Psychology & Offender Profiling*, 8(3), 217-241.

- Perri, F. S. (2013). Visionaries or false prophets. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 29(3), 331-350.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Piquero, A. R. (2009). Self-control theory: Research issues. In M. D. Krohn, A. J. Lizotte, & G. P. Hall (Eds.), *Handbook on crime and deviance* (pp. 153-168). New York: Springer.
- Piquero, N. L., & Benson, M. L. (2004). White-collar crime and criminal careers. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 20(2), 148- 165.
- Piquero, N. L., & Piquero, A. R. (2006), Control balance and exploitative corporate crime. *Criminology*, 44(2), 397-430.
- Piquero, A. R. & Rosay, A. B. (1998). The reliability and validity of Grasmick et al.'s self-control scale: A comment on Longshore et al. *Criminology*, 36(1), 157-173.
- Piquero, A. R., & Tibbetts, S. (1996). Specifying the direct and indirect effects of low self-control and situational factors in offenders' decision making: Toward a more complete model of rational offending. *Justice Quarterly*, 13(3), 481-510.
- Piquero, A. R., MacDonald, J. M. & Parker, K. F. (2002). Race, local life circumstances, and criminal activity. *Social Science Quarterly*, 83(3), 654-670.
- Piquero, N. L., Tibbetts, S. G., & Blankenship, M. (2005). Examining the role of differential association and techniques of neutralization in explaining corporate crime. *Deviant Behavior*, 26(2), 159-189.
- Piquero, A. R., Farrington, D. P., & Blumstein, A. (2007). *Key issues in criminal career research: New analyses of the Cambridge study in delinquent development*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

- Piquero, N. L., Schoepfer, A., & Langton, L. (2010). Completely out of control or the desire to be in complete control? How low self-control and the desire for control relate to corporate offending. *Crime & Delinquency*, 56(4), 627-647.
- Piquero, N. L., & Weisburd, D. (2009). Developmental trajectories of white-collar crime. In: Simpson, S. S., & Weisburd, D. (Eds.), *The Criminology of White-Collar Crime* (pp. 153-171). Springer New York.
- Poortinga, E., Lemmen, C., & Jibson, M. D. (2006). A case control study: white collar defendants compared with other defendants charged with nonviolent theft. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 34(1), 82-89.
- Pratt, T. C., & Cullen, F. T. (2000). The empirical status of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime: A meta-analysis. *Criminology*, 38(3), 931-964.
- Price, M. & Norris, D. M. (2009). White collar crime: corporate and securities and commodities fraud. *The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 37(4), 538-544.
- Queloz, N. (1999). *Recherche sur les processus de corruption en Suisse: Une première* In J. M. Bessette (Ed.), *Crimes et Cultures* (pp. 189-204). Paris: L'Harmattan.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ragatz, L. & Fremow, W. (2010). A critical examination of research on the psychological profiles of white-collar criminals. *Journal of Forensic Psychology Practice*, 10(5), 373-402.
- Ray, J. V. (2007). *Psychopathy, attitudinal beliefs and white collar crime*. (Dissertação de Mestrado). University of South Florida.

- Reed, G. & Yeager, P. (1996). Organizational offending and neoclassical criminology: challenging the reach of a general theory of crime. *Criminology*, 34, 357-382.
- Sackett, P. R. & DeVore, C. J. (2001). Counterproductive behaviors at work. In N. Anderson, D. Ones, H. Sinangil, & C. Viswesvaran (Eds.). *Handbook of industrial, work, and organizational psychology*, (pp. 145-164). London, UK: Sage
- Salgado, J. F. (1996). Desejabilidade social e construtivismo: dos retratos às máscaras. In Almeida, S. Araújo, M. Gonçalves, C. Machado & M. Simões (Eds.), *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga, Portugal: APPORT.
- Salgado, J. F. (2002). The Big Five personality dimensions and counterproductive behaviors. *International Journal of Selection and Assessment*, 10(2), 117-125.
- Sampson, R. J. & Laub, J. H. (2003). Life-course desisters? Trajectories of Crime Among Delinquent Boys Followed to Age 70. *Criminology*, 41, 301-339.
- Santos, C. (2001). *O crime de colarinho branco: Da origem do conceito e sua relevância criminológica à questão da desigualdade na administração da justiça penal*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Schoepfer, A. & Piquero, N. (2006). Exploring white-collar crime and the American dream: a partial test of institutional anomie theory. *Journal of Criminal Justice*, 34(3), 227-235.
- Sellers, C. (1999). Self-control and intimate violence: An examination of the scope and specification of the general theory of crime. *Criminology*, 37(2), 375-404.
- Shapiro, S. (1980). *Thinking about white-collar crime: Matters of conceptualization and research*. Washington, D.C.: Department of Justice, National Institute of Justice.

- Shapiro, S. (1985). The road not taken: the elusive path to criminal prosecution for white-collar offenders. *Law and Society Review*, 19(2), 179-217.
- Shapiro, S. (1990). Collaring the crime, not the criminal: reconsidering the concept of white-collar crime. *American Sociological Review*, 55(3), 346-365.
- Sharp, T., Shreve-Neiger, A., Fremouw, W., Kane, J., Hutton, S. (2004). Exploring the psychological and somatic impact of identity theft. *Journal of Forensic Sciences*, 49(1), 131-136.
- Simpson, S. & Koper, C. (1997). The changing of the guard: Top management team characteristics, organizational strain, and antitrust offending, 1960-1988. *Journal of Quantitative Criminology*, 13, 373-404.
- Simpson, S., & Piquero, N. (2002). Low self-control, organizational theory, and corporate crime. *Law & Society Review*, 36(3), 509-548.
- Singer, J. (1984). *The human personality: An introductory text*. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich.
- Sousa, T. & Cruz, J. (2013). O autocontrolo e o crime de colarinho branco. In J. N. Cruz, C. S. Cardoso, A. L. Leite & R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras: estudos de criminologia e de direito* (pp. 137-151). Coimbra: Coimbra Editora.
- Spector, P. E. & Fox, S. (2005). The stressor-emotion model of counterproductive work behavior (CWB). In S. Fox & P. E. Spector (Eds.), *Counterproductive work behavior: Investigations of actors and targets* (p. 46). Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Srivastava S., John, O. P., Gosling, S. D., Potter, J. (2003). Development of personality in early and middle adulthood: Set like plaster or persistent change? *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(5), 1041-1053.

- Staub, E. (1980). Social and prosocial behavior: personal and situational influences and their interactions. In E. Staub (Ed.), *Personality: basic aspects and current research* (pp. 237-294). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Stylianou, S. (2002). The relationship between elements and manifestations of low self-control in a General Theory of Crime: two comments and a test. *Deviant Behavior*, 23(6), 531-557.
- Sutherland, E. H. (1940). White-collar criminality. *American Sociological Review*, 5(1), 1-12.
- Sutherland, Edwin H. (1949) *White collar crime*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Sutherland, E. H. (1983). *White collar crime: The uncut version*. New York: Yale University Press.
- Sykes, G. M., & Matza, D. (1957). Techniques of neutralization: a theory of delinquency. In J. Jacoby (Ed.) (2004), *Classics of Criminology* (pp. 268-271). Long Grove: Waveland Press.
- Szockyj., E. (1999). Imprisoning white-collar criminals? *Southern Illinois University Law Journal*, 23, 485-504.
- Szockyj, E., & Geis, G. (2002). Insider trading patterns and analysis. *Journal of Criminal Justice*, 30(4), 273-286.
- Terpstra, D. E., Rozell, E. J., & Robinson, R. K, (1993). The influence of personality and demographic variables on ethical decisions related to insider trading. *The Journal of Psychology*, 127(4), 375-389.
- Thornberry T. P., Lizotte, A. J., Krohn, M. D., Farnworth, M., & Jang S. J. (1991). Testing Interaction Theory: an examination of reciprocal causal relationship among family, school, and delinquency. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 82(1), 3-35.

- Tittle, C. R. (1991). Review. *American Journal of Sociology*, 96(6), 1609-1611.
- Tittle, C. R. (1995). *Control balance: Toward a general theory of deviance*. Westview PressBoulder: Colorado.
- Tittle, C. R., Ward, D. A., & Grasmick, H. G. (2003). Gender, age and crime/deviance: a challenge to self-control theory. *Journal of Research on Crime and Delinquency*, 40, 426-453.
- Tittle, C. R., Ward, D. A., & Grasmick, H. G. (2004). Capacity for self-control and individual's interest in exercising self-control. *Journal of Quantitative Criminology*, 20(2), 143-172.
- U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation (1989). *White collar crime: A Report to the public*. Washington, D.C.: Government Printing Office.
- Van Wyk, J. A., Benson, M. L., & Harris, D. K. (2000). Test of strain and self-control theories: Occupational crime in nursing homes. *Journal of Crime & Justice*, 23(2), 27-44.
- Vazsonyi, A. T., Wittekind, J. E. C., Belliston, L. M., & Loh, T. D. V. (2004). Extending the general theory of crime to "the east": Low self-control in Japanese late adolescents. *Journal of Quantitative Criminology*, 20(3), 189-216.
- Vaughn, D. (1998). Rational choice, situated action, and the social control of organizations. *Law & Society Review*, 32(1), 23-61
- Velloso, R. (2006). O crime de colarinho branco. Visão geral. *Revista Millenium*.
- Walters, G., & Geyer, M. D. (2004). Criminal thinking and identity in male white-collar offenders. *American Association for Correctional Psychology*, 31(3), 263-281.

- Waring, E., Weisburd, D., & Chayet, E. (1995). White-collar crime and anomie. In Adler, F. & Laufer, W. S. (Eds.), *The legacy of anomie theory* (pp. 207-225). New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Weisburd, D. (1991). *Crimes of the middle classes: White-collar offenders in the federal courts*. Yale University Press.
- Weisburd, D., & Waring, E. (2001). *White-collar crime and criminal careers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Weisburd, D., Chayet, E. F., & Waring, E. (1990). White-collar crime and criminal careers: Some preliminary findings. *Crime & Delinquency*, 36(3), 342-355.
- Weisburd, D., Wheeler, S., Waring, E. & Bode, N. (1991). *Crimes of the Middle Classes: White-Collar Offenders in the Federal Courts*. New Haven: Yale University Press.
- Weisburd, D., Waring, E. & Chayet, E. F. (2001). *White-Collar Crime and Criminal Careers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wellford, C. (1975). Labelling Theory and Criminology: An Assessment. *Social Problems*, 22(3), 332-345.
- Wheeler, S. (1988). White Collar Crimes and Criminals. *Faculty Scholarship Series*. Paper 4127.
- Wheeler, S. (1992). The problem of white-collar crime motivation. In P. A. Bamberger & W. J. Sonnenstuhl (eds.), *Research in the Sociology of Organizations: Deviance On and Of Organizations*, Vol. 15 (pp.108-123). Stamford: JAI Press.
- Wheeler, S., Weisburd, D. & Bode, N. (1982). Sentencing white-collar offender: rhetoric and reality. In D. Nelken (Ed.) (1994). *White-collar crime* (pp. 489-507). Aldershot: Dartmouth Publishing Company Limited.

Wheeler, S., Weisburd, D., Waring, E. & Bode, N. (1988). White collar crimes and criminals. *American Criminal Law Review*, 25(3), 331-357.

Whiteside, S. P., & Lynam, D. R. (2001). The five factor model and impulsivity: using a structural model of personality to understand impulsivity. *Personality and Individual Differences*, 30(4), 669-689.

Wilks, D. C., Cruz, J. N. & Sousa, P. (2016). Personality traits and plagiarism: An empirical study with portuguese undergraduate students. *Journal of Academic Ethics*, 14(3), 231-241.

Zuckerman, M. (1994). *Behavioral expressions and biosocial bases of sensation seeking*. New York: Cambridge Press.

Código Penal Português (2016). Almedina.

Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro

Lei n.º 15/2001, de 5 de junho

Lei n.º 25/2008, de 5 de junho

ANEXOS

ANEXO I Traços associados aos elevados níveis em cada uma das cinco dimensões da Personalidade

Extroversão

Conversador, sincero, aventureiro, assertivo, sociabilidade, energético, sereno, interessado no sexo oposto, alegre, falador, feliz, enérgico, gregário, confiante, espontâneo, seguro, ativo

Neuroticismo

Ansioso, depressivo, irritado, envergonhado, inseguro, preocupado, tenso, receoso, medroso, nervoso, stressado, excitável

Agradabilidade

Bom, não invejoso, maturo emocionalmente, moderado, cooperativo, de confiança, adapta-se facilmente, bondoso, atencioso, autossuficiente, submisso, serviçal, ciumento, compadecido, não queixoso, afetuoso, amável, educado

Conscienciosidade

Responsável, organizado, minucioso, trabalhador, engenhoso, consciencioso, perseverante, convencional, honesto, persistente, escrupuloso, atento, sério, prudente, planificado, convencional, responsável, cuidadoso, disciplinado

Abertura à experiência

Imaginativo, culto, curioso, original, inteligente, com sensibilidade artística, esteticamente exigente, independente, desperto, atento, criativo, apreciador da variedade

(Barrick & Mount, 1991; McCrae & John, 1992; Hansenne, 2004)

ANEXO II Facetas de cada dimensão da personalidade

Dimensões	Facetas
Extroversão	Afeto, gregarismo, assertividade, atividade, procura de sensações e emoções positivas.
Agradabilidade	Confiança, retidão, altruísmo, submissão, modéstia e sensibilidade.
Conscienciosidade	Competência, ordem, sentido do dever, procura de êxito, autodisciplina e deliberação.
Neuroticismo	Ansiedade, cólera, depressão, timidez social, impulsividade e vulnerabilidade.
Abertura à experiência	Sonhos, estética, sentimentos, ações, ideias e valores.

(Hansenne, 2014)

ANEXO III Questionário




Draft

Instruções de preenchimento

Este questionário vai ser sujeito a leitura óptica. Por favor use tinta preta ou azul e responda seguindo as seguintes orientações:

Preencha assim: ●

Em caso de engano, preencha assim: 

Exemplo e uma resposta de um indivíduo do sexo feminino:

1. Sexo:

☐ Masculino

☒ Feminino

1. Sexo

☐ F ☐ M

2. Profissão:

A preencher
pelos serviços

--	--

3. Idade no dia em que preenche este questionário:

--	--

Anos

4. Nível de escolaridade:

- ☐ Ensino básico de 1º ciclo (antiga 4ª classe)
- ☐ Ensino básico de 2º ciclo (antigo 2º ano do ciclo)
- ☐ Ensino básico de 3º ciclo (9º ano)
- ☐ Ensino secundário/técnico-profissional (12º ano)
- ☐ Bacharelato/Licenciatura
- ☐ Mestrado/Doutoramento
- ☐ Outra situação

Qual?

5. Estado civil:

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado
- ☐ União de facto
- ☐ Viúvo
- ☐ Divorciado

6.1. No passado, já foi condenado por outro crime?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6.2. Se sim, o tipo de crime é semelhante a este?

- ☐ Sim
- ☐ Não



Draft

Grupo II

1. Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações? Por favor, responda a todas as questões.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Muitas vezes faço coisas no calor do momento sem parar para pensar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não me esforço muito a preparar o futuro, nem penso muito nisso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Costumo fazer aquilo que me dá prazer no momento, mesmo se isso prejudicar um objetivo futuro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou mais preocupado com o que se passa comigo no presente do que com o que me possa acontecer no futuro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Geralmente procuro evitar atividades que eu sei que serão difíceis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando as coisas se complicam, costumo desistir e afastar-me	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na vida, as coisas que são mais fáceis são aquelas que me dão mais prazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não gosto de tarefas tão difíceis que levem as minhas capacidades até ao limite	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De vez em quando, gosto de me pôr à prova fazendo coisas um pouco arriscadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Por vezes corro riscos só pelo divertimento que dão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Por vezes, acho excitante fazer coisas que me podem causar problemas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Excitação e aventura são mais importantes para mim do que me sentir seguro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se eu pudesse escolher, preferia geralmente fazer atividades físicas do que atividades mentais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Geralmente sinto-me melhor quando estou em movimento do que quando estou sentado e a pensar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto mais de sair e de fazer coisas do que de ler e escrever	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu sinto que tenho mais energia e mais necessidade de actividade do que a maioria das pessoas da minha idade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu tento pensar primeiro em mim, mesmo se isso tornar as coisas mais difíceis para os outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eu não sou muito compreensivo com as pessoas quando elas estão com problemas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se o que eu faço desagrada às outras pessoas, o problema é delas e não meu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Draft

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
Procurarei atingir os meus objetivos mesmo que possa causar problemas aos outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
"Perco a cabeça" com muita facilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muitas vezes, quando me zango com as pessoas, sinto que tenho mais vontade de as magoar do que de falar com elas sobre o assunto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando estou mesmo zangado é melhor que as pessoas se afastem de mim	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando discordo seriamente de alguém, é geralmente difícil para mim falar calmamente sobre isso sem me	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Grupo III

1. Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações? Por favor, responda a todas as questões.

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
Não sou uma pessoa preocupada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de ter muita gente à minha volta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não gosto de perder tempo a sonhar acordado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tento ser delicado com todas as pessoas que encontro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mantenho as coisas limpas e em ordem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinto-me muitas vezes inferior às outras pessoas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rio facilmente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando encontro uma maneira correta de fazer qualquer coisa não mudo mais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Frequentemente arranjo discussões com a minha família e colegas de trabalho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sou bastante capaz de organizar o meu tempo de maneira a fazer as coisas dentro do prazo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando estou numa grande tensão sinto-me, às vezes, como se me estivessem a fazer em pedaços.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não me considero uma pessoa alegre.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fico admirado com os modelos que encontro na arte e na natureza.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Algumas pessoas pensam que sou invejoso e egoísta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não sou uma pessoa muito metódica (ordenada).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Raramente me sinto só ou abatido.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto muito de falar com as outras pessoas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Draft

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemente
Acredito que deixar os alunos ouvir pessoas com ideias discutíveis só os pode confundir e desorientar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preferia colaborar com outras pessoas do que competir com elas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tento realizar, conscienciosamente, todas as minhas obrigações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muitas vezes sinto-me tenso e enervado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de estar onde está a ação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A poesia pouco ou nada me diz.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tendo a ser descrente ou a duvidar das boas intenções dos outros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho objetivos claros e faço por atingi-los de uma forma ordenada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Às vezes sinto-me completamente inútil.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Normalmente prefiro fazer as coisas sozinho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Frequentemente experimento comidas novas e desconhecidas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Penso que a maior parte das pessoas abusa de nós, se deixarmos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Perco muito tempo antes de me concentrar no trabalho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Raramente me sinto amedrontado ou ansioso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muitas vezes sinto-me a rebentar de energia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poucas vezes me dou conta da influência que diferentes ambientes produzem nas pessoas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A maioria das pessoas que conheço gosta de mim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho muito para conseguir o que quero.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muitas vezes aborreço-me a maneira como as pessoas me tratam.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sou uma pessoa alegre e bem disposta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acredito que devemos ter em conta a autoridade religiosa quando se trata de tomar decisões respeitantes à moral.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Algumas pessoas consideram-me frio e calculista.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando assumo um compromisso podem sempre contar que eu o cumpra.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muitas vezes quando as coisas não me correm bem perco a coragem e tenho vontade de desistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não sou um grande optimista.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Às vezes ao ler poesia e ao olhar para uma obra de arte sinto um arrepio ou uma onda de emoção.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sou inflexível e duro nas minhas atitudes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Draft

	Discordo fortemente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo fortemnte
Às vezes não sou tao seguro ou digno de confiança como devia ser.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Raramente estou triste ou deprimido.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A minha vida decorre a um ritmo rápido.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto pouco de me pronunciar sobre a natureza do universo e da condição humana.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Geralmente procuro ser atencioso e delicado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sou uma pessoa aplicada, conseguindo sempre realizar o meu trabalho.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinto-me, muitas vezes, desamparado, desejando que alguém resolva os meus problemas por mim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sou uma pessoa muito ativa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho muita curiosidade intelectual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando não gosto das pessoas faço-lhes saber.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Parece que nunca consigo ser organizado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Já houve alturas em que fiquei tão envergonhado que desejava meter-me num buraco.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prefiro tratar da minha vida a ser chefe das outras pessoas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muitas vezes dá-me prazer brincar com teorias e ideias abstratas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Se for necessário, não hesito em manipular as pessoas para conseguir aquilo que quero.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esforço-me por ser excelente em tudo o que faço.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

ANEXO IV Pedido de autorização



RUA DOS BRAGAS, 223, 4050-123 PORTO, PORTUGAL
TELEFONE +351 22 204 1600
FAX +351 22 204 1614

Exmo. Senhor Diretor da
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Dr. Rui de Sá Gomes

Eu, Ana Rita Aquino Ribeiro, aluna do Mestrado em Medicina-Legal, no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, da Universidade do Porto, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a autorização para efetuar a recolha de dados, para a investigação que pretendo desenvolver, no âmbito da tese de mestrado.

O tema em estudo é *O Ofensor de Colarinho Branco: personalidade e importância da avaliação psicológica*, sob orientação do Professor Doutor José Cruz e da Mestre Inês Guedes, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

O principal objetivo desta investigação é compreender o perfil do ofensor de colarinho branco. Mais concretamente, procura-se perceber se os traços de personalidade e o autocontrolo são fatores preponderantes neste tipo de criminalidade e se existem diferenças, a este nível, entre ofensores de colarinho branco e ofensores comuns. Pretende-se demonstrar a importância e necessidade da avaliação psicológica destes ofensores, de modo a auxiliar não só a prevenção deste tipo de criminalidade, mas também a decisão judicial e posterior intervenção.

De forma a cumprir estes objetivos, será necessária uma recolha de dados através da aplicação de um questionário de autorresposta, a uma amostra de reclusos, do sexo masculino. A mesma não deverá ser inferior a 300 indivíduos, onde 150 serão ofensores de Crime de Colarinho Branco e, por sua vez, 150 serão ofensores de outro tipo de crimes, nomeadamente crimes contra a vida e contra a integridade física (artigo 131.º e ss. e artigo 143.º e ss.). Em termos legais, os Crimes de Colarinho Branco estão previstos em diversos diplomas, originando uma tipificação em vários tipos de ilícito criminal. A este propósito, não constituindo este um tipo objetivo de crime, segue, em anexo, a listagem – conforme a legislação portuguesa - daqueles que com base na literatura, são considerados Crimes de Colarinho Branco, de entre os quais se irá fazer a seleção para esta investigação, conforme o número de reclusos nos estabelecimentos prisionais. Para tal, seria necessária

81
1/2

Porto, 30 de novembro de 2015

A estudante,



Rita Ribeiro

(Mestranda em Medicina-Legal do ICBAS)

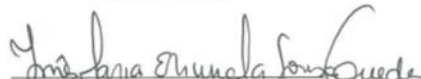
Orientador,



Doutor José Cruz

(Prof. Associado da FDUP)

Coorientadora,



Mestre Inês Guedes

(Assistente Convidada da FDUP)

Anexo I - Operacionalização do Crime de Colarinho Branco (de acordo com a tipificação legal)

Código Penal: Crimes contra o Património	<p><u>Contra a propriedade</u>: abuso de confiança (artigo 205.º)</p> <p><u>Contra o património em geral</u>: burla com fraude bancária, burla relativa a seguros (artigo 219.º), burla informática e nas comunicações (artigo 221.º), burla relativa a trabalho ou emprego (artigo 222.º), outras burlas, abuso de cartão de garantia ou de crédito (artigo 225.º), outros contra o património em geral</p> <p><u>Contra direitos patrimoniais</u>: insolvência dolosa (artigo 227.º), insolvência negligente (228.º), outros contra direitos patrimoniais</p> <p><u>Crimes contra o sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do agente</u>: apropriação ilegítima (artigo 234.º), administração danosa (artigo 235.º)</p>
Código Penal: Crimes contra o Estado	<p><u>Contra a realização do Estado de Direito</u>: tráfico de influências (artigo 335.º), outros</p> <p><u>Contra a realização da justiça</u>: falsidade depoimento ou declaração (artigo 359.º), falsidade de testemunho, perécia, interpretação ou tradução (artigo 360.º), suborno (artigo 363.º), favorecimento pessoal praticado por funcionário (artigo 368.º), branqueamento (artigo 368.º-A), violação de segredo de justiça (artigo 371.º), outros</p> <p><u>Cometidos no exercício de funções públicas</u>: corrupção passiva para ato ilícito (artigo 372.º), corrupção passiva para ato lícito (artigo 373.º), corrupção ativa (artigo 374.º), peculato (artigo 375.º), peculato de uso (artigo 376.º), participação económica em negócio (artigo 377.º), abuso de autoridade (artigo 370.º, 379.º, 380.º, 381.º e 382.º), outros</p>
Legislação Avulsa	<p><u>Atividade Comercial/Financeira</u>: abuso de informação, manipulação do mercado, outros (Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro)</p> <p><u>Fiscais</u>: fraude fiscal, abuso de confiança fiscal, outros (Lei n.º 15/2001, de 5 de junho)</p> <p><u>Branqueamento de capitais</u> (Lei n.º 25/2008, de 5 de junho)</p>

ANEXO V Declaração de autorização DGRSP



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Exmo(a) Senhor(a)
Dra. Inês Sousa Guedes
iguedes@direito.up.pt

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		22/DSOPRE	26.01.2016

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Medicina Legal pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Senhor Diretor – Geral, Dr. Rui Sá Gomes, datado de 25/01/2016, a Dra. Ana Rita Aquino Ribeiro foi autorizada, no âmbito do Mestrado em Medicina Legal, a realizar a investigação académica nos Estabelecimentos Prisionais de Coimbra, Guarda, Izeda, Paços de Ferreira, Porto, Santa Cruz do Bispo Masculino, Vale de Judeus e Vale do Sousa.

A amostra pretendida – cerca de 300 – parece excessiva, devendo ser reduzida para um número próximo dos **200**, distribuída pelos Estabelecimentos Prisionais atrás mencionados.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do estabelecimento prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade dos reclusos para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação;

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa da Cruz do Torel, n.º 1 – 1150-122 Lisboa – Tel. 218812200 – Fax. 218853896 – E-mail: dsopre@dgrsp.mj.pt
Apartado 21207 – 1131-001 Lisboa

ANEXO VI Consentimento informado

Consentimento Informado

Investigadores responsáveis:

- Rita Aquino Ribeiro (Licenciada em Criminologia e Mestranda em Medicina Legal)
- Professor Doutor José Neves Cruz (Professor Associado da FDUP)
- Inês Sousa Guedes (Assistente Convidada da FDUP)

Âmbito e objetivos do estudo

Este estudo está a ser desenvolvido pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto e tem como objetivo analisar os fatores individuais de comportamento. Esta investigação científica pretende aumentar o conhecimento sobre a forma como aspetos individuais podem influenciar determinados comportamentos.

Participação no estudo

A sua participação neste estudo é **voluntária**, podendo a qualquer momento recusar-se a participar sem qualquer explicação e sem qualquer tipo de consequência negativa para o próprio.

Caso decida participar no estudo, pedimos-lhe que preencha o questionário que lhe será entregue. A resposta ao questionário não irá demorar mais do que 15 minutos. No final, solicitamos que coloque o questionário dentro do envelope fornecido e que o sele.

Os dados que vão ser recolhidos são única e exclusivamente usados para **fins de investigação científica**. As informações recolhidas são **confidenciais e anónimas** e usadas unicamente neste estudo específico. A amostra de dados será tratada no seu conjunto e não individualmente. Os seus dados serão identificados por um código e nunca por um nome, pelo que pedimos que **não coloque o seu nome nem nada que o possa identificar no questionário.**

Consentimento informado

Eu, _____(nome completo)
aceito participar neste estudo que visa compreender os fatores individuais associados ao comportamento. Autorizo o uso dos meus dados no âmbito deste projeto de investigação, nas condições acima referidas de confidencialidade. A minha participação neste estudo é voluntária. Declaro que me foi explicado e que compreendi o propósito deste estudo, assim como as metodologias que irão ser utilizadas.

ANEXO VII Resultados do teste de normalidade (Kolmogorov-Smirnov) para as variáveis quantitativas do estudo

Variáveis	Kolmogorov-Smirnov		
	<i>Statistic</i>	<i>df</i>	<i>Sig.</i>
Idade	.083	120	.040
Neuroticismo	.069	120	.200
Abertura à experiência	.133	120	.000
Agradabilidade	.088	120	.023
Conscienciosidade	.070	120	.200
Extroversão	.063	120	.200
Autocontrole	.086	120	.030
Procura de risco	.133	120	.000
Impulsividade	.092	120	.014
Preferência por tarefas simples	.107	120	.002
Preferência por tarefas físicas	.143	120	.000
Autocentração	.097	120	.007
Temperamento	.128	120	.000